

Arquivos para quê?

textos escolhidos



Bruno Delmas

Arquivos para quê?

Textos escolhidos



Presidência

Fernando Henrique Cardoso

Diretoria-Executiva

Sergio Fausto

Curadoria do Acervo

Danielle Ardaillon

Coordenação de Estudos e Debates

Sergio Fausto

Coordenação de Eventos

Patricia Navarro Melo

Assessoria de Comunicação e Imprensa

Ana Cristina Pessini

Gerência Administrativa e Financeira

Daniel Graziano

www.ifhc.org.br

Arquivos para quê?

Textos escolhidos

Bruno Delmas

Tradução de Danielle Ardaillon

Arquivos para quê?

Textos escolhidos

© 2010 Instituto Fernando Henrique Cardoso

Coordenação editorial

Instituto Fernando Henrique Cardoso

Grifo Projetos Históricos e Editoriais

Tradução

Danielle Ardaillon

Revisão técnica

Heloísa Liberalli Bellotto

Revisão

Carmen Teresa Simões da Costa

Capa e projeto gráfico

Kiko Farkas / Máquina Estúdio

Designer assistente

Leonor Babo / Máquina Estúdio

Delmas, Bruno

Arquivos para quê? : textos escolhidos / Bruno Delmas;
tradução de Danielle Ardaillon. – São Paulo : Instituto Fernando
Henrique Cardoso, 2010.

196 p.

ISBN 978-85-99588-33-8

1. Arquivos. 2. Arquivologia. 3. Diplomática. I. Delmas, Bruno.
II. Ardaillon, Danielle. III. Título.

CDU: 930.25

CDD: 025.171

Biblioteca do IFHC - 16.12.2010



Sumário

NOTA EDITORIAL 7

APRESENTAÇÃO 9

EXCERTOS DE *LA SOCIÉTÉ SANS MÉMOIRE*

- I. Arquivos servem para quê? 17
- II. O que são os arquivos? 55
- III. O que é ser arquivista? 79
- IV. Repensar os arquivos 95

MANIFESTO PARA UMA DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA

- I. A diplomática diante da metamorfose das fontes 129
- II. A diplomática contemporânea diante da exigência
de memória e de verdade 141
- III. Conhecimentos e métodos renovados 153
- Advertência 169

ANEXO I. Estudo de caso nº 1 171

ANEXO II. Estudo de caso nº 2 179

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA DE BRUNO DELMAS 184

Nota editorial

Este livro traz textos escolhidos da obra *La société sans mémoire**, editada na França em 2000. A ideia inicial era traduzi-la na íntegra, mas o exame mais detalhado levou à decisão de suprimir os capítulos restritos às realidades administrativas e documentais francesas, a fim de torná-la mais universal e útil ao leitor brasileiro.

A segunda parte traz o emblemático *Manifesto para uma diplomática contemporânea***, cuja publicação original em inglês, causou impacto na comunidade arquivística mundial, pela coragem em aplicar aos documentos de hoje, inclusive em suporte eletrônico, os princípios clássicos da Diplomática. Apesar de mais antigo que o anterior é um texto que manteve o interesse e a pertinência.

(*) DELMAS, Bruno. *La société sans mémoire*: propos dissidents sur la politique des archives en France. Paris: Bourin, 2006. 204 p.

(**) DELMAS, Bruno. Manifeste pour une diplomatie contemporaine: des documents institutionnels à l'information organisée. Separata de: *La Gazette des Archives*, Paris, n. 172, p. 49-70, 1er trimestre 1996.

Apresentação

“Quando penetrei pela primeira vez nessas catacumbas manuscritas, nessa necrópole de monumentos nacionais, teria dito de bom grado (...): ‘eis a morada que escolhi e o meu descanso eterno.’ Não tardei, porém, a perceber, no silêncio aparente dessas galerias, que havia um movimento, um murmúrio, algo que não pertencia à morte. Esses papéis, esses pergaminhos deixados ali há muito tempo nada pediam a não ser a possibilidade de rever a luz do dia. Esses papéis não são papéis, e sim vidas de homens, de países, de povos.”

Jules Michelet¹, 1833

O mundo em que vivemos está passando por uma mutação sem precedente na história. Ela se caracteriza por uma série de fenômenos conhecidos, de alcance considerável: explosão demográfica, urbanização adensada em megalópoles, globalização das trocas e das crises econômicas... Essas transformações foram acompanhadas pelo desenvolvimento de um novo sistema tecnológico constituído pela eletrônica, a informática, as redes telemáticas e suas conseqüentes aplicações. Nesse mundo novo, a produção, a troca e a conservação das informações, conhecimentos e dados tornaram-se elementos essenciais desse sistema nervoso mundial. Este condiciona o crescimento

1 Jules Michelet, chefe da seção histórica do Arquivo Nacional de 1831 a 1852, publicou entre 1833 e 1844 os seis primeiros volumes de sua famosa História da França. Foi professor de história moderna na École Normale e no Collège de France.

e o desenvolvimento pacífico da sociedade humana no seu conjunto.

Memória escrita ou gravada, jurídica e administrativa, econômica e social, científica e técnica, patrimonial e cultural dos indivíduos, das comunidades e das instituições, os arquivos estão também investidos de novas funções. A despeito dos progressos contínuos e constantes da profissão de arquivista e dos métodos da arquivística, nos últimos cinquenta anos, é forçoso constatar que os governantes, fiadores da memória coletiva, não mediram as consequências da ocorrência dessas mudanças sobre os arquivos. Essa percepção é universal, presente tanto nas velhas nações européias, onde a tradição dos arquivos é multissecular, para não dizer multimilenar, quanto nos países mais recentes marcados por uma maior modernidade. Tal carência ameaça paradoxalmente as gerações de um futuro próximo com uma sociedade sem memória no momento em que a memória se torna imprescindível para todos.

O discurso generalizado dos anos 1980 sobre as ciências da informação, novo modelo explicativo e operacional para os arquivos, deu talvez a ilusão de uma renovação do pensamento arquivístico em relação àquele que era fundado sobre os arquivos como arsenal do estado e sótão da história. Esse discurso, hoje ultrapassado, não demonstrou sua eficácia nem esteve à altura do desafio.

Com os textos aqui reunidos, gostaria de compartilhar com o leitor as reflexões inspiradas por minha experiência, nutrida por uma longa convivência com arquivos franceses e também

internacionais, sobre a natureza fundamental dos arquivos, alicerce de todo progresso, a incrível proliferação dos seus usos e a diversificação atual da profissão de arquivista.

Bruno Delmas
Paris, dezembro de 2010

Excertos de
La société sans mémoire

I

Arquivos servem para quê?

Em relação aos arquivos, as atitudes são muito variadas e, geralmente, reina um grande desconhecimento sobre o que sejam. Quando Françoise Giroud, nomeada secretária de Estado da Cultura no primeiro gabinete de Raymond Barre, em agosto de 1976, reuniu seus diretores para as apresentações habituais, ela teve para cada um as costumeiras palavras de acolhida. Entretanto, ao diretor-geral do Arquivo da França¹ disse: “Senhor diretor-geral, arquivos servem para quê?”. Essa pergunta, vinda de uma

1 Ao longo dos textos escolhidos de Bruno Delmas, traduzimos *les Archives nationales* por o Arquivo Nacional e *les Archives de France* por o Arquivo da França. O Arquivo Nacional, fundado durante a Revolução Francesa, conserva, gere e dá acesso aos arquivos do governo e das administrações centrais do estado. O Arquivo da França, criado em 1936 é um serviço administrativo que coordena a política dos diferentes Arquivos Públicos: Arquivo Nacional, arquivos departamentais, municipais, dos hospitais, dos estabelecimentos públicos e das empresas nacionais e locais. As duas instituições têm diretores próprios. (N.T.)

grande jornalista, inteligente e culta, é reveladora do desconhecimento que a grande maioria dos políticos, da mídia e dos intelectuais tem a respeito dos arquivos, da sua natureza profunda, dos seus múltiplos usos. Os políticos e os altos funcionários têm uma ideia mais precisa, embora muitas vezes incompleta.

Como dizer para que “servem os arquivos” para motivar eficientemente os responsáveis pelo Estado a definir uma política, a justificar o gasto público na medida certa, a fazer com que o conjunto da sociedade seja beneficiado, deixando patente o interesse público geral? Serão os arquivos realmente úteis? Não serão justas e fundamentadas as críticas – ou até mesmo o desprezo e o descrédito – dos homens que se acham dinâmicos e cheios de energia, que só pensam em se ver livres deles e deixá-los aos historiadores? A esse sentimento, compartilhado por muitas pessoas, a essa retórica repetida com frequência, convém opor o fato de que as empresas que perdem seus arquivos não se recuperam. Depois de um incêndio ou de uma tempestade, os prédios podem ser reconstruídos e as máquinas substituídas com a ajuda dos seguros. As empresas terão todas as chances de se reerguer se elas conservaram os seus arquivos, mas se os perderam, correm o risco de desaparecer. Os documentos de arquivo são “vitais”.

Em 1194, na batalha de Fréteval, o rei da França, Filipe Augusto, perdeu os documentos que o acompanhavam durante suas viagens, que lhe permitiam tratar de negócios relativos a seus domínios. Essa história serve para mostrar que há menos riscos em governar sem ter à mão certos documentos, do que

ficar sem nenhum. É por isso que foram então guardados em segurança em Paris, nos lugares mais protegidos da capital: a torre do castelo do Louvre e o palácio da Ilha da Cité.

Conta-se que a Nasa, após ter interrompido em 1977 o programa Apollo que havia levado o homem à Lua, deixou que milhares de fitas magnéticas, gravadas durante essas missões, se deteriorassem, tornando-se inutilizáveis ou perdidas. O que não se diz é que, por essa razão, não mais se foi à Lua e que a Nasa preferiu modificar seu programa de conquista do espaço.

Conservar seus arquivos é um ato indispensável. Eles são o produto necessário do funcionamento de toda sociedade organizada. Quanto mais uma sociedade se desenvolve, mais as atividades humanas são numerosas, diversificadas e interdependentes. Quanto mais documentos são usados para que os homens registrem seus atos e assegurem a sua continuidade e estabeleçam relacionamentos duráveis entre si, mais eles produzem e conservam arquivos. O crescimento da massa de dados por indivíduo não é a priori a consequência de uma má administração, embora seja possível que uma má administração produza vasta papelada. O desenvolvimento do uso de documentos foi seguindo o constante alargamento do espaço de vida dos homens e da sua integração crescente nesse ambiente no decorrer dos séculos: famílias, comunidades em aldeias ou paróquias, latifúndios, cidades e bairros, profissões, empresas, províncias e regiões, países e Estados, organizações internacionais e supranacionais... O acúmulo de relações cada vez mais densas e amplas aumenta de forma exponencial as necessida-

des e os usos de documentos precisos para agir, negociar e viver. Os arquivos aumentam proporcionalmente a isso.

Para responder às exigências de tratamento, de comunicação e de conservação de seus atos e decisões, as sociedades mais avançadas dotaram-se, no decorrer do tempo, de meios cada vez mais efetivos. As técnicas atenderam, cada uma em seu tempo, às necessidades dessas transformações: a escrita (invenção da escrita), a reprodução da escrita (imprensa, eletrônica), as infraestruturas de comunicação (rede rodoviária, ferroviária, marítima e aérea, telegráfica e telefônica) e os sistemas de transmissão (da mala postal ao Chronopost², telégrafo ótico e depois elétrico, telex e telecópias, telemática e mensagens eletrônicas).

Cada ferramenta responde a uma necessidade e constitui um progresso, permite um avanço, ela mesma melhorada por outra inovação. Tomando como exemplo a escrita, o único recurso à mão foi, por séculos, o freio mais importante ao seu desenvolvimento. A reprodução dos atos escritos passou da cópia manual à cópia múltipla em papel-bíblia por meio de papel-carbono e, depois, à fotocópia e à computação. O desenho e a imagem passaram pela revolução da fotografia e da digitalização. A informática e a telemática apresentam um novo sistema técnico de produção e de transmissão de uma eficácia sem precedentes. O papel dos arquivos acompanhou toda essa evolução e suas utilidades foram se multiplicando.

2 Chronopost é uma filial do grupo francês *La Poste*, que tem como objetivo o despacho expresso de correspondências, documentos e objetos na França e no exterior. (N.T.)

Seria possível detalhá-las ao infinito, mas convém reagrupá-las em quatro utilidades fundamentais. Os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se. Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica de conhecimento. Identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social. Essas utilidades desenvolveram-se em paralelo, porém, cada uma delas sofreu transformações diversas dependendo das épocas, em razão da própria evolução da sociedade. Na Idade Média, a função de prova dos direitos era a principal causa da conservação dos documentos, enquanto a da memória ia se desenvolvendo. No Renascimento, aparece a função de compreender, que se desenvolverá continuamente enquanto a de identificar-se foi impulsionada, como sabemos, só na época contemporânea.

PROVAR PARA DEFENDER SEUS DIREITOS

Os arquivos servem para provar. A prova, a necessidade da prova frente à justiça foi, na sociedade ocidental, a primeira razão da conservação para longa duração de determinados documentos escritos: diplomas merovíngios e carolíngios, atos, títulos etc. Os documentos conservados eram documentos de arquivo porque probatórios, e não o contrário. Só muito mais tarde é que foram reconhecidos a todo documento de arquivo um caráter de autenticidade e um valor probatório a ser preservados.

É possível recorrer a essas provas jurídicas, décadas ou até mesmo séculos depois de sua criação. Assim, para dar um exemplo, no final dos anos 1960, pescadores de uma lagoa do Languedoc, impedidos de exercer suas atividades por causa de obras de dragagem empreendidas pelo Estado em nome do interesse público, foram à justiça para fazer valer um privilégio outorgado no final do século XIII pelo rei Filipe, o Belo, dando-lhes o usufruto perene da pesca na lagoa. Ganharam o processo.

O exemplo mais famoso da utilização dos arquivos por um Estado, para fazer valer direitos, é a sequência de processos de reunião de territórios pretendida por Luís XIV a partir de 1679. Desde o Tratado de Westphalia (1648), muitos outros haviam cedido à França territórios “com suas dependências”, sem detalhar em que consistiam exatamente, nem tampouco reservar direitos anteriores. Aproveitando-se dessas ambiguidades, Luís XIV apelou às jurisdições competentes para examinar e interpretar as imprecisões dos tratados que ele havia assinado. Para pôr fim às dúvidas sobre “dependências”, esses tribunais voltaram no tempo, até os reinos de Dagoberto (629-639) ou de Pepino, o Breve (751-768). De maneira semelhante, os revolucionários de 1789 dedicaram-se com afinho à procura, nos arquivos dos bens confiscados ao clero ou aos aristocratas emigrados, de todos os títulos de propriedade desses bens tornados públicos, para colocá-los à venda e assentar os direitos dos compradores.

Na alta Idade Média, foram constituídos cartórios (arquivos incipientes) eclesiásticos; no século X, cartórios senhoriais (o mais antigo conservado é o da Catalunha); depois, no século

xii, os primeiros núcleos de arquivos municipais e consulares. De meados do século xii a meados do século xiv, surgiram os arquivos das grandes cortes e jurisdições reais (Parlamento, Tribunal de Contas), enfim, os senhoriais, os das paróquias, confrarias, universidades e colégios. A duração dos arquivos torna-se possível com a estabilização das instituições, das pessoas ou das famílias e a sedentarização. Assim, as famílias que conheceram certa estabilidade no decorrer dos tempos e conservaram a mesma moradia por gerações conseguiram acumular seus arquivos e guardá-los.

Além de todas as circunstâncias conjunturais, são sobretudo os documentos jurídicos os que dão fundamentos aos direitos e às obrigações, privados ou públicos, que chegaram até nós: títulos de propriedade, reconhecimento de direitos, contratos, atos notariais, decisões de autoridades administrativas ou de justiça, documentos fiscais, documentos religiosos (fundações, doações, votos, martirológios, obituários, registros de catolicidade)... Por essa razão primeira e antiga de conservação dos arquivos, estes foram, por muito tempo, identificados apenas com os títulos, essencialmente títulos de propriedade, ou seja, aquilo que é guardado enquanto dura o bem patrimonial a que se refere.

Hoje, o papel dos arquivos como suporte da prova cresce incessantemente. A evolução do número dos atos do estado civil (nascimentos, casamentos, falecimentos) ligada ao aumento da população, da situação sanitária, da legislação e dos costumes (divórcios, concubinato e contratos de união estável, adoções

no exterior) não é realmente significativa. O número dos atos notariais, entretanto, aumentou de maneira surpreendente. Em Paris, por exemplo, houve no século XVIII e na primeira metade do século XIX mais ou menos 60 mil atos notariais anuais; hoje, são 350 mil. E ainda, na França, em 2003, foram pronunciadas 2 milhões e 332 mil sentenças de justiça civil e comercial e 11 milhões e 877 mil, de justiça penal! Não é difícil imaginar a massa de processos que isso representa.

Outro fenômeno está se desenvolvendo: o da extensão do papel de prova dos atos jurídicos diante dos outros documentos de arquivo. Em 1997, a Missão de Estudos sobre a Espoliação dos Judeus na França (Missão Mattéoli) foi encarregada de encontrar, para servir de provas, os vestígios das espoliações sofridas por judeus que não haviam sido indenizados no fim da Segunda Guerra Mundial. O grupo de trabalho formado por arquivistas e pesquisadores relacionou não apenas os fundos dos arquivos nacionais, departamentais ou da Polícia Nacional, como também os fundos de arquivos administrativos, comerciais ou bancários, de organismos públicos ou privados (Caixa de Depósitos e Consignações, Diretoria dos Museus da França, Federação Francesa de Companhias de Seguros, Crédit Lyonnais e outros bancos etc.). Essa extensão se deve ao caráter de autenticidade de todo documento de arquivo, mais além dos atos autênticos propriamente ditos, judiciários ou notariais.

Outro exemplo é dos registros de inscrição dos imigrantes italianos conservados no atual Museu da Imigração de São Paulo. Eles permitem, hoje, que cidadãos brasileiros comprovem a

origem italiana de suas famílias e, com isso, adquiriram a nacionalidade italiana graças a uma legislação recente desse país.

Ao contrário, na época da Revolução Francesa, quando foram abolidos os títulos de nobreza e as ordens, os privilégios e os direitos senhoriais, as assembleias sucessivas ordenaram a destruição dos armoriais [livros de registros de brasões], de todos os títulos que fundavam aqueles direitos abolidos de forma a destruí-los definitivamente e a impedir que uma contrarrevolução pudesse utilizá-los para restabelecer a antiga ordem. A destruição dos arquivos é o último ato, após a morte das pessoas e das instituições, para extinguir irremediavelmente seus direitos. Assim, em 1975, no início da Guerra do Líbano, quando esse país foi invadido pelos refugiados palestinos foragidos da Jordânia e da Síria, os cartórios foram incendiados em inúmeros lugares, apagando assim as provas de nacionalidade e de propriedade dos habitantes. No início dos anos 1990, na Croácia, registros de estado civil foram conscientemente destruídos para privar os habitantes de sua identidade e, assim, dos seus direitos civis.

Os arquivos são documentos “sensíveis”. A imprensa noticia regularmente o desaparecimento de processos ou de documentos sigilosos que ocorre nos tribunais antes da prescrição das ações; alguns processos judiciais são encontrados vazios; alguns desaparecem por acidente (como declarações de impostos de personalidades de um bairro parisiense guardadas em salas com segurança máxima e destruídas “erroneamente” por um empregado em 2005). O fogo destruiu em agosto de 1997 o depósito

de uma empresa de terceirização de guarda de arquivos nos cais do Havre provocando a perda de quatrocentos quilômetros lineares de documentos de mais de uma centena de clientes, entre os quais arquivos bancários comprometedores. O mesmo fenômeno se produziu em 28 de janeiro 2002 em Roye, no Norte da França, quando uma quantidade considerável de documentos sensíveis provenientes de diversos organismos foi destruída.

O historiador e político polonês Bronislaw Geremek conta a seguinte história. Em 1942, 15 mil oficiais poloneses foram mortos pela polícia secreta soviética. Sabia-se onde estavam enterrados, os corpos haviam sido descobertos, mas nem na Rússia nem na Polônia, nem em arquivo algum havia traços dos criminosos. O fato era conhecido, mas os documentos necessários ao esclarecimento do caso não existiam. Era o crime perfeito. Até que um dia foi encontrada, em arquivos de ferrovias soviéticas, uma documentação completa do transporte desses oficiais para a morte. Há sempre um vestígio, um testemunho em algum lugar. Provas para a justiça podem ser provas para a história, pois, como dizia Albert Camus: “Quem responderia à obstinação do crime, senão a obstinação do testemunho?”.

LEMBRAR DO QUE FOI FEITO E DA EXPERIÊNCIA ADQUIRIDA PARA AGIR

Lembrar é uma necessidade prática da vida cotidiana de qualquer pessoa ou instituição, é o resultado da necessária continuidade

da vida dos indivíduos como organismos, isto é, a continuidade de cada uma de suas ações. Em qualquer época, tanto na administração quanto nas empresas ou nas profissões liberais, uma sucessão ou uma transferência de atribuições é acompanhada pela transmissão dos registros e dos documentos, numa palavra: dos arquivos. Assim, na França, a lei obriga o prefeito que termina seu mandato a mandar fazer o inventário dos arquivos da municipalidade para entregá-los a seu sucessor, e o arquivista departamental, como agente do Estado, é responsável pelo cumprimento da lei.

Essa antiga utilidade foi, por muito tempo, julgada secundária. A pouca importância atribuída às ações municipais, a brevidade da probabilidade de vida dos homens, a instabilidade institucional e social não incentivavam uma conservação de longa duração, ou, pelo menos, de tão longa duração quanto a dos atos jurídicos. Portanto, em caso de necessidade esses arquivos eram sacrificados em primeiro lugar. No século XVIII, por exemplo, para criar espaço, as assembleias regionais do Vivaraais (antiga província do Centro-Sul da França) decidiram suprimir vários séculos de censos de população que julgaram inúteis, em vez de procurar outro local. Mais recentemente, trinta anos atrás, o Canal France 3 de Lille, pela mesma razão, destruiu um grande número de fitas de programas televisivos locais, considerados inúteis, que datavam do início dessa estação criada em 1952. Essa opinião sobre a inutilidade de arquivos antigos é uma das principais causas do seu desaparecimento e uma das menos fundamentadas.

A consciência dessa utilidade, entretanto, já existia na Idade Média. A lembrança escrita, primeiro uma lembrança administrativa, desenvolve-se com as instituições na medida em que vai se impondo a utilidade da memória das ações além da duração de uma geração. Guardar o rastro da continuidade das ações para poder referir-se a elas adquire uma importância tão grande quando a da prova jurídica.

Com a crescente estabilidade das instituições surge progressivamente a necessidade de lembrar-se também das razões que motivaram as ações. As instituições religiosas foram as primeiras a conservar seus documentos; sua estabilidade institucional sendo grande, portanto diferente da instabilidade humana daqueles que as encarnavam, elas tinham os recursos necessários para a escrita e a conservação dos seus títulos. A continuidade passava a inscrever-se, a partir de então, numa duração que ultrapassava a da vida humana. Era preciso oferecer os meios de produzir atos e títulos e de conservá-los. Logo a seguir, foram imitadas pelas instituições laicas. Enquanto os reinos consistiam em territórios e domínios que se faziam e desfaziam no passar das sucessões, a necessidade de lembrar não tinha a mesma importância do que quando a monarquia capetiana abandonara a prática das partilhas em prol da estabilidade territorial e de uma concepção política de Estado. No decorrer da Idade Média, diversas instituições senhoriais e comunitárias dotaram-se progressivamente dos meios necessários à conservação da lembrança de suas ações.

No decorrer do tempo, particularmente a partir dos séculos

xvii e xviii, os arquivos de gestão administrativa desenvolveram-se e continuaram a crescer com o alargamento dos domínios de intervenção do estado de direito, da Revolução Industrial, da extensão das atividades de gestão e da diversidade de programas do Estado de bem-estar social. A multiplicação das ações administrativas e das interações em todos os domínios públicos e privados aumentou – e não para de aumentar – a produção de arquivos de maneira exponencial, muito além da mera evolução geral da relação entre os três setores – primário, secundário e terciário – da economia. Há ainda outros fatores: duração da instrução e redação dos documentos públicos, a prorrogação do tempo de utilização corrente desses arquivos, o alongamento de sua utilidade administrativa, como o mostra a gestão das pessoas, a manutenção das obras, construções e equipamentos contemporâneos, sem mencionar o aumento de seu tamanho e da multiplicação de seu número.

Jamais o uso administrativo dos arquivos foi tão desenvolvido. Tomemos o exemplo das universidades francesas. Havia, em 1904, 34 mil estudantes, 171 mil em 1964 e 2 milhões e 250 mil em 2004. No início dos anos 1950, apenas a Universidade de Paris tinha um secretário-geral, o qual, com um efetivo de 90 funcionários, gerenciava os 64 mil estudantes da universidade e os serviços administrativos ligados à Academia de Paris. Após a lei de orientação de 1972, o mesmo secretário-geral, com 900 funcionários, administrava apenas a chancelaria das universidades de Paris e a Academia de Paris. Hoje, o que corresponde à antiga Universidade de Paris agrupa 380 mil es-

tudantes em diferentes unidades e academias, cada uma com sua própria administração.

A gestão dos prontuários dos estudantes tornou-se um desafio para o futuro. Nos anos 1950, a necessidade de guardá-los não excedia cinco anos, a maioria dos alunos deixava a universidade após três anos ao receber um diploma de formatura do ensino superior. Com exceção dos estudantes de medicina, uma parte ínfima prosseguia até o doutorado. Na França de 1910, apenas 690 doutorados eram defendidos, hoje são milhares.

Desde 1972, os currículos foram estendidos com a criação do mestrado, de diplomas “profissionalizantes” e dos estágios que os acompanham. Atualmente, com a instauração do currículo universitário europeu – conhecido como processo de Bolonha e com a sigla LMD (licenciatura, mestrado, doutorado) –, os estudos têm um curso menos contínuo (interrupções dos estudos, viagens ao exterior no quadro do programa europeu Erasmus); as transferências dos prontuários entre universidades se multiplicam; a reavaliação dos diplomas de pessoas que voltam a estudar é cada vez mais frequente; o sistema de validação de créditos necessária para a obtenção de diplomas é mais complexo do que anteriormente etc. Todos esses elementos conferem muito maior importância à atualização precisa e à conservação das pastas de cada aluno na sua universidade de origem, como também naquelas que o recebem. A duração de utilidade administrativa se alonga constantemente e demanda, doravante, além de uma gestão informatizada, o recrutamento pelas universidades de arquivistas profissionais, bem como

a instalação de arquivos organizados. No futuro, um fichário central europeu dos estudos universitários será, sem dúvida, necessário para o bom funcionamento das universidades.

A continuidade administrativa interessa também às empresas. Em 1967, estourou na África Ocidental uma pavorosa guerra civil entre o governo da Nigéria e a região separatista de Biafra onde há imensas reservas de petróleo. A guerra devastou a região, a população foi dizimada (1 milhão de mortos) e dispersou-se. Uma vez a rebelião controlada, o governo da Nigéria tratou de reconstruir o país com a ajuda do Banco Mundial. Licitações foram lançadas para a reconstrução das infraestruturas. O custo seria considerável e o tempo de realização previsto, muito longo. Estava instalada havia muitos anos naquela região a sociedade de engenharia civil Dumez, muito conhecida na África por suas numerosas construções de estradas e pontes, notadamente na região de Biafra. Muito além da obrigação de garantia de dez anos, essa empresa havia conservado nos seus arquivos, na França, um exemplar dos estudos e plantas de cada obra realizada. Enquanto as empresas concorrentes teriam que efetuar sondagens, destruir construções existentes para poder conhecer o tipo de solo, Dumez pôde avaliar os escombros e decidir os reparos necessários com custo mínimo. Foi assim que conquistou vários negócios, o que lhe reembolsou cem vezes o custo da conservação dos seus arquivos num entreposto da periferia de Paris. É lembrado o fato do governo nigeriano anunciando um ou dois anos antes do prazo definido a finalização das obras e a economia reali-

zada. Mas, quem lembra dos arquivos? Eles, entretanto, permitiram que milhares de pessoas depauperadas e arruinadas voltassem mais cedo a suas aldeias, reconstruíssem sua vida e reencontrassem a paz. Foi possível, então, avaliar o quanto teria custado a reconstrução sem os arquivos, o quanto teria custado reconstituir os arquivos.

Em outros lugares, onde não há mais arquivos, tanto no Camboja com as minas anti-pessoais deixadas pela guerra do Khmer Vermelho (1975-1989), quanto no Sul do Líbano onde foram lançadas bombas de fragmentação em 2007, paga-se sua ausência todos os dias.

A possibilidade de lembrar-se não se limita à consulta dos documentos produzidos pela gestão, bem conservados por determinado investimento. Hoje, notadamente na indústria, existe a preocupação de arquivar a experiência adquirida pelos antigos, negligenciada por muito tempo, de capitalizar os saberes e as experiências. Vinte anos atrás, em Pont-à-Mousson³, a nova central elétrica de comando dos fornos de ferro-gusa pegou fogo, provocando a parada do forno. Abaixo de uma determinada temperatura, não é apenas o ferro em fusão que deve ser descartado, mas também o próprio forno precisa ser destruído e reconstruído. É fácil imaginar o custo de uma pane. Os jovens engenheiros são impotentes em face das falhas da técnica moderna. É preciso chamar funcionários aposentados para retomar os comandos e repor o forno em funcionamento, para obter o metal fundido.

3 Cidade da Lorena, região do Leste da França, sede de grandes indústrias metalúrgicas. (N.T.)

No início dos anos 1980, no pior momento da crise siderúrgica, os operários da Usinor-Sacilor com mais de sessenta anos foram postos em pré-aposentadoria. De imediato aumentou consideravelmente a proporção dos produtos descartados por falha de fabricação. Ao demitir os mais velhos, sob pretexto de não terem mais a força física suficiente, os dirigentes da empresa haviam demitido a experiência, a memória, a lembrança das máquinas e do funcionamento dos equipamentos, os modos de fazer e de olhar. Recentemente, as empresas passaram a se preocupar com a gestão do conhecimento e a “arquivar” a memória, registrando os gestos, as palavras e a experiência daqueles que se aposentam. Para os serviços públicos e para as empresas, os arquivos, preservadores da memória, constituem não apenas um bom instrumento de gestão, mas uma segurança.

Os Estados tratam também de preservar a continuidade dos arquivos relativos à história e à vida dos territórios que conquistaram. A Inglaterra vitoriosa sobre a Escócia reagrupou em Londres, em 1296, e novamente em 1651, os arquivos de Edimburgo para permitir a gestão desse alargamento do seu território. No século XIX, o Império Austro-Húngaro colocou em Viena ou em Budapeste os arquivos das províncias agregadas. Por sua vez, Napoleão, a partir de 1808, começou a depositar em Paris alguns documentos retirados dos arquivos dos países europeus anexados ou tutelados pelo Grande Império. Isto para permitir uma gestão centralizada dos domínios públicos ou dos principados conquistados, a partir de então parte integrante do domínio público do Estado imperial, e

para assegurar, portanto, o bom funcionamento do Grande Império. Tratava-se também de determinar suas relações com outros países em função dos tratados e convenções, direitos e obrigações dos territórios anexados. A política dos arquivos respondia a uma política de Estado; para tanto, o imperador concedeu a Mansão de Soubise aos Arquivos Imperiais enquanto se aguardava a construção de um edifício adaptado, onde é hoje o Museu do Quai Branly. Após a queda do Império, o Congresso de Viena, em 1815, previu a restituição dos arquivos aos Estados restabelecidos nos seus territórios e com as suas instituições legítimas.

CONHECER PARA ENTENDER AQUILO QUE OUTROS FIZERAM OU DESCOBRIRAM

A partir da revolução científica do século xvii seguida pela era industrial, uma terceira utilidade dos arquivos foi evidenciada: conhecer e compreender. Os arquivos são fonte de conhecimento. Voltada de início para a religião e o direito, essa utilidade alargou-se rapidamente para a erudição e, sobretudo, para as ciências. Não se faz necessário voltar ao desenvolvimento das ciências históricas no século xix e às grandes Histórias da França de Michelet e de Lavissee, para citar apenas essas. Os arquivos permitiram à pesquisa histórica o acompanhamento do movimento positivista, então conhecido por todas as ciências e disciplinas, fornecendo-lhe toda a documentação científica

necessária. Mas a documentação disponível para a pesquisa era a que se encontrava nos arquivos da época, essencialmente jurídica e administrativa, o que explica que, de início, a história fosse uma história política e institucional dos Estados.

É dispensável enfatizar a contribuição constante dos arquivos à pesquisa histórica em todos os seus desenvolvimentos. Aliás, para a maioria das pessoas, os dois termos são fundamentalmente associados. É por isso que insistiremos mais sobre os outros aspectos do conhecimento para os quais os arquivos têm um papel crescente. De fato, a disciplina histórica tem a particularidade de ter relação com todas as outras: a etnologia, a antropologia, as ciências da natureza. Emmanuel Le Roy Ladurie, por exemplo, em *Histoire du climat depuis l'an mil* (1967) e *Histoire humaine et comparée du climat en Occident* (2004), mostrou aos meteorologistas tudo o que a consulta aos arquivos podia trazer de informação para sua disciplina. A socióloga Dominique Schnapper, em *La France de l'intégration* (1991) e *L'Europe des immigrés* (1992), pôde esclarecer, graças aos arquivos dos séculos XIX e XX, os fenômenos sociais ligados à imigração e à integração, temas cruciais da sociedade contemporânea.

Os arquivos preservaram documentos científicos e técnicos, notadamente a partir do século XVIII. Seu uso foi progressivamente ampliado. É muitas vezes difícil conceber que possa haver um acúmulo de experiências e de saberes científicos e técnicos não explorados nas instituições arquivísticas. Alguns anos atrás, o diretor dos arquivos do Senegal propôs-me,

como exercícios práticos para meus estudantes de arquivística da universidade de Dakar (EBAD), que eles esvaziassem duas salas cheias até o teto de caixas de documentos do Ministério da Agricultura. Em algumas semanas, retiramos mais de 2.400 caixas que iam dos anos 1900 aos anos 1960. Nesse conjunto, uma dezena de volumosas pastas eram relativas à zona de Niayes. Aqueles que seguem o Rali Paris-Dakar conhecem essa região arenosa situada ao longo do litoral atlântico de Dakar até Saint-Louis. Ela tem a peculiaridade de reter, nas depressões do solo, as águas das chuvas de inverno, constituindo reservatórios de água doce que permitem, há muito tempo, o desenvolvimento da horticultura. No início do século xx, o serviço de Agricultura do Senegal tinha estudado um projeto de desenvolvimento dessa área. Os documentos encontrados revelavam um estudo muito profundo da época: população de Niayes, estatuto jurídico da propriedade e da exploração das terras, regime climatológico e hidrológico pesquisado por vários anos, flora, insetos, fauna, parasitas, culturas e modos de cultivo, dependendo das estações, e produções. A guerra de 1914-1918 interrompeu o projeto. Terminada a guerra, outras prioridades surgiram e o estudo foi esquecido. Sessenta anos mais tarde, quando a Organização Internacional para a Alimentação e a Agricultura (FAO) iniciou um projeto, contando com uma dezena de experts holandeses, para desenvolver a horticultura em Niayes visando à alimentação local e à exportação, esses antigos estudos, ainda válidos, foram desenterrados por acaso. No Marrocos, nos anos 1970, uma aventura

análoga convenceu o governo a criar um centro de documentação agrícola e uma escola de formação.

Aos arquivos administrativos, fontes ignoradas de conhecimentos e saberes, mas aos quais se limita geralmente o horizonte da pesquisa, é preciso acrescentar os arquivos constituídos há dois séculos por empresas, indivíduos, centros de pesquisa, laboratórios universitários e fundações privadas – um domínio imenso quase não explorado.

Pode-se lembrar o caso – a imprensa registrou esse fato por muito tempo – do professor Étienne-Émile Baulieu, inventor da pílula do dia seguinte, que, aposentado segundo a legislação francesa, partiu para os Estados Unidos. Lá, um laboratório construído especialmente para ele e uma equipe de pesquisadores o aguardavam para continuar suas pesquisas. O professor julgou necessário levar consigo seus arquivos científicos. A França indignou-se – com razão – com essa transferência. Esse episódio evidenciou até que ponto os arquivos são a memória de estudos e constituem uma preciosa ferramenta de trabalho, e revelou ainda o conflito de interesses que pode ocorrer entre o pesquisador e seu laboratório de origem. O laboratório que havia financiado os primeiros estudos do professor Baulieu precisava, tanto quanto ele, dos arquivos para prosseguir suas próprias pesquisas.

Alguns meses atrás, li na imprensa que um grupo de pesquisadores americanos da Universidade do Texas acabava de apresentar na Conferência sobre o Passado dos Oceanos (Dinamarca, outubro de 2005) uma comunicação a respeito da evolu-

ção dos estoques de diferentes espécies marinhas (a diminuição do marlim, a estabilidade do arenque etc.) e dos recursos para a pesca oceânica, utilizando os cardápios de restaurantes desde 1850. Esse exemplo, cujos detalhes me são desconhecidos, ilustra a forma imprevisível sob a qual os arquivos podem ser úteis. Eis documentos insignificantes, eventualmente úteis para algum estudo sobre os gostos culinários ou sobre a alimentação dos nossos ancestrais, que se vêem transformados em fonte para o estudo de um problema para o futuro da alimentação da população mundial! Os exemplos desse gênero, quando um documento insignificante adquire um grande valor científico, são numerosos e não se limitam ao suporte papel.

Esses conhecimentos têm também um valor econômico. Algumas instituições comercializam informações. É o caso do Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos da França (INSEE), cujos arquivos e nomenclatura são da maior utilidade. Na área do audiovisual, em que o uso dos arquivos é imediato e entra no circuito econômico, sabe-se perfeitamente que os arquivos são uma fonte diretamente comercializável. Todos os canais de televisão do mundo sabem bem disso, assim como as federações de esportes e os organizadores de espetáculos. Será que o resto do mundo também sabe ou se preocupa com isso?

Vinte anos atrás, visitei a famosa fábrica de papéis pintados Zuber, em Rixheim, na periferia de Mulhouse. Essa empresa, criada no início da Revolução Francesa, tornou-se famosa no século XIX pelos seus papéis para decoração de interiores. No

decorrer da visita era possível folhear à vontade os enormes catálogos contendo milhares de modelos produzidos ao longo de quase dois séculos. Ao nosso lado, um grupo de visitantes estrangeiros não parava de fotografar todos esses modelos. Surpreso, perguntei aos responsáveis se isso era permitido. Pareciam não se chocar com tal conduta. Mas quando lhes disse que eles não poderiam se surpreender se encontrassem seus desenhos patenteados e comercializados no exterior, começaram a prestar atenção. Esquece-se muito frequentemente que os arquivos são uma imensa fonte de conhecimento e fazem parte tanto dos ativos das empresas como dos Estados.

IDENTIFICAR-SE PARA EXISTIR E PROMOVER AS RELAÇÕES SOCIAIS

Desde o meio do século xx, os arquivos evidenciaram outra utilidade: identificar-se, que é uma utilidade psicológica e moral. Os povos, bem como os indivíduos das diversas regiões do mundo, estão conhecendo mudanças políticas, econômicas, sociais, culturais, religiosas, demográficas, profissionais e familiares sem precedentes. Ninguém escapa delas. A rapidez desses transtornos, seu acúmulo e a perda consequente das referências tradicionais, tanto para os indivíduos quanto para os grupos que os vivem, deixam-nos muitas vezes mortificados e desamparados.

Referências são indispensáveis para a vida: para um Estado, são suas fronteiras, seus arquivos e seus símbolos, sua divisa,

sua bandeira, seu hino nacional, suas insígnias, sua história. Os símbolos e as histórias devem ser fundados sobre provas e animados pela lembrança, pela referência que a eles se faz, a comemoração, a identificação.

A história dos homens foi nutrida por esses símbolos, pelo culto aos mortos, pela consciência de existir e de ser mortal. É preciso reler a *Ilíada*, em que os heróis de Homero se lamentam sobre o destino humano dos mortais. Na Idade Média, os martirólogos⁴, os anais dos mortos, os obituários, os calendários, os santorais definiam as comemorações cotidianas e eram, para cada pessoa, como o seu sobrenome, sua festa e seu aniversário, o meio de identificar-se. Cada diocese ou ordem religiosa possuía os seus. Mais recentemente, alguns anos atrás, a publicação eletrônica da lista dos mortos da guerra de 1914-1918 pelo Arquivo do Ministério da Defesa teve grande repercussão, sendo consultada por milhares de internautas, a maior parte dos quais ignorava, até então, que essas informações podiam ser obtidas gratuitamente nos Arquivos Públicos (1 milhão e 400 mil fichas individuais). Para uma família, tal documento atesta a existência do soldado desaparecido na frente de batalha e permite sua lembrança quando o corpo não foi encontrado.

O conhecimento de suas origens é essencial para o homem. Os sociólogos, psicólogos e antropólogos denunciam que a ausência de transmissão das raízes, por parte dos pais e da escola, é um dos fatores que levam indivíduos à incapacidade de se

4 Pergaminhos de homenagem a religiosos mortos. (N.T.)

reconhecer como parte de uma história coletiva, tornando-se sujeitos a neuroses ou comportamentos violentos. Às vezes, podem se ligar a mitos, ou ideias abstratas, as quais, ao negar a realidade, alimentam todos os corporativismos, extremismos, seitas e integrismos. Para as jovens gerações, essa perda é hoje um dos problemas sociais mais preocupantes, particularmente para as crianças oriundas da imigração. Entretanto, integrar-se numa história, nova para a vida de uma pessoa, não significa perder suas raízes originais. É a experiência de qualquer pessoa que se casa: cada cônjuge traz sua própria história familiar, reciprocamente dividida e, portanto, formadora da história de seus filhos. Assim se transmitem e se transformam as culturas familiares. Elas inscrevem os indivíduos em múltiplas tradições, em culturas diferentes, e fundam, dependendo dos casos, um liame familiar ou social, fator de estabilidade afetiva e psicológica.

A lembrança social é de outra ordem, trata-se da memória. Diferentemente da prova jurídica, do saber administrativo, do conhecimento científico e técnico, que exigem restituição escrita, a memória tem uma função mais política e simbólica do que testemunhal. A memória é aquela fala que circula nas noites de vigília, que passeia de aldeia em aldeia de um lado a outro do reino, palavras com as quais um povo se reconhece e comunica. Apanágio da oralidade por longo tempo, a memória passou à forma escrita, literária (a *Eneida*); as canções dos trovadores, poemas épicos como a *Canção de Rolando*, que contam os feitos do herói (gesta), foram escritas tardiamente (ao redor de 1100), bem depois dos fatos ocorridos. A passagem desse gênero

para a escrita o condenou ao desaparecimento, em face da crônica da qual seguem alguns exemplos: *Histoire des Francs* de Gregório de Tours (século VI), *Histoire de la conquête de Constantinople* (1207), com a qual Villehardouin quis testemunhar exatamente como o faria na frente de um tribunal, ou, ainda, *Le Livre des saintes paroles et des bons faits de notre Saint Roi Louis*, ao qual Joinville dá a forma de um depoimento (1309). A lembrança social permanece literária, porém gera a história, uma história política descritiva, até, mais tarde, filosófica.

Isto é confirmado hoje em dia pelo sucesso da biografia histórica e das memórias. Solicitadas pelos editores, as personalidades sentem a necessidade de falar de si mesmas, tornam-se o modelo, a referência em que se misturam o sonho e a identificação. A autobiografia pode até confundir-se com o romance. Mais ainda, ateliês de escrita são criados com o propósito de ajudar as pessoas a escreverem suas Memórias, para elas mesmas e seus filhos, obedecendo a uma necessidade de transmissão.

Quando criança, eu passava minhas férias de verão na região de minha família. Brincando em casa, ouvia as mulheres da aldeia falarem com minha mãe sobre os familiares de meu pai, dos lugares, dos objetos que possuíam, utilizavam, amavam, transmitindo assim, oralmente, a tradição da família, minha tradição, minha história. Durante as refeições e à noite, depois do jantar, circulavam histórias a respeito de pessoas e de acontecimentos familiares. Sem percebê-lo, eu ia adquirindo um conhecimento sobre minhas origens na sua diversidade e riqueza, uma cultura, um enraizamento. Essa forma de trans-

missão está praticamente desaparecida para a maior parte das gerações. As pessoas não se reúnem mais à noite, depois do jantar, todas se detêm diante da televisão para assistir ao telejornal e, afinal, ver as mesmas novidades. As famílias se decompõem e se recompõem. O campo está se esvaziando, deixando casas e fazendas familiares a outros ocupantes. Não será por isso que franceses de todas as idades se dirigem aos arquivos para consultar a documentação do registro civil e os registros paroquiais para completar sua árvore genealógica? Não é para se ligar a um ilustre ancestral, mas apenas para se juntar a outros, responder a uma necessidade de identidade, de identificação que a vida moderna não permite mais. Desde os anos 1950, as sociedades genealógicas se multiplicaram de maneira extraordinária e colaboram até com os arquivos.

A audiência do programa de Jean-Louis Beaucarnot no canal Europe 1, domingo de manhã, é reveladora dessa necessidade. Perguntas são feitas pelos espectadores sobre o nome de suas famílias. De onde vem? O que significa? Poderíamos pensar que um sobrenome é apenas uma convenção, sem significado em si, como um número de matrícula que permite apenas se reconhecer entre outros. Porém, além dessa função, ele permite a uma pessoa justamente identificar-se, ligar-se a uma mesma origem, e assim ganha para cada um de nós uma importância primordial. Ao mesmo tempo, o sobrenome não diz respeito apenas a um indivíduo sozinho, mas aos indivíduos em família. Com ele, surgem grandes reuniões de familiares ao redor da memória de um ancestral comum, reuniões que

ultrapassam regiões, países e continentes. A construção de sua árvore genealógica é, para uma pessoa, a reconstituição simbólica dos arquivos familiares desaparecidos.

Em 1978, numa missão no Haiti, encontrei por acaso, na sede do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), um especialista em agronomia, cujo nome era da região Sudoeste da França. Conversando, ele me contou que havia percorrido a América Latina e o Caribe pelos últimos quinze anos e se declarava apátrida. Fiquei surpreso e perguntei-lhe se sua família não era dos Pirineus. Não mais. Seus pais estavam mortos, não tinha irmãos nem primos, era casado com uma americana e seus filhos não conheciam a França. Tinha sido obrigado a vender a casa da família. Com uma expressão sombria me disse então: “O que me ligava às minhas origens, ao meu passado, eram os documentos de minha família, correspondências, fotografias. Alguns anos atrás, ao deixar a Jamaica, pronto a embarcar, minha mudança foi destruída pelo incêndio do armazém onde se encontrava, no cais do porto de Kingston. O seguro substituiu tudo, menos meus arquivos. Sofri fisicamente essa perda como uma amputação, a perda de meus pais, um luto. Naquele momento me senti órfão, órfão do meu país também. Nunca mais voltarei para a França e nem levarei meus filhos para lá, nada mais me liga a ela”.

Nesse fenômeno da identidade, há como uma virada da história pelo avesso. Ao erigir o cidadão – o indivíduo – como ator político, econômico e social central, no lugar dos grupos da sociedade do antigo regime (famílias, comunidades, corpo-

rações, paróquias), a Revolução Francesa deu ao patronímico uma nova importância. Disso decorreu a prática, até a segunda metade do século xx, de chamar os homens pelo sobrenome, mesmo os meninos na escola, esquecendo-se que o prenome precede o sobrenome. Hoje, esse procedimento está desaparecendo. Nas empresas e na administração todos se tratam pelo prenome, seguindo um costume dos anglo-saxões que não conheceram a ruptura da Revolução Francesa. A lei de 2002, permitindo aos pais a escolha do nome de família de seus filhos, instala um novo elemento de incerteza na transmissão do patronímico, ele também fator de identificação. O sobrenome é ainda um forte elemento de integração, de escolha para cada um de sua origem, o que é indicado pelos numerosos afrancesamentos de sobrenomes e mudanças de prenomes de franceses originários da imigração.

As decorrentes consequências arquivísticas da evolução dos modelos familiares e das modificações da legislação da família no último meio século são facilmente imagináveis. As adoções feitas no exterior se multiplicam e colocam novas questões para a procura dos pais originais. O Pacto Civil de Solidariedade (PACS), casamento entre pessoas do mesmo sexo, cria situações jurídicas até então ignoradas. Os documentos de arquivos tornam-se o único meio de estabilidade e de possibilidade de reconstituir todas essas histórias cujos depositários são os serviços de arquivos.

Essa necessidade de identidade não é própria apenas dos indivíduos, todas as comunidades e os grupos sociais, particular-

mente os que se sentem ameaçados ou que são desestabilizados pela modernidade, têm um projeto similar. Depois das monografias locais clássicas que os professores primários do início do século xx eram obrigados a escrever para ensinar a história da cidade e desenvolver o sentimento patriótico, as monografias mais recentes contam a história das cidades no contexto do acontecimento nacional e mundial particularmente traumatizante da Ocupação alemã e da Resistência, para lembrar, exorcizar ou honrar e fazer o seu luto. Não se deve, tampouco, esquecer a maior parte das antigas cidades-estados que, nos museus históricos, expõem seus símbolos, cartas, moedas, armoriais, corporações etc., seus arquivos como, por exemplo, no Museu Histórico de Mulhouse.

Outro fato digno de nota é a publicação de álbuns de cartões-postais antigos das cidades e aldeias ou de fotos de soldados alistados com suas famílias, que vêm acompanhados de comentários para fazer reviver a imagem da comunidade, permitir ao “expatriado” folheá-los e comentá-los em família e, portanto, recriar a tradição oral e também transformá-los, de alguma forma, em arquivos pessoais. Livros amplamente ilustrados mostram a vida cotidiana na Argélia dos anos 1950. Colégios, agora centenários ou bicentenários, publicam não apenas a sua história em livros, mas ainda por meio de sites na Internet, incitando antigos alunos a identificarem colegas para completar as coleções.

Além das comunidades nas quais se inserem todos os indivíduos – famílias, aldeias, escolas, grupos de idade – e que

manifestam essa necessidade de recorrer aos arquivos, as empresas, elas também, começaram a olhar para os seus. Em primeiro lugar, por razões publicitárias e para afirmarem-se em face da concorrência e da clientela, elas publicam volumes comemorativos para celebrar seus vigésimo quinto, quinquagésimo, centésimo aniversários, verdadeiras sagas mostrando seu dinamismo e força. A partir dos anos 1960 apareceram formas de histórias de empresa mais conformes com as normas acadêmicas. Mas é, sobretudo, a partir da crise do petróleo e, depois, da profunda mutação das indústrias devido à desindustrialização que os arquivos estão sendo utilizados para uma história da empresa destinada aos seus membros com a intenção de revelar-lhes a identidade da empresa, de formalizar e desenvolver o que tem sido chamado de cultura da empresa, o orgulho do pertencimento e, por meio desse sentimento, de insuflar confiança no futuro.

A cultura de empresa – o espírito da casa – é um elemento essencial a considerar. Não se pode negligenciá-la em caso de fusão, pois uma fusão não é apenas uma questão financeira e industrial. No seu trabalho histórico sobre as empresas Saint-Gobain e Pont-à-Mousson, *Du soleil à la terre*, Maurice Hamon, então diretor dos arquivos da Saint-Gobain, mostra como as duas empresas souberam revelar a cada um de seus membros que eles dividiam os mesmos valores de identificação e por isso eram capazes, juntos, de construir o futuro. A oferta pública de compra (OPA) de Saint-Gobain pela empresa Boussois-Souchon-Neuvecelle (BSN), em 1969, não foi aceita, porém, alguns anos

mais tarde, a união com a Pont-à-Mousson ocorreu. Esse sucesso é atribuído ao pertencimento de cada um dos sócios a uma mesma cultura das profissões do setor metalúrgico, que utilizam o fogo, um forte espírito de empresa fundado sobre o trabalho e a excelência. Desde então, o arquivo de Saint-Gobain assegura não apenas os serviços tradicionais de arquivos – informação para a gestão dos arquivos, coleta, descarte, conservação e comunicação – como ainda a atualização histórica e cultural das aquisições e cessões, e a organização de exposições como “Saint-Gobain (1665-1937), uma empresa em face da História”, realizada em março de 2006 no Museu de Orsay, em Paris.

Muitas vezes, foram os comitês de empresa⁵ que se interessaram pelos arquivos e os usaram, muito mais do que as diretorias. Por exemplo, na Bull, sociedade particularmente inovadora, pioneira na área da mecanografia e da informática na Europa, foi o comitê de empresa que, no início do funcionamento, organizou a gestão dos arquivos históricos cuja conservação foi depois entregue ao Arquivo Departamental de Saint-Denis.

Tudo o que foi dito sobre os indivíduos, as famílias e as empresas vale também para a administração pública. É só observar o fracasso constante, há dois séculos, das políticas de

5 *Comité d'entreprise*, comissão formada por representantes eleitos dentre os funcionários e presidida pelo diretor da empresa, que tem um papel de consulta e de controle sobre o andamento dos negócios. (N.T.)

fusão de municípios, a despeito dos incentivos administrativos e financeiros que elas oferecem – fracassos invariavelmente atribuídos ao conservadorismo das populações. Análise um pouco rápida que evita a discussão da metodologia da reforma e dos pressupostos que a baseiam. Estatísticos, economistas e geógrafos, planejadores e outros profissionais acompanhados de alguns eleitos pré-convencidos, todos competentes e bem-intencionados, casavam os municípios no papel sem solicitar a participação dos interessados na elaboração do projeto e aos quais se apresentava a solução a pegar ou largar. Após o fracasso da reforma de 1972, lembro-me de ter conversado com um arquivista departamental. Ele me demonstrou, com exemplos, o equívoco da metodologia e a existência de outras soluções, talvez menos cartesianas e inteligentes do que aquelas propostas no papel, porém perfeitamente aceitáveis porque mais respeitadas do solo e das pessoas. A reforma tratava dos objetos, das coisas e dos agentes econômicos. Esquecia a memória, a cultura e a psicologia dos habitantes que o estudo dos arquivos poderia revelar.

Até ministérios criaram comissões de história. Quase sempre constituídas por universitários, elas são muito mais lugares de pesquisa histórica do que organismos de revelação da cultura do ministério que poderiam acompanhar todo o pessoal administrativo em direção às mudanças necessárias. É preciso citar algumas exceções, como por exemplo as Alfândegas, com os trabalhos históricos de Jean Clinquart e o Museu das Alfândegas de Bordeaux. O Ministério da Defesa, confrontado com rápidas

mutações, sabe a importância da história e dos gestos simbólicos para desenvolver a coesão, a força e a coragem, quer se trate da história dos regimentos ou de outros corpos militares, quer se trate das embarcações da Marinha, batizadas com nomes portadores de uma tradição muitas vezes plurissecular. Certas vezes são dados nomes que testemunham atos heroicos numa derrota: Camerón, (México), para a Legião Estrangeira, exemplo de sacrifício, de heroísmo e de renovação, memória preservada e transmitida, é comemorada com pompa a cada ano.

Assim são as municipalidades, os departamentos, as regiões, os ministérios. Mas assim também são os Estados que souberam utilizar seus arquivos para existir. Os arquivos constituem o “arsenal” do Estado, ao mesmo tempo instrumentos e testemunhos. Por isso são também objeto de lutas: butim de guerra, disputado, concedido e finalmente retomado. Por exemplo, no século XIX, a nobreza polonesa conservou os arquivos da nação e a consciência nacional quando o Estado havia desaparecido; a Boêmia, incorporada ao Estado austríaco, fez da preservação dos seus arquivos o elemento de sua identidade nacional. Recentemente, a Catalunha tem negociado duramente com o governo espanhol o retorno, para Barcelona, dos arquivos republicanos sequestrados pelas forças franquistas e levados para Madri e para Salamanca. Inversamente, quando um terrorista do Exército Revolucionário Irlandês (IRA) incendiou em 1922 os arquivos de Dublin, longe de incomodar a Inglaterra, privou sua causa, sua terra e seu povo dos seus arquivos históricos.

Os arquivos servem aos regimes e aos novos Estados como meio de enraizarem-se no tempo, com mais solidez. O Museu da História da França, montado pelo rei Luís Filipe (1830-1848) no castelo de Versalhes, conta a história dos grandes momentos por meio de pinturas, enquanto, alguns anos mais tarde, um outro museu de história da França, montado pelo marquês de Laborde em 1867 no Arquivo Nacional, exibiu, no meio de outros atos, títulos, cartulários dos reis da França, o busto de Napoleão III⁶, para afirmar seus próprios títulos e inscrevê-lo na continuidade das dinastias e dos soberanos franceses. Entre um museu e outro, um passo foi feito indo da imagem à prova.

Não se deve acreditar que a necessidade de identificação esteja ultrapassada. Quando os Estados africanos ganharam sua independência, uma de suas primeiras preocupações foi a de estabelecer Arquivos Nacionais, o que os levou, em certos casos, a apaixonadas reivindicações de arquivos. Ao visitar em 1973 o Arquivo Nacional de Gana (anteriormente Gold Coast britânica), primeiro Estado da África subsaariana independente pós-segunda guerra (1957), eu vi, no hall de entrada de um prédio moderno, uma exposição permanente sobre as fontes institucionais do país, que não remontava nem às origens étnicas e tribais, nem à independência, mas se aplicava em apresentar os fundamentos e os caminhos da história institucional

6 Napoleão III (1852-1870) inaugurou uma reforma do Arquivo Nacional que levantou os “Grandes depósitos”, oferecendo novos modos de conservação e de visualização dos arquivos.

por meio dos documentos e dos atos que haviam desenhado aos poucos a existência jurídica dessa antiga colônia britânica, “agregado frouxo de povos desunidos”, que não constituíam ainda uma nação, mas apenas um território.

As coisas são mais complexas quando há deslocamento de populações. No momento da independência da Argélia, foi preciso assegurar a continuidade de dois Estados, bem como a identidade de duas populações. É assim que, de um fundo de arquivos administrativos de algumas centenas de quilômetros lineares, a França entregou à Argélia independente noventa, relativos à gestão territorial, para assegurar a continuidade dos serviços públicos, frente às necessidades da população. Sete quilômetros lineares relacionados ao Estado francês, bem como algumas séries relativas aos repatriados foram entregues ao Arquivo Nacional francês. O governo francês microfilmou os arquivos notariais das maiores cidades; esses microfilmes encontram-se hoje nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores, com os documentos correlatos dos franceses nascidos no exterior.

Entretanto, a necessidade de identidade manifestada em todos os níveis da sociedade se vê muitas vezes analisada por aqueles que a rejeitam como uma maneira de ensimesmar-se, um fechamento, a expressão de um medo. Trata-se de um equívoco. A identidade é, de fato, o que uma comunidade divide entre seus habitantes, para saber o que ela é. A primeira herança dividida à qual cada um adere, apesar de tudo, porque nos é dada, é nossa história. Confundir essa necessidade de

identidade nacional com os seus excessos, como o nacionalismo e o corporativismo, formas bastardas de um liame social, é negar a necessidade natural de todos esses laços sociais, sem os quais as sociedades se fraturam.

Embora se pense comumente que os arquivos servem, sobretudo, para a escrita da história e que alimentam uma parte importante das editoras, eles têm muitas outras utilidades, utilidades múltiplas que vão se diversificando no decorrer do tempo. Dependendo do momento e das circunstâncias, nunca são os mesmos que se revelam, mas quando necessitamos deles, são essenciais e acompanham todos os momentos e todos os aspectos de nossas vidas individuais e coletivas. Os arquivos são um desafio político.

Disso decorre o seu poder e a necessidade de conservá-los, como também a sua rejeição, até sua destruição por parte daqueles que não querem que a verdade seja conhecida.

II

O que são os arquivos?

Se os arquivos correspondem satisfatoriamente às funções detalhadas no capítulo anterior, os documentos que os integram não são como os outros; sua realidade é bem mais complexa do que se costuma pensar. É por essa razão que não se fala deles. Embora existam muitos textos referentes a determinados documentos, como a Declaração dos Direitos Humanos e o Édito de Nantes⁷, há pouquíssimos sobre o que são documentos de arquivo. Talvez seja necessário, correndo o risco de ser didático, deter-me sobre as noções de arquivo, arquivística e arquivista, para que não haja mal-entendidos nem contrassensos.

7 Assinado em 13 de abril de 1598 pelo rei da França Henrique IV, concedeu aos huguenotes a garantia de tolerância após 36 anos de perseguição e massacres por todo o país, com destaque para o da famosa Noite de São Bartolomeu, de 1572. (N.T.)

DOCUMENTOS DIFERENTES DOS OUTROS?

A definição oficial dada pela legislação da França, de 3 de janeiro de 1979, pode ser assim resumida: “Os documentos de arquivo, independentemente de data, suporte, forma ou local de conservação são aqueles solidariamente produzidos ou recebidos por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no exercício de suas atividades, acumulados e organizados em consequência dessas mesmas atividades, e conservados para eventuais usos futuros”. Esse enunciado se encontra, quase nos mesmos termos, na legislação da maioria dos países. Há, portanto, unanimidade a respeito da definição dos arquivos: documentos reunidos por uma pessoa ou instituição em razão de suas necessidades, formando, assim, um conjunto solidário e orgânico denominado fundo de arquivo, conservado para usos posteriores. Tais utilizações são, como vimos, numerosas, diversas, mutáveis e imprevisíveis.

Além desse significado, é preciso acrescentar outros que dele decorrem: os “Arquivos” (com “A” maiúsculo) são as instituições ou os serviços que têm como missão reunir e conservar os documentos de arquivo, tornando-os acessíveis. São também os edifícios que abrigam numerosos arquivos (com “a” minúsculo), entendidos como conjuntos de documentos, bem como todos os serviços encarregados de sua gestão.

Não é qualquer documento que pode ser qualificado como de arquivo. O documento de arquivo é o instrumento de uma ação e, como tal, possui três qualidades: ele é necessário, pessoal e preservado.

Na maioria das vezes, os arquivos são resultantes das atividades públicas ou privadas que acompanham a vida cotidiana dos indivíduos, das administrações públicas, das empresas. São definidos pela legislação, com base, sobretudo, no Código Civil (que regula o estado civil e a propriedade, por exemplo), no Código Comercial, no Código Tributário ou no Código da Previdência Social. Nós os utilizamos regularmente, sem sequer pensar no que são: bilhete de transporte, nota fiscal de loja, extrato bancário, fatura da conta de luz etc.

Tais documentos são padronizados e normalizados, pois devem comportar certo número de informações precisas e especificar quem as fornece, quem as estabelece e quem as atesta. O aspecto material pode ser diferente, mas os tipos de informações são sempre aqueles que a sistemática, a legislação ou a regulamentação exigem. Se tomarmos o exemplo das passagens de avião, vemos que centenas de milhares delas são emitidas diariamente e comportam as mesmas informações (nome e sobrenome do passageiro, nome da companhia aérea, número do voo, datas e horários, aeroportos de partida e de chegada, preço, tipo de bilhete, taxas, modo de pagamento), quaisquer que sejam a companhia ou o país, em versão material ou eletrônica. Essas passagens são formalmente normalizadas e universais, são todas similares, porém cada qual é diferente e única, cada uma é pessoal, destinada à pessoa para quem foi emitida. Todo documento de arquivo é único porque individual. Mesmo um documento aparentemente múltiplo, como uma circular, é único para cada destinatário, por ser um documento que lhe foi endereçado pessoalmente.

São inúmeros os documentos de arquivo. A cada ação, cada procedimento e cada etapa do procedimento correspondem formulários e documentos específicos que os tornam possíveis, que os materializam e acompanham. Há alguns anos, comecei a fazer o levantamento dessas espécies e a defini-las para o Dicionário de terminologia arquivística; e cheguei a mais de mil! Dos atos de correspondência (documentos enviados pelo correio), listei mais de duzentos, sem esgotá-los.

Nenhuma ação se compõe de um único passo, e sim de uma sucessão deles; além disso, nenhum passo é isolado e independente daqueles que o precedem ou daqueles que o sucedem. Ocorre o mesmo com os documentos que, produzidos para viabilizar determinada ação, representam os gestos necessários ao seu cumprimento, documentos igualmente indissociáveis daqueles que os precedem e daqueles que os sucedem: requisição de compra, cotação de preços, cadastro do fornecedor, processo de licitação, nota de empenho etc. Assim, os documentos de arquivo pertencem a conjuntos solidários organizados segundo as necessidades de cada ação, e não por uma escolha arbitrária. Formam conjuntos orgânicos. Aliás, o arquivo, em francês, é um substantivo feminino plural (*archives*), o que um uso recente da palavra (*archive*, no singular) parece ignorar, transformando-o em algo equivalente a fontes, informações e dados. Muitas vezes, as novas tecnologias, bem como as ciências sociais, fazem esquecer que um documento de arquivo é sempre um elemento de um fundo de arquivos.

Todos os arquivos são resultado da ação do indivíduo ou do organismo que os produz, recebe e reúne ao longo de uma atividade, e tais documentos se revestem de caráter pessoal. Dizem respeito à “vida privada” de alguém ou de um organismo, embora possam interessar indiretamente a várias outras pessoas, com as quais mantêm ligação mais ou menos importante. Assim, encontram-se nos Arquivos Públicos documentos que dizem respeito a cada cidadão: atos notariais, impostos, escolas, educação, serviço militar, recenseamento, justiça, cemitérios etc. Todos têm direito de acesso a esses documentos.

Tudo que é pessoal acaba por assumir caráter sigiloso, o que vale também para os documentos de arquivo. Nesse caso, funciona uma lógica totalmente diferente da que ocorre com a imprensa ou com as bibliotecas: os arquivos encontram-se fora do domínio da difusão da informação. O “sigilo dos arquivos” nada tem a ver com o direito do autor ou produtor de obras literárias ou audiovisuais, nem com a deontologia da informação da mídia, mas com o direito à intimidade e à vida privada. O acesso a um arquivo pessoal depende exclusivamente da autorização de seu proprietário. Uma sondagem realizada na França, em outubro de 2001, pela SOFRES (grupo mundial de pesquisas de marketing e sondagens de opinião) e pelo jornal *Le Monde*, revelou, por exemplo, que 24% dos participantes eram partidários de um segredo indefinido para os arquivos relativos à vida privada; para 68% deles, apenas certas categorias de profissionais como juízes, policiais ou médicos poderiam ter acesso a eles; apenas 12% pensavam

que tais arquivos poderiam se tornar públicos após um certo período.

Como exceção à natureza geral dos arquivos, os documentos públicos são submetidos a regras derogatórias relacionadas à transparência do Estado para com os cidadãos e às necessidades do que se denomina hoje a boa governança. Existe na França, desde o ano II da Revolução Francesa (1794), uma legislação especial para o acesso aos arquivos públicos, confirmada pela Lei de 3 de janeiro de 1979. Durante os debates sobre essa lei, ocorridos na Assembleia Nacional, alguns deputados apresentaram emenda para limitar o acesso aos arquivos apenas aos pesquisadores profissionais, de modo a não sobrecarregar os serviços com demandas de curiosos. A maioria rejeitou essa emenda, baseando-se na tradição revolucionária da lei de 1794, que outorgava a todos os cidadãos acesso aos arquivos públicos. Os deputados haviam esquecido que os arquivos não são apenas documentos históricos para a pesquisa, mas documentos que dizem respeito a toda a sociedade e a cada cidadão. Os Arquivos Públicos não são nem serviço de pesquisa, nem centro de pesquisa histórica. A proposta dos deputados pretendia ser racional, mas era reveladora de sua ignorância a respeito da natureza dos documentos de arquivo. Essa mesma assembleia prolongou alguns prazos de abertura dos arquivos, julgando-os demasiado curtos e atentatórios à vida privada. A lei de julho de 2008 reduziu muito os prazos, o que suscitou uma série de novos problemas.

Por se relacionar com o controle democrático dos cidadãos sobre o Estado, com a exigência de transparência das ações pú-

blicas e com o direito de saber aquilo que lhes interessa, o acesso aos arquivos públicos deve respeitar também a vida privada de cada um de nós. Trata-se, assim, de questão delicada, oscilando entre os interesses do controle democrático e a curiosidade, de um lado, e entre o direito à intimidade das pessoas e ao sigilo da administração e das empresas, de outro. No que concerne o acesso aos documentos relativos à segurança do Estado e àqueles ditos “sensíveis”, a sondagem de 2001 mostra que, ao contrário do que indicamos acima, aqueles que nunca tiveram acesso aos arquivos são os mais liberais (38% favoráveis a um prazo de 10 a 25 anos) e aqueles que conheciam os arquivos são os mais reservados (36% favoráveis a um prazo de 25 a 40 anos).

O documento de arquivo é o resultado de uma ação passada que se pretende guardar, ao longo do tempo, por um prazo mais ou menos extenso, para necessidades futuras. A guarda dos arquivos se inscreve na duração, no tempo longo da vida dos homens e das instituições, ao contrário das necessidades da comunicação, da informação e, em geral, da documentação, que são orientadas para a atualidade e o imediato.

Todas essas características conferem aos documentos de arquivo uma presunção geral de autenticidade, mesmo àqueles, os mais numerosos, que não são atos autênticos. É por isso que a Justiça recorre a eles frequentemente, pois os documentos de arquivo fornecem um testemunho involuntário e, portanto, objetivo. Oferecem ainda, por não serem isolados, possibilidades de controle e, portanto, de crítica. É por essa razão que os historiadores fizeram deles sua fonte privilegiada para chegar à verdade.

O DESAFIO DA PRESERVAÇÃO: A CONFIANÇA

Quando surgiu a preocupação de conservar todos os tipos de documentos produzidos, e não apenas aqueles que atestavam direitos, o principal desafio foi proteger essa presunção de autenticidade da qual extraem toda a sua importância. Cada conjunto orgânico reunindo os documentos de um indivíduo ou de uma instituição é denominado “fundo de arquivo”. Um fundo preserva juntos todos os documentos solidários, guardados no estado e no contexto em que foram produzidos. Do mesmo modo que Michelet, quando chefe da seção histórica do Arquivo Nacional, entendeu que os arquivos eram dotados de vida para os pesquisadores, Natalis de Wailly, chefe da seção administrativa, concebeu em 1841, na qualidade de arquivista, a noção de fundo, formulando o princípio do respeito aos fundos como princípio básico da arquivística. Sua aplicação proporciona a qualquer usuário a garantia da total confiabilidade dos documentos consultados.

Tive inúmeras oportunidades de ver fundos completos e reagrupados. Gostaria de evocar uma lembrança remota. Encontrava-me em Lisboa para dar uma semana de curso sobre arquivos de empresa. Na manhã do terceiro dia, uma ouvinte me propôs visita a um arquivo sobre o qual desejava minha opinião. Decidimos ir logo depois de encerrado o curso. Partimos, já de noite, debaixo de chuva e vento. Passado certo tempo, o carro parou na frente de uma grade vigiada pelo Exército. O portão se abriu. Estávamos diante de um grande edifício

no meio da escuridão, mal iluminado por uma lâmpada. Um soldado nos deixou entrar. Percorremos um hall e corredores imensos sob a luz fraca vinda do teto. Finalmente minha guia empurrou uma porta de ferro fechada à chave, iluminou uma vasta sala mobiliada com estantes cheias de documentos e disse: “Após a Revolução dos Cravos, um tribunal foi instituído para julgar os cúmplices do regime salazarista. Todos os documentos que Salazar, ao longo de sua ditadura (1932-1974), havia acumulado e conservado no casarão onde morava com sua governanta, no centro de Lisboa, foram transferidos para cá. Aqui estão! Eu os mantive na ordem original. Mas não sei se devo respeitá-la, pois recebo solicitações para encontrar nos documentos subsídios para instruir os processos judiciais. Como proceder?”

Mergulhei nos documentos. Num fichário metálico com pastas suspensas, a coleção das agendas de Salazar oferecia a crônica de quase quarenta anos de poder. Havia também dossiês reservados, escritos em caligrafia grande e redonda. Aos poucos fui tomado por um estranho sentimento: tinha a impressão de passear no cérebro, nos pensamentos, nas preocupações e na psicologia do ditador desaparecido. Nunca senti de maneira tão concreta e palpável o que era um fundo de arquivo, o caráter orgânico, a solidariedade dos documentos e a validade do princípio de respeito aos fundos, que nada mais é que o respeito ao seu produtor, qualquer que seja ele, o respeito a sua vida e suas atividades. Dispersar esse conjunto seria reduzir os documentos ao anedótico, fragmentar toda uma concepção de

governo e os fundamentos teóricos da política que, por trinta e seis anos, regeu a história nacional de Portugal e do seu império colonial. Eu lhe disse: “Entendo suas dúvidas, qualquer arquivista no seu lugar teria as mesmas inquietações. Você deve continuar a procurar os documentos exigidos pela justiça. Mas isso é um tesouro histórico que deve ser conservado exatamente como está, sob pena de mutilar a história. É preciso explicar essa condição e obter meios de reproduzir as peças úteis ao processo judicial fazendo referência a seu contexto de origem. Dessa maneira terá cumprido sua missão e esse monumento da história será preservado”.

Na prática, os documentos de arquivo, mesmo quando correspondem a uma realidade funcional bem nítida, podem ser conservados, materialmente, de forma dispersa. É o que acontece, por exemplo, em nossa vida cotidiana: em casa, guardamos numa escrivaninha a pasta dos impostos e dos seguros; numa caixa-arquivo, as contas de luz e gás; numa gaveta da cozinha, as notas fiscais, as garantias e os manuais dos eletrodomésticos; num armário, os papéis mais antigos; na biblioteca ou no computador, os álbuns de fotos etc. O arranjo desses documentos não corresponde a sua natureza, mas à função que desempenham, sendo difícil percebê-los como partes de um mesmo conjunto. Em outras palavras: um fundo de arquivo não é materialmente visível como ocorre com uma biblioteca.

Assim, numa empresa ou numa administração, os documentos mais recentes encontram-se dispersos entre os vários departamentos que os utilizam diariamente; os menos consul-

tados vão para uma sala especialmente reservada para tal fim, em cada serviço ou departamento; outros, menos utilizados no dia a dia, encontram-se num porão adaptado, num galpão anexo ou mesmo no arquivo permanente, no caso dos mais antigos. No processo de recolhimento, os arquivistas, por dever de ofício, recuperam todas as partes do fundo, como se fossem os destroços de um naufrágio. À medida que as recebem, podem depositá-las em diferentes espaços, mas reconstituem intelectualmente o fundo como um conjunto único. Porque, apesar da dispersão material, tais documentos formam uma unidade jurídica e funcional.

Os arquivos, como as entidades que os acumulam, têm vida própria. Em sua trajetória, os homens demarcam etapas ou idades, e o mesmo se dá com os documentos. Foi nesse contexto que, em 1961, Yves Pérotin, arquivista do município de Paris, formulou a teoria das três idades dos arquivos, que os canadenses rebatizaram como ciclo de vida dos documentos e os australianos, como *continuum*. Todos os arquivos passam por três idades sucessivas: a idade dos arquivos correntes, durante a qual os documentos são criados e usados cotidianamente; a idade dos arquivos intermediários, na qual os documentos, apesar de não mais usados frequentemente, devem ser conservados para responder a uma série de obrigações e prescrições fiscais, administrativas ou sociais; e, finalmente, a idade dos arquivos definitivos, em que os documentos que se decidiu guardar para sempre são mantidos depois de classificados e descritos. Portanto, todo arquivo contém documentos em fase

permanente, intermediária ou corrente. A passagem do tempo pode mudar a situação de tais documentos, até sua destruição ou guarda definitiva.

A diversidade dos suportes e usos exige hoje uma atenção redobrada na aplicação do princípio do respeito aos fundos. Daí a necessidade de retornar, com redobrada acuidade, à definição de documento de arquivo, desfazendo a ambiguidade com que vem sendo interpretado. A diferença entre arquivos e documentação, assim como a que existe entre seus métodos de tratamento, conservação e utilização, constituem objeto de um debate científico fundamental.

A documentação resulta do processo de colecionar, de reunir documentos selecionados em função das necessidades daqueles que são suscetíveis de consultá-la ou, muitas vezes, da escolha do colecionador. A formação de qualquer coleção é arbitrária, pois ocorre depois e independentemente da criação dos documentos que a compõem. Daí a diferença de natureza entre arquivo e coleção documental: aquele é produto de acumulação ao longo do tempo; esta, a resposta a uma questão conjuntural. O exemplo de Ötzi ilustra essa diferença.

O MÉTODO ÖTZI: OS FUNDOS DE ARQUIVOS UNOS E INDIVISÍVEIS

No verão de 1991, nos Alpes austríacos, no Tirol, montanhistas descobriram o corpo de um homem perfeitamente conservado

no gelo do vale de Ötstal; foi, por isso, denominado Ötzi. Sua história, cientificamente reconstituída, foi objeto de um “documentário ficcional” transmitido pela France 2 no dia 22 de agosto de 2005, durante o programa Contre-courant, sob o título “O mistério Ötzi: inquérito sobre uma morte suspeita, há 5 mil anos”. O filme relatava o estudo minucioso sobre Ötzi desenvolvido pelos pesquisadores desde então.

Ötzi viveu numa era pré-histórica (há cerca de 5.300 anos), para a qual não dispomos de documentos escritos anteriores a 4 mil anos; as únicas testemunhas desse período são os objetos materiais que os arqueólogos conseguem descobrir na terra (por meio de escavações), sob a água (no lago de Paladru, região do Dauphiné, França, por exemplo) ou sob as cinzas vulcânicas (do Vesúvio, na Itália). Isto significa que nossos conhecimentos da época se baseiam nesses “suportes de conservação”: a terra, a água ou o fogo – suportes que operaram, cada qual à sua maneira, uma forma de seleção mais ou menos rigorosa. Ötzi, graças ao congelamento, é uma testemunha completa e uma espécie de instantâneo.

Para explorar cientificamente tal descoberta de suma importância, dois métodos de estudos poderiam ser adotados. A primeira solução seria repartir entre os museus e laboratórios competentes as vestes, as armas, o corpo, efetuar uma dispersão, isto é, fragmentar esse todo orgânico num certo número de peças isoladas e reuni-las a objetos similares. A raridade das fontes leva muitas vezes certos historiadores medievalistas a constituir, como na prática da documentação, coleções de

documentos isolados, e a confrontá-los para fins de crítica e edição. É o beabá da erudição, da diplomática da alta Idade Média. Porém, quando se dispõe de conjuntos orgânicos de documentos, esse confronto se torna desnecessário.

A outra solução consiste em aplicar o método da arquivística, o princípio do respeito aos fundos, isto é, deixar junto tudo aquilo que foi encontrado com Ötzi e estudá-lo como um todo. Foi o método escolhido. Os especialistas das mais diversas disciplinas são convocados sucessivamente e cada qual, dependendo da sua área, analisa, diz o que vê, o que sabe, faz o comentário, se possível, e fornece o resultado aos outros. Ötzi possui utensílios de pedra polida, e também um machado de bronze: será que isso significa que, naquela altura do neolítico, a passagem para a idade do bronze está em vias de se processar? Ele veste roupas de couro: de que animais? Alguns são selvagens, outros domésticos – o que se pode deduzir desse fato? Os restos de sangue encontrados numa flecha pertencem a dois grupos sanguíneos diferentes, a dois homens diferentes – o que concluir? Suas vísceras nos mostram o que ele comeu e bebeu; os dentes e o corpo revelam sua idade e seu estado de saúde; e os pólenes, a época em que morreu.

Eu poderia continuar enumerando os ângulos de estudo que não foram ainda explorados e levantar outros, graças ao estado de conservação de Ötzi. Os pesquisadores vão prosseguindo seu trabalho e, ano após ano, cruzam dados novos com os anteriores, reduzindo as dúvidas e reforçando as certezas. Ötzi continuará fornecendo informações, o que não teria sido possível se esse

“fundo” não houvesse sido respeitado, se os objetos tivessem sido dispersados e os estudos, consequentemente, fragmentados, cada qual limitado a um único objeto. A decisão de conservar Ötzi como um todo e assim estudá-lo acrescentou um valor infinito a essa descoberta e aos nossos conhecimentos sobre a época.

O exemplo ilustra o que diferencia os dois procedimentos, e assim ficam esclarecidas as diferenças metodológicas que os separam e as limitações de ambos. A documentação, técnica de agrupar documentos com uma finalidade específica, permite tomar conhecimento rapidamente de um assunto e fazer estudos focalizados, úteis para a ação imediata. Em contrapartida, a manutenção da integridade do fundo oferece, ao final de longo procedimento científico, uma reserva inesgotável de objetos de estudos e de conhecimento, além de lhes proporcionar valor probatório. Os fundos de arquivos são unos e indivisíveis. Será essa premissa sustentável ainda hoje?

OS ARQUIVOS PARA ALÉM DO ESCRITO

De Michel de Certeau a Paul Ricoeur, a literatura sobre os arquivos, rica em reflexões sobre a memória e a história, a identidade e o dever de memória, alimenta-se constantemente de perguntas suscitadas pelo passado recente. Seria preciso colocar a primeira delas, que parece a mais natural e cuja resposta evidencia um truísmo. À pergunta “O que se deve entender por documento de arquivo?” é muito tentador responder “Um

documento escrito que pertence ou pertenceu a um fundo de arquivo”. Uma obviedade. Entretanto, a pergunta merece reflexão, pois se encontra nos arquivos uma quantidade de documentos que não são escritos.

Há muito tempo mapas, plantas, esboços, gráficos, fotografias, documentos sonoros ou audiovisuais invadiram os arquivos e, mais recentemente, documentos digitalizados são seu prolongamento atual. Mas existem ainda, entre os documentos de arquivo, objetos cuja conservação apresenta dificuldades para os arquivistas, sejam eles documentos de arquivo por natureza, como as maquetes de arquitetos e urbanistas, ou então documentos de arquivo por destino, que preexistem à ação, como os desenhos e modelos que servem de prova nos processos de patente de invenções. Cito a notável exposição “Objetos”, organizada pelo Arquivo de Paris em 1993, onde foram apresentados 11.500 objetos que compõem as séries de desenhos e modelos de fábrica, de 1860 a 1910, do fundo do Tribunal do Trabalho de Paris.

Tomemos o exemplo da Manufatura Nacional de Sèvres, que conta com biblioteca e serviço de arquivos, instituídos e continuamente alimentados desde a criação do estabelecimento, em 1740, até hoje. As principais “coleções” da biblioteca consistem em livros técnicos e históricos sobre a química e a cerâmica na França e no exterior, em livros ilustrados sobre a Antiguidade, as viagens, a fauna e a flora, que forneceram modelos para os decoradores da Manufatura, e em livros de arte. Ao lado dessa documentação, o arquivo é constituído

por séries muito variadas: documentos provenientes da gestão administrativa dos serviços e dos recursos humanos, dos trabalhos em ateliês e da circulação dos produtos (documentos administrativos por natureza); desenhos, quadros e gravuras reunidos ou elaborados para servir de modelo aos decoradores (documentos técnicos por natureza ou por destino); moldes e modelos de gesso associados a modelos em porcelana ainda não decorados (documentos técnicos por natureza, sob a forma de objetos); conjuntos de peças decoradas, características das diferentes produções desde 1850 (documentos técnicos por destino, já que foram originalmente destinadas à venda).

Tais documentos não correspondem aos tipos tradicionais que se encontram nos arquivos, quase sempre associados ao gênero textual. Entretanto, cabem perfeitamente na definição científica e legal dos arquivos. Às vezes incomodam os arquivistas, por não terem o formato normalizado dos documentos administrativos, de suas caixas e estantes. Daí a tentação de decretar que não são realmente documentos de arquivo, de ignorá-los e até mesmo descartá-los. Foi assim que matrizes de selos foram confiadas a museus (Museu da Idade Média); que certos selos foram retirados das cartas para formar coleções; e que objetos das câmaras municipais foram encaminhados para museus do comércio e da indústria (Lille) etc. Era uma comodidade fundada sobre a analogia do objeto e não sobre sua natureza. Trata-se, na verdade, de um erro científico e de um erro também político, pois traduz autocensura e limitação dos meios de ação e desenvolvimento das responsabilidades pró-

prias dos arquivos, restringindo igualmente as possibilidades de pesquisa. Se ficarmos com uma noção redutora dos arquivos, não podemos lamentar a falta de condições para receber documentos audiovisuais ou desmaterializados, maquetes de arquitetos e peças probatórias volumosas...

Em novembro de 2005, uma famosa firma de tapeçarias e tecidos para decoração colocou em leilão numerosos desenhos e modelos de seus produtos. Ao fazê-lo, acreditava vender apenas objetos, desenhos e amostras inúteis de tecidos; como a própria imprensa notou, entretanto, a firma estava vendendo também os documentos que, independentemente de data, representavam sua identidade, sua história, sua cultura, seus direitos. O Arquivo Nacional criou recentemente um grupo de trabalho para definir a natureza arquivística de documentos têxteis.

Numerosos arquivistas engajaram-se com sucesso nesses caminhos novos, dos quais darei dois exemplos muito diferentes. No edifício construído recentemente em Montigny-le-Bretonneux para o Arquivo das Yvelines, algumas salas foram especialmente concebidas e preparadas para conservar as maquetes dos projetos de urbanização dos órgãos públicos cujos documentos em suporte papel são armazenados em depósitos separados. Outro exemplo é o do Arquivo do Aveyron, no Sudoeste da França. Ao lado dos documentos clássicos, audiovisuais e digitalizados que cobrem mais de um milênio da história do Rouergue (antigo nome da região), a instituição recolheu sistematicamente, ao longo das visitas de inspeção aos arquivos municipais, objetos e utensílios concebidos como complemento e prolongamento dos

documentos em suporte papel, submetendo-os também a tratamento técnico. Em suas diferentes unidades – Museu da Mina, em Aubin, Museu do Artesanato e da Protoindustrialização, em Salles-la-Source, Museu da Roda, em Salmiech, e Museu da Vida Cotidiana, em Espalion –, o “Museu do Rouergue” realiza, em complemento ao Arquivo da região, uma espécie de arquivo total, de “ecoarquivo”, em que conjuntos de objetos, com os seus nomes tradicionais, são conservados para permitir a compreensão e a identificação de antigos documentos escritos, que o afastamento da vida rural tradicional torna cada vez mais indecifráveis e incompreensíveis para os nossos contemporâneos.

É necessário, ainda, considerar como documentos de arquivo o material científico de pesquisadores e pessoas de notório saber – naturalistas, arqueólogos, etnólogos – em que se encontram amostras de rochas, fósseis, herbários, insetos, conchas, ossos, lâminas histológicas e frascos de anatomia patológica, cacos de cerâmica, objetos da vida cotidiana, peças acompanhadas de identificações e observações sobre seu contexto: lugar de descoberta, condições ambientais, circunstâncias, usos. Os pesquisadores transformam esses objetos inanimados em documentos de arquivo no sentido pleno do termo, já que assumem a função probatória e de informação confiável, que todo documento de arquivo possui. A esses objetos são adicionados todos os objetos técnicos produzidos pelo artesanato e pela indústria, memória do saber e do saber-fazer.

Quem pode negar que as imensas coleções entomológicas constituídas pelo Museu Nacional de História Natural, por

exemplo, são arquivos científicos da maior importância? Sua acumulação é o resultado do exercício profissional de pesquisadores dessa grande instituição, em que cada inseto é identificado não apenas na sua espécie, mas ainda na sua origem (lugar, data, nome do pesquisador) para servir de prova científica da existência de tal ou qual variedade, no tempo e no espaço.

O arquivo pode conter documentos inesperados. As grandes firmas de perfumes ou os grandes destiladores de flores e produtores de óleos essenciais, de Grasse, particularmente, sabem disso muito bem. Eles conservam nos seus arquivos, como peças vitais, frascos das essências que reúnem todo o saber e a experiência acumulados no decorrer dos tempos na composição dos perfumes, sob a forma de documentos olfativos. Por ocasião de um processo por contrafação intentado pela L'Oréal contra a Bellevue, em janeiro de 2006, esses “documentos olfativos” foram reconhecidos, por um julgamento do Tribunal de Justiça de Paris, como obras de arte. Graças ao seu arquivo, a L'Oréal recebeu direitos autorais. Mais um exemplo de documentos de arquivo conservados e utilizados, na longa duração, como prova, como memória, como fonte de conhecimentos e de práticas.

OS MONUMENTOS COMEMORATIVOS

Uma nova forma de documentos de arquivo decorre da necessidade de lembrança, “memória”, de celebração e de reconhe-

cimento. Em *Les lieux de mémoire*, publicado em 1984, Pierre Nora mostrou de que maneira lugares, monumentos, acontecimentos, objetos e instituições desempenham um papel de arquivo na memória coletiva de uma sociedade. É significativo que a Comissão para as Celebrações Nacionais seja ligada ao Arquivo Nacional da França. A memória não é a história, mas ela está sempre presente nas comemorações, nos monumentos de guerras gloriosas ou trágicas, nas estátuas das personalidades militares, políticas ou científicas. Os fundadores da história nacional constituem outro aspecto dessa memória que baliza nosso espaço e nosso tempo nacional ou local. Edificados imediatamente ou, ao contrário, muito depois do acontecimento, os monumentos espalham-se pelo território nacional: o obelisco da batalha de Bouvines (1214), construído em 1863; o da batalha de Ivry (1590), erguido no século XVIII, destruído pela Revolução e restabelecido por Napoleão para lembrar Henrique IV; o da vitória de Denain, que salvou o reino de Luís XIV (1712), construído sob Luís XVI, demolido em 1793 pelos austríacos e reconstruído em 1823 por Luís XVIII; os monumentos do centenário da batalha de Valmy (1792), que salvou a República recém-nascida, edificados em 1892; a pirâmide contendo o coração de Kellerman; o moinho de Valmy, feito para o bicentenário da Revolução, em 1989; o Leão de Belfort etc.

Os monumentos comemorativos das últimas guerras mundiais, como os de Verdun e de Douaumont, “grandes cemitérios sob a lua”, e, sobretudo, os monumentos em honra dos mortos, estão presentes em quase todas as cidades da França,

e foram particularmente estudados pelo historiador Antoine Prost. São placas de mármore colocadas no saguão de ministérios, repartições públicas, escolas, igrejas e também nas ruas, lembrando a todos o sacrifício dos antepassados e recebendo flores todos os anos, no dia 11 de novembro; monumentos de Sainte-Anne-d'Auray, da Fundação para a Memória da Shoah, do Monte Valérien, homenagens às vítimas, todas nomeadas; túmulo do soldado desconhecido, no Arco do Triunfo, e o próprio Arco do Triunfo; o Panteão; modestas placas que lembram aos transeuntes aqueles que tombaram nos combates da Resistência; o Memorial de Caen; o Historial de Péronne.

São também as estátuas dispersas entre praças e jardins públicos; placas colocadas nos muros dos prédios, lembrando os personagens famosos que ali nasceram, viveram ou morreram; placas relativas a acontecimentos memoráveis, como aquela da invenção de Branly no Instituto Católico; e ainda todos os cemitérios com seus mausoléus e lápides, que fornecem dados biográficos e são, para muitos pesquisadores, notadamente genealogistas, fontes preciosas, confiáveis e únicas.

Todos esses monumentos são documentos. Formam a trama visível de nossa história e de nosso ser, a cadeia que nos une no tempo por meio de seus dramas e rupturas. Inúmeras memórias institucionais ou individuais fazem surgir o passado e o instalam no seio das cidades, a cujo cotidiano se vê mesclado. Todos esses monumentos têm uma característica. São, em primeiro lugar, suportes de inscrições. Inscrições sóbrias ou prolixas dão sentido a tais monumentos e fazem deles espécies insólitas de

documentos de arquivo, mas mesmo assim documentos de arquivo. Se o suporte não tem importância em face das palavras nele registradas, como ocorre nos documentos em papel, nesses monumentos comemorativos o escrito pode ficar invisível, oculto ou mesmo submergido ante a prolixidade ou o gigantismo do suporte. Mas, o que seriam tais monumentos sem o escrito, sem as palavras que sustentam seu caráter probatório, possibilitam a elaboração da história e as provas, que são vida e nos mantêm ligados a todos aqueles que nos precederam?

III

O que é ser arquivista?

Os arquivos são uma realidade complexa, movediça, difícil de imaginar. Entre o momento no qual um documento é concebido e produzido – aquele em que o processo ao qual pertence é encerrado – e o momento em que, numa sala de leitura de arquivo, o usuário recebe o documento ou o processo que contém as informações que procura, passaram-se um tempo e uma sequência de operações. Essas vêm a constituir o ofício do arquivista e a arquivística como disciplina. A palavra “arquivística” designa, ao mesmo tempo, uma ciência e um conjunto de métodos e de técnicas de constituição, guarda e exploração dos documentos de arquivo.

ARQUIVISTA, UMA PROFISSÃO ANTIGA

Na sua origem, a função de arquivista se confunde com a do escriba do antigo Egito. Pessoa de confiança, no segredo do poder ou dos poderosos, ela redige, transcreve e conserva os documentos normativos, as contas e a correspondência. O ofício de arquivista aparece quando essas duas atribuições – a escrita e sua guarda – se separam. Essa dupla função permanece na área judiciária e jurídica, desempenhada por escrivães e tabeliães. De fato, os primeiros são, ao mesmo tempo, “secretários” dos magistrados e das audiências, que registram palavras e ações, e os segundos, os que redigem os atos, gerenciam os documentos correntes e, ainda, os conservam e os arquivam, além de fornecerem as cópias autenticadas de sentenças e outras decisões judiciais. Foi necessário esperar o estabelecimento de uma rede de arquivos históricos para que as autoridades judiciais aceitassem desfazer-se dos arquivos mais antigos (anteriores à Revolução Francesa), cessão que lhes retirava parte dos seus atributos pluriseculares, para reuni-los aos fundos do Arquivo Nacional (fundos do Parlamento de Paris, de 1848) e dos Arquivos Departamentais (ao longo do século XIX).

A segunda “profissão de arquivistas espontâneos” decorre, ela também, da necessidade de estabelecer e conservar os documentos jurídicos. É a dos titulares de cartórios, que não apenas estabelecem os originais dos atos públicos (testamentos, inventários, legados, contratos, atos de vendas etc.) e expedem cópias autenticadas, mas ainda têm a obrigação de

conservá-los indefinidamente, pois são “documentos de fé”. Graças à vontade e à pressão dos arquivistas, uma primeira lei, em 1928, autorizou os cartórios a entregar os documentos de mais de 125 anos aos Arquivos Públicos, mantendo porém a sua propriedade, apesar de decisões judiciais que, desde o século XIX, haviam definido o seu caráter público. Foi necessário esperar a lei de 1979 para que os cartórios fossem obrigados a depositar nos arquivos públicos seus livros de atos originais de mais de cem anos.

Os arquivistas, tal como são hoje conhecidos, apareceram no final da Idade Média chamados então de arquivários (*arquivaires*), tornando-se arquivistas em 1701. Trata-se, portanto, de fenômeno relativamente recente, particularmente visível com o desenvolvimento da administração moderna no Antigo Regime (Secretarias de Estado da Guerra, da Marinha etc.). A partir do final do século XVIII e durante o século XIX, os escrivães, tabeliães ou secretários (etimologicamente, os que guardam o segredo) dessas repartições foram substituídos por funcionários especiais chamados funcionários de ordem (*commis d'ordre*) que asseguravam o arquivamento dos documentos das seções de uma mesma repartição. O termo arquivista foi progressivamente identificado, no século XIX, com os arquivistas paleógrafos, diplomados pela École des Chartes, que conservavam os documentos vindos das seções onde se instruíam os processos, em setores alheios à sua produção e guarda de primeira idade, com a finalidade de pesquisa histórica. Entretanto, eram habilitados a fornecer cópias autenticadas dos documentos que eles conservavam.

Hoje, finalmente, nos hospitais, os prontuários e os arquivos médicos são estabelecidos, gerenciados e conservados nos setores hospitalares por secretários médicos, equivalentes aos escrivães e tabeliães judiciais, aos funcionários de cartórios, aos secretários e aos antigos “funcionários de ordem”, até que, por obrigação legal, enviem os documentos mais antigos e menos úteis, que só os sobrecarregam, para um arquivo público. Lá, os documentos são tratados por arquivistas.

Em razão das diferentes denominações para uma mesma função, a profissão de arquivista talvez seja mal identificada pelo grande público. A imagem mais frequente que se tem dela é do erudito, do sábio, um estudioso e especialista em documentos antigos. Ofício da sombra, isso o torna pouco conhecido. Porém, o que vimos a respeito da utilidade dos arquivos nos conta outra coisa. O arquivista está plenamente no seu tempo. Já foi comparado a *Janus*, título de uma revista internacional de arquivos. Jano [Janus em latim], o deus romano das portas, entrada e saída, portanto, o deus bifacial, virado para o passado, virado para o futuro, guardião das portas do futuro.

UM OFÍCIO PARA UMA FUNÇÃO

Um fundo de arquivo deve ser administrado para assegurar sua utilidade junto a seu produtor, da mesma forma que uma carreira segue um ciclo: recrutamento, mutações, avanços, aposentadoria, demissão ou afastamento, a gestão dos documentos

de arquivo também segue o seu: criação, uso, arranjo, eliminação ou guarda definitiva. São essas as tarefas gerais e globais da gestão do ciclo de vida dos documentos que interessam à administração, mas que somente os arquivistas podem assegurar a partir de métodos e técnicas próprias do seu ofício, um conjunto de operações chamado tratamento documental.

Assim como existe em todo órgão público ou empresa um departamento de recursos humanos, da mesma forma existe ou deveria existir um setor para aplicar uma política global de arquivamento: constituição, conservação, gestão e disponibilização dos documentos úteis à administração pública ou à empresa, uma assistência técnica permanente para a criação, a conservação e a gestão e o tratamento corretos dos documentos, dentro dos diversos setores do organismo, sua classificação e guarda definitivas e conservação material.

Em certos casos, a totalidade das funções arquivísticas é assumida por uma única pessoa ou um único arquivo; em outros casos, entre duas pessoas e dois arquivos, uma cuidando mais dos arquivos correntes e intermediários, entregando às vezes os arquivos intermediários a uma empresa externa, e outra, da guarda permanente nos arquivos definitivos. Em alguns países, essa divisão das tarefas deu origem a duas profissões distintas: o gestor de documentos presente nas repartições para gerir os arquivos correntes e intermediários, e o arquivista com a responsabilidade de reunir e conservar os arquivos definitivos. Cada um assegura um momento específico da função que é, é bom reiterar, uma função global.

Muitas vezes, notadamente nas grandes empresas, o setor de arquivo cuida apenas dos documentos da administração; os arquivos científicos e técnicos dos departamentos de projetos ou dos laboratórios (amostras geológicas das sociedades petrolíferas, dados numéricos enviados por satélites) são conservados em outros setores e tratados por engenheiros.

O arquivista é a pessoa que, numa administração ou uma empresa, é responsável pelos arquivos, ou seja, pela política de gestão e de conservação de todos os documentos necessários ao bom funcionamento de todos os aspectos daquela entidade, e, como tal, desenvolve os métodos e técnicas indispensáveis ao cumprimento de sua função. Por isso ele deve aconselhar aos secretariados e outros departamentos a respeito da classificação dos documentos de uso cotidiano em cada seção, controlar a boa conservação daqueles que não são mais utilizados e a eliminação dos documentos inúteis, assegurar a conservação dos documentos úteis para o órgão público ou para a empresa, pelo tempo que for necessário, e daqueles que serão mantidos indefinidamente.

O ARQUIVISTA E O HISTORIADOR

Quando perdemos a memória dos documentos que possuímos, será necessário voltar a estudá-los e contextualizá-los novamente para poder conservá-los. Se, para novas finalidades, se quer utilizar novos documentos, estes devem ser submetidos a uma

nova crítica (passagem dos atos aos documentos administrativos). Ao se tornarem objeto de estudos históricos, eles demandam a elaboração de uma nova crítica. É uma tarefa de erudição, para servir à história e à documentação histórica da pesquisa.

O ofício de arquivista desenvolveu-se paralelamente à história. E hoje? Será ela uma ameaça capaz de esvaziar o trabalho do arquivista? Este último focaliza o longo termo, ao contrário do historiador que se situa, como todo pesquisador, num momento, numa época e em diferentes escolas históricas. O arquivista é um coletor de documentos dispersos, é o exercício de sua atividade que reconstitui os fundos. Ele assegura, de forma permanente, o acesso dos arquivos aos seus produtores ou a terceiros, segundo as leis e regulamentos em vigor, que ele deve conhecer perfeitamente. O arquivista é quem revela e preserva os segredos da vida privada. O arquivista é ao mesmo tempo um erudito, um organizador e um animador. Seu trabalho não pode ser influenciado por tendências, nem mesmo as históricas, nem por preocupações estranhas ao recolhimento dos arquivos, à sua seleção e nem à elaboração dos instrumentos de pesquisa.

Tomando como exemplo os arquivos glaciários, o arquivista é como o glaciologista, o cientista que estuda e sabe como se formam e evoluem as geleiras: o acúmulo das camadas de gelo, sua composição, seu empilhamento, a dinâmica de seu escoamento para o mar, as desordens provocadas pelas irregularidades do solo. Ele coleta e fornece aos pesquisadores amostras de gelo, com seu contexto e seus elementos críticos necessários ao seu conhecimento. O arquivista faz o mesmo com os fundos de arquivo.

Ele reconstitui o contexto dos documentos e permite que sejam identificados (paleografia, filologia, latim, diplomática, história do direito, das instituições etc., mas ainda história das ciências e das técnicas, dos suportes, das caligrafias, dos registros, das gravações, dos tratamentos, do acesso e da estocagem dos documentos digitais). Por meio desses conhecimentos, o arquivista torna acessíveis e inteligíveis ao pesquisador e úteis à pesquisa científica, documentos que o tempo tornara inacessíveis e incompreensíveis. O historiador, com as informações do arquivista, pode ser comparado ao pesquisador que, por meio das amostras de gelo e suas descrições fornecidas pelo glaciologista, pode analisar lâminas, estudar e extrair os elementos essenciais à formulação de hipóteses e reconstituir a história da atmosfera ou do clima. O historiador é um pesquisador que explora os arquivos em suporte papel como os outros arquivos e as outras fontes e a quem o arquivista fornece todas as indicações necessárias, o próprio material científico de seus estudos. Nesse aspecto, o arquivista é um erudito, um cientista.

Este exemplo mostra que as áreas de pesquisa que melhor se desenvolvem hoje em dia são aquelas em que se cruzam várias disciplinas. Entre as ciências humanas, a história foi sem dúvida a primeira a beneficiar-se com o aporte das ciências auxiliares. Os arquivistas também contam com disciplinas vizinhas que, de um lado, não são as mesmas das dos historiadores ou, de outro lado, não têm a mesma importância nem a mesma abordagem. Elas lhes permitem compreender melhor os fenômenos arquivísticos: ciência da administração, direito público, direito

privado, direito comercial, direito do trabalho ou empresarial, sociologia das organizações, psicologia social, ciências econômicas e financeiras etc. Os arquivistas devem ampliar suas relações com todas as ciências vizinhas e outras que possam lhes ser úteis. Os arqueólogos aprenderam há muito tempo a utilizar os arquivos e sabem o quanto se beneficiaram com isso.

Hoje, quando os documentos de arquivo servem para múltiplos e imprevisíveis usos, impõem-se aos arquivistas uma reformulação e uma renovação das disciplinas científicas de base.

ESTUDOS ESPECIALIZADOS

Para que se assegure o cumprimento de tais funções, o arquivista deve receber uma formação peculiar. Trata-se de uma formação generalista. Alguns dizem que esse profissional deve ser um “sabe-tudo”. Deve ser capaz de se mover entre documentos de várias décadas, muitas vezes de um ou mais séculos, até de um milênio no caso de arquivos públicos e os de algumas grandes e antigas empresas; sua missão é ler, entender, interpretar e explicar os documentos. Além desse vasto conhecimento cronológico dos documentos, o arquivista deve conhecê-los em toda sua extensão, deve ter a habilidade de dialogar com produtores de arquivos, os mais diversos, compreender os problemas dos departamentos de recursos humanos, tanto quanto os problemas dos que cuidam da contabilidade, dos equipamentos, das questões sanitárias e sociais, dos setores da produção, bem

como da comercialização; é preciso que entenda não apenas os administradores, os engenheiros, os médicos, os urbanistas e os arquitetos, mas também os seus arquivos. Do mesmo modo, ele deve ter a mesma habilidade com os produtores do passado, aqueles que viveram nossa história, para entender seus dossiês. Esse talento e essa formação se situam no extremo oposto de muitas profissões que, hoje, evoluem no sentido de uma maior especialização. O ofício de arquivista, ao contrário, abre-se para conhecimentos cada vez mais amplos. Entretanto, algumas disciplinas indispensáveis alicerçam sua formação.

Antes de descrever essas disciplinas específicas, ensinadas apenas àqueles que se destinam aos arquivos públicos, convém lembrar que esses candidatos já têm uma sólida formação de base. De fato, a história é a cultura profissional dos arquivistas. Não raro licenciados ou mestres em história, eles a estudaram na universidade ou nos cursos preparatórios de escolas superiores⁸ e devem conhecer perfeitamente a cronologia e a geografia histórica. O ensino associa, o que constitui sua essência científica, a história do direito civil e institucional, à diplomática e à arquivística. Essas disciplinas, habituais dos cursos de história e de direito, não são ensinadas como na universidade. É necessário que sejam “desconstruídas e reconstruídas” em termos de competências arquivísticas. A adaptação de disciplinas às necessidades dos arquivistas é mais fácil de ser formulada e descrita do que ser realizada nos conteúdos dos cursos e nos ensinamentos.

8 As ditas *grandes écoles*, como a École Nationale d'Administration (ENA) e outras. (N.T.)

As obras de direito administrativo, sejam elas antigas ou novas, não foram feitas para responder às necessidades dos arquivistas quanto ao conhecimento do direito e das instituições administrativas, mas àquelas dos teóricos e profissionais do direito. As obras de diplomática são destinadas ao estudo e à crítica dos documentos antigos para que sejam publicados, mas não consideram as necessidades de avaliação, de separação e de seleção dos documentos contemporâneos. Até mesmo as obras de arquivística se limitam muito mais a tratados e manuais de descrição dos fundos ou de arquivística prática descritiva, um tipo de arquivoeconomia, negligenciando a arquivística fundamental e funcional, bem como a reflexão sobre a natureza dos arquivos, condição imprescindível para o seu tratamento científico.

Na verdade, a história das instituições, segundo a concepção francesa global dos arquivos, abarca tudo que permita o conhecimento dos serviços produtores de arquivos: estatuto jurídico, atividades, competência, maneira de trabalhar, organização e funcionamento das seções, e que possibilite o estabelecimento e a compreensão do contexto institucional de produção e de transmissão dos documentos e dos fundos conservados no decorrer do tempo, desde as origens até o presente.

A diplomática, que nada tem a ver com a diplomacia, é a ciência que tem por objeto os “diplomas” medievais e, por extensão, todos os atos e documentos, independentemente de sua idade, forma e suporte material, para detectar sua autenticidade e valor. O estudo de documentos escritos sobre papel ou pergaminho, de fotografias, de documentos audiovisuais e

digitais, sem esquecer os objetos, implica conhecimentos técnicos peculiares. De um lado, as línguas antigas, a filologia e a paleografia para os documentos antigos; de outro, a linguagem e as técnicas de leitura dos documentos científicos e técnicos, a linguagem e as técnicas da imagem e do som para os documentos audiovisuais; e ainda, a linguagem e as técnicas da informática para os documentos eletrônicos.

Enfim, a arquivística, termo surgido no final do século XIX, é a disciplina que estuda a formação, a organização, a utilização, a transformação e a transmissão ininterrupta na longa duração dos conjuntos orgânicos de documentos e de fundos de arquivo. Base do conhecimento necessário para o tratamento dos fundos de arquivo, essa disciplina ensina a estabelecer sua tipologia, o contexto, garantindo a possibilidade de desenhar sua trajetória, a validade, a crítica e a reintegração, operações que não se limitam às classificações e arranjos tradicionais, mas implica também conhecimentos sobre a conservação digital, por exemplo.

Essas disciplinas são, portanto, “reestruturadas” pelos professores para não limitar seus campos de estudo.

As tecnologias da informação e da comunicação, que adquiriram tanta importância nessa profissão, devem ser avaliadas à luz dessas reflexões e não o contrário. As técnicas parecem reger o nosso mundo, mas, na realidade, submetem-se àquelas disciplinas fundamentais, que elas invadiram e parecem dominar. É que nem a informática, nem a desmaterialização dos documentos de arquivo, nem a e-gestão modificam a essência dos documentos ou a importância das disciplinas básicas

ensinadas. Os arquivistas, como outros profissionais, devem adaptar seus conhecimentos e práticas de trabalho às novas ferramentas, o que as gerações de arquivistas que vêm se sucedendo fizeram sem dificuldade. Os arquivos não cessam de evoluir com o aporte das novas tecnologias, mas essas técnicas, seja qual for a sua importância e impacto revolucionário, não deixam de ser instrumentos. Por isso, cabe ao arquivista o esforço de “reconstrução” quando trabalha sobre um fundo de arquivo, cada um deles sendo diferente e único: ninguém pode fazê-lo em seu lugar.

Aliás, o ensino das novas técnicas e dos novos suportes foi integrado ao currículo de formação dos arquivistas. Por exemplo, na École des Chartes, a informática foi introduzida em 1969, o audiovisual em 1977, a fotografia em 1990. Os cursos evoluem constantemente com as novas técnicas e tomam em consideração os conhecimentos iniciais dos estudantes. Em 1969, os cursos de informática ensinavam aos jovens “chartistas” o programa em Cobol; atualmente, além do uso do tratamento de dados, são ensinadas as características da administração pública e as dos documentos eletrônicos. Tanto na École des Chartes quanto no Instituto do Patrimônio, ou nas universidades, estágios práticos em arquivos na França ou no exterior são obrigatórios para os futuros arquivistas. Os arquivistas nunca foram tão numerosos e tão bem formados e, nos últimos anos, sua associação de classe vem ganhando notável importância.

PAPEL E RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA

O arquivista deve ser um interlocutor e um homem de confiança para cada uma das pessoas do órgão público ou da empresa, em qualquer nível hierárquico em que se encontre. Ele é obrigado não só ao dever de discrição e exclusividade, como todo funcionário de uma instituição, mas, ainda, ao segredo profissional por lei, que é um segredo absoluto, tal como o dos médicos. A deontologia do arquivista tem implicações muito importantes sobre o modo de exercer sua profissão. É-lhe proibida a censura por qualquer motivo que seja, como, por exemplo, suprimir documentos que deveriam ser conservados, atentar contra a sua integridade física ou autenticidade, negar o acesso aos documentos a pessoas que têm esse direito ou dar o acesso àquelas que não o têm. O arquivista deve ser neutro e objetivo na aplicação das regras.

Os desafios da profissão de arquivista não se reduzem a tarefas administrativas comuns, mesmo se ele dirige um arquivo e mesmo quando uma parte dos documentos que preserva concerne à administração. Sua ação não se limita à gestão do pessoal, de orçamentos anuais ou de contratos quadrienais. Sua responsabilidade não é apenas administrativa e sim, em primeiro lugar, científica. Os arquivistas devem conceber e organizar a guarda, o acesso e a valorização científica e histórica da memória social de um país ou de uma empresa, seja a longo ou a muito longo prazo; e a formação especial que eles recebem os prepara para essa responsabilidade.

Ao contrário do que se pensa às vezes, esse ofício não se reduz tampouco ao mero domínio das competências técnicas na área da avaliação e das novas tecnologias, o demais interessando à gerência administrativa. Isto seria cometer um erro semelhante ao de se julgar que um laboratório de pesquisa pode consistir apenas num grupo de pesquisadores dirigidos por administradores. É preciso ter à frente dos arquivos um pessoal científico altamente qualificado, porque o material a ser trabalhado, os arquivos, não é um material administrativo e sim científico.

Em 1977, o astrofísico Carl Sagan e sua equipe lançaram ao espaço duas naves Voyager, com a missão de explorar o sistema solar e para além dele. Em cada nave, colocaram um disco de ouro no qual estavam registradas imagens da Terra e um conjunto de gritos de animais, de saudações gravadas em sessenta línguas, partes de obras musicais de Bach, Beethoven, Chuck Berry e uma mensagem do presidente Jimmy Carter. Cada disco dispunha de um cabeçalho de leitura e no seu invólucro de alumínio estavam grafadas indicações de leitura do disco. Essa cápsula de tempo era destinada a desconhecidos, primos afastados ou extra-terrestres que, após vários séculos ou anos-luz, poderiam encontrá-la. Com essa ação, não estava o astrofísico fazendo, numa outra escala, o gesto fundamental do arquivista que transmite para gerações desconhecidas e futuras os testemunhos da vida e da existência das gerações presentes e passadas?

O arquivista permite às sociedades atravessarem o tempo.

IV

Repensar os arquivos

A questão dos arquivos se desdobra atualmente em quatro grandes pontos: o controle da produção e recolhimento dos documentos de arquivo que devem ser ampliados em prol do interesse público; a avaliação dos documentos para guarda definitiva; o acesso público aos arquivos e, finalmente, a conservação e o tratamento dos documentos. Essas questões renovam, em grande parte, o ofício de arquivista.

O RECOLHIMENTO, UM ENORME DESPERDÍCIO

Voltaremos a falar um pouco sobre o controle e o recolhimento dos documentos de arquivo, já que mostramos amplamente que, ao constituírem os maiores desafios políticos para o futuro, é necessário repensá-los de maneira abrangente.

Os documentos de arquivo são recursos naturais que provêm dos homens. A realidade desses recursos é deplorável. Ela representa um desperdício de meios gigantescos, tão importante quanto o de recursos naturais como a água, a floresta, o ar. Contrariamente a esses casos, não tomamos ainda consciência do fenômeno, mas ele é da mesma ordem. As normas de conservação respondem essencialmente à utilização dos arquivos pelos pesquisadores atuais, no mais das vezes historiadores. Mas nenhuma projeção para o futuro foi de fato tentada.

Por que tal atitude, que não se parece nada com a cultura europeia, mas que emprestamos dos costumes norte-americanos? Os americanos não têm a mesma cultura de arquivos. Isto se explica pela sua história. O saber passado está nos livros e nas bibliotecas porque, lá, os livros são infinitamente mais antigos do que os arquivos. Nação jovem, só criou seu Arquivo Nacional em 1935. Podemos herdar todas as bibliotecas do mundo, não herdamos os arquivos dos outros, só temos os nossos. Povo de advogados e juristas para o qual os arquivos são, sobretudo, provas jurídicas e administrativas, a função de arquivos é focada precisamente sobre esse uso. A função pesquisa é assumida notadamente pelas universidades e fundações privadas.

Poderíamos multiplicar exemplos bastante surpreendentes. Já me referi aos arquivos do programa Apollo. Certos equipamentos sofisticados, sempre úteis, não são mais operacionais porque funcionam com processadores que deixaram de ser fabricados há dez anos e não se encontram mais no mercado. É preciso recuperá-los por meio de equipamentos ainda em uso

em países em desenvolvimento ou nas sucatas de computadores. Assim, um organismo de alta tecnologia como a Nasa pôde conquistar o espaço, mas não soube conservar seus arquivos. Não é seu ofício. Em 1961, a Universidade de Yale obteve das autoridades israelenses a autorização de filmar as audiências do julgamento de Adolf Eichmann, criminoso de guerra, encarregado de organizar a “solução final” em 1941, e sequestrado na Argentina por agentes israelenses. Assim, a totalidade do processo, que durou dezoito meses (1961-62), foi filmada para conservar sua memória. As bobinas do filme foram para a universidade, onde se perdeu o interesse por elas e lá ficaram esquecidas. Apenas trinta anos mais tarde, só uma parte foi re-encontrada, abandonada, em mau estado e em vias de degradação. Rony Brauman e Eyal Sivan as salvaram e realizaram, em 1999, *Um especialista*, notável filme de arquivos e de história.

Homens, assim como solos, são marcados pelo seu passado. Não estamos mais avançados na exploração dos arquivos do que o estamos na do espaço ou da biodiversidade. O mundo do conhecimento de amanhã está em todos esses arquivos acumulados em todo lugar no decorrer do tempo, território a ser desbravado pelas sociedades e estados que têm todo interesse em cultivá-lo para enfrentar o futuro.

Ao lado de algumas audácias, constata-se uma certa pusilanimidade intelectual para o recolhimento, em comparação com o “cerne do ofício”, segundo a expressão na moda, por ausência de política clara. Assim, no Arquivo de Paris, conserva-se um autêntico fundo de arquivos proveniente diretamente dos pro-

cessos administrativos do depósito dos desenhos e modelos de fábrica registrados no Tribunal do Trabalho que devia possibilitar aos artesãos defenderem-se contra a falsificação⁹. Esse fundo, ao mesmo tempo extraordinário e atípico, constituído por produtos da vida cotidiana, foi objeto de cuidados especiais no momento de sua descoberta. Mas, alguns anos mais tarde, foi quase rejeitado porque colocava em discussão os quadros intelectuais, as mentalidades tradicionais que parecem confinar os documentos e os arquivos ao escrito! Entretanto abundam os exemplos de Arquivos que se têm engajado em recolhimentos mais amplos.

Mas esse recolhimento deve estender-se também a modalidades mais recentes. A nova ordem informática enfatiza necessariamente a continuidade da gestão dos documentos de arquivo, da sua criação até a eliminação ou à guarda definitiva. Agora, o arquivista deve intervir logo na concepção dos documentos eletrônicos, para introduzir os metadados capazes de assegurar sua conservação e a perpetuidade dos dados.

A AVALIAÇÃO: LEVAR EM CONTA O IMPREVISÍVEL

A falta de espaço nos prédios administrativos, comerciais e industriais, bem como nos Arquivos, transformou a questão da avaliação e das eliminações em tema-chave da segunda metade

9 Ver ARCHIVES DE PARIS. *Objets, 1860-1910, desenhos e modelos de fábricas depositados à Paris*. Paris, 1993, 406 p. e RENAUD, Philippe. *Objets*, Paris, Paris-Musées. 1993, 120 p.

do século xx. Alimentou muitas vezes uma atitude malthusiana. Lembro-me de um responsável declarando numa sessão de um conselho superior de arquivos: “Não vamos continuar a construir indefinidamente prédios de arquivos, não é?”. Essa decisão, como a do recolhimento, é da competência do político, porém, como qualquer decisão política, ela deve ser debatida de modo científico e transparente. É preciso que o arquivista se pergunte, em primeiro lugar: o que deve ser conservado? Os critérios que usamos estão ainda adequados ou não? A conservação de documentos geradores de direitos é um critério objetivo. Mas o “interesse histórico” é uma noção arbitrária, subjetiva e passageira. A pesquisa histórica não é isenta de modismos. O que é conservado hoje terá o mesmo interesse para a pesquisa de amanhã, ou o que terá sido destruído hoje não se tornará objeto da pesquisa de amanhã? Por mais ampla que seja, a pesquisa histórica não aborda, nem pode abordar, num determinado momento todos os assuntos importantes para a sociedade, a pesquisa, o direito, a administração, a história. Tudo evolui. É preciso que os arquivistas possam responder quando a questão for colocada. A avaliação repousa ainda largamente sobre regras técnicas da segunda metade do século xx e que, mesmo sem ser objeto de atualizações, são frequentemente prisioneiras de uma concepção jurídica, administrativa e histórica dos arquivos ou da reflexão de cada arquivista. É, sem dúvida, com a classificação que o critério da história pode ser destruído. É certo que tentamos racionalizar o procedimento pela implantação de métodos estatísticos aparentemente objetivos, mas, amostragem por um

ano sobre dez, isto tem sentido? Da mesma forma, suprimir, nas séries documentais ou nos processos relativos a projetos ou invenções, os documentos que não tiveram sequência pode ser entendido numa perspectiva jurídica, mas se revela errado do ponto de vista histórico e científico. O critério dos 90% de destruição é perigoso: ele escusa o arquivista de pensar por si mesmo sobre a validade do descarte, e o deixa com a consciência tranquila, para executar a política estabelecida, sem ter que solicitar às instâncias decisórias novos recursos financeiros e técnicos. É arriscado deixarmos funcionários não especializados aplicarem essas regras, que são, sobretudo, salvaguardas para não destruir documentos que abalizam direitos. Hoje, outros critérios revelam-se necessários para definir a avaliação.

Entretanto, a dificuldade de levar em conta o imprevisível, de imaginar o futuro é o que mais atormenta os arquivistas. Houve, por isso, a tentativa de identificar os “documentos de arquivo essenciais”. Na América do Norte foi introduzido o termo *evaluation*, que é a pesquisa de todos os usos possíveis dos arquivos, definidos no tempo a partir de critérios úteis, jurídicos ou históricos. Essas regras são boas para a gestão cotidiana dos documentos utilitários. Elas procuram abranger todos os problemas que poderiam ocorrer hoje com a perda dos documentos, mas não são capazes de levar em conta o imprevisto do futuro longínquo, o imprevisível, embora seja justamente o não previsto que é importante a longo prazo.

É o que a história dos arquivos nos ensina. Às vezes nos alegamos ao ver que alguns arquivistas não aplicaram certas pres-

crições regulamentares, seja por falta de tempo, seja, no mais das vezes, por reflexão e análise dos próprios fundos de arquivo. Não estamos aqui defendendo uma cláusula de consciência, que tem, entretanto, seu lugar na deontologia desse ofício, mas confirmamos a pertinência das diretrizes regulamentares que indicam o que deve ser conservado e o que pode ser destruído, sem que essa possibilidade seja uma obrigação, como é muitas vezes interpretada, infelizmente. São numerosos os exemplos num sentido e no outro, como a destruição dos arquivos dos tribunais “de paz”¹⁰, após a supressão dessa jurisdição em 1959.

Faz-se necessária uma verdadeira reflexão científica. Nossos modos de pensar e de abordar os problemas de conservação continuam empíricos. Eles definem regras que não são mais adaptadas ao nosso tempo, à sociedade do conhecimento que, por definição, precisa de conhecimentos, de materiais para se desenvolver. Estes abarrotam os Arquivos. Destruí-los cada vez mais não responderá às necessidades da sociedade do futuro. Será preciso, sem dúvida, conservar, se não mais, melhor do que se está fazendo.

O ACESSO AOS ARQUIVOS, UMA QUESTÃO ESPINHOSA

Além desses assuntos, há outros, mais mediáticos, retomados com frequência, como a questão dos prazos de acesso aos documentos.

¹⁰ *Justices de paix*: conjunto de antigas jurisdições de primeira instância. (N.T.)

O tema dos prazos de acesso parece ser tratado para facilitar o acesso aos pesquisadores. Como vimos, as questões relativas aos arquivos são complexas e concernem a pessoas e interesses muito diferentes e, muitas vezes, opostos. O interesse dos produtores, a segurança dos cidadãos, o controle democrático devem ser assegurados pelo Estado, bem como as necessidades do conhecimento. Se os juízes precisam ter acesso aos documentos, sejam quais forem, eles podem consultá-los. Todos os pesquisadores, pessoas em geral, jornalistas etc., podem obter derrogações no caso de documentos ainda não liberados à consulta. Essas são, quase sempre, sistematicamente concedidas (derrogações gerais, periódicas e derrogações individuais, concedidas em mais de 96% dos casos). O acesso aos arquivos se tornou hoje o exemplo de problema mais simbólico do que real. Não parece corresponder a uma demanda social forte, como o mostrou a sondagem já citada, feita em 2001. O acesso só preocupa uma minoria de pesquisadores, *a fortiori* cidadãos, mas ocupa, para casos extremos, um maior espaço do que se diz geralmente sobre os arquivos no campo mediático.

Novas dificuldades aparecerão se a legislação do acesso aos arquivos se adequar com a demanda desses casos extremos. É mesmo necessário legislar para a exceção? De boas intenções o inferno está cheio. A lei de 15 de julho de 2008 diminuiu consideravelmente os prazos de acesso aos arquivos, o que levantou novas questões. O prazo geral foi reduzido de 30 para 25 anos. Os atos notariais e os registros de estado civil estão disponíveis 75 anos depois do nascimento, o que é profundamente chocante por tratar as pessoas como se tivessem morrido. Este não é

um problema marginal, porque 5,4 milhões de franceses estão hoje com mais de 75 anos! O que é feito do segredo da vida privada, quando a esperança de vida não cessa de aumentar? A primeira obrigação do Estado é proteger as informações privadas que os cidadãos lhe confiaram. Os prazos de guarda e de acesso deveriam estar em harmonia com a evolução geral do direito e da jurisprudência, e deveriam oferecer um equilíbrio entre a administração pública e os cidadãos. Deveriam também levar em conta o impacto da disponibilização dos documentos *on-line* na Internet.¹¹

A CONSERVAÇÃO, AS ILUSÕES E PROMESSAS DA MODERNIDADE

É preciso fazer face aos numerosos e novos perigos quanto à conservação, ou ainda antigos perigos por sua vez ampliados pelo mundo moderno: poluição, manipulações intensas, roubos, fragilidade dos novos suportes etc. Isso é sabido. Ao mesmo tempo, os edifícios têm muitas vezes uma concepção moderna, porém, uma construção feita para curto prazo. Nos anos 1950, quando se construía um edifício para um arquivo departamental, a regra era dotá-lo de uma capacidade equivalente ao dobro do tamanho dos arquivos a transferir,

11 Para mais informações, consultar o *paper* de Marie-Claude Delmas apresentado no Congresso da Associação dos Arquivistas do Brasil em Santos, SP, em agosto de 2010.

de modo a ter-se alguns anos de tranquilidade. Essa regra de bom-senso parece hoje frequentemente esquecida. Assim, a região das Yvelines acaba de construir um edifício notável, tecnologicamente de vanguarda, cuja capacidade corresponde à quantidade de documentos atualmente conservados no prédio anterior. O que significa que, desde já, se deve estudar a ampliação das novas instalações. Essa tendência dos governantes em querer atuar apenas para o tempo de seus mandatos será um efeito da descentralização? Ou eles acreditam que, como todos os documentos serão digitalizados, não haverá mais a necessidade de novos prédios? É uma ideia que não leva em conta nem os milhares de quilômetros de documentos em suporte papel, que se multiplicaram e alongaram, esperando nas dependências administrativas para serem separados, nem o fato de que o digital não suprime, em muitos casos, o papel, mas apenas a maior parte dos tratamentos intermediários, que se multiplicaram e que é preciso selecionar. E o que pensar do digital quando vemos os engenheiros da Agência Nacional para a Gestão de Resíduos Radioativos transferir sobre papel permanente seus arquivos digitais para a guarda definitiva? Só podemos ficar surpresos ao constatar que o Estado não impôs o papel permanente nem às comunas, para os registros do estado civil, e nem ao Secretariado-Geral do Governo, para os atos constitucionais que depois são selados, e tampouco a tinta preta indelével para a assinatura das leis e dos decretos, exigida, entretanto, na assinatura dos atos notariais.

A regulamentação pede que os serviços públicos assegurem a

conservação dos seus arquivos em prédios públicos. Ora, os serviços públicos nem sempre têm os meios de cumprir essa função, diante do afluxo dos documentos intermediários contemporâneos. Este é um dos maiores problemas do recolhimento.

Há atualmente umas trinta empresas de serviços de guarda de documentos. Elas gerem ao redor de 10 mil quilômetros lineares de arquivos de milhares de clientes. No espaço de uma geração, a profissão criou um ofício, adquiriu um saber-fazer e seu domínio, uma real competência em termos de gestão industrial e econômica dos arquivos intermediários. Ela pode ser certificada dentro das normas da Association Française de Normalisation (Afnor) e da Organização Internacional para a Padronização (ISO). Por que o Estado, na sua política de modernização do funcionamento dos serviços públicos, não trata, quando necessário, da gestão dos seus arquivos intermediários? Recentemente, as administrações públicas foram autorizadas a confiar seus arquivos descartáveis a médio prazo a empresas privadas de armazenamento com a condição de que os arquivos permanecessem em território nacional, a confidencialidade fosse garantida e o controle científico e técnico do Arquivo da França pudesse ser exercido. Ao final do prazo do uso administrativo, este receberia os depósitos de arquivos definitivos. Haveria um melhor funcionamento, sem dúvida, menos desaparecimentos de documentos, melhor fluidez para a administração, na trajetória do ciclo vital dos documentos, um alívio das tarefas do Arquivo Nacional no sentido da guarda e da conservação de enormes e sempre crescentes massas de docu-

mentos. Os arquivistas do Estado fixariam as normas a seguir dentro da regulamentação vigente e assegurariam o controle científico desses organismos, e seus prédios seriam reservados aos arquivos de guarda definitiva.

O inventário é a mais antiga atividade intelectual dos arquivistas. Os inventários e os instrumentos de pesquisa foram por muito tempo orientados para a descrição dos documentos de arquivo clássicos. No caso dos documentos contemporâneos, alguns arquivistas ficaram fascinados pelos métodos vindos das áreas da biblioteconomia e documentação. Era para ser modernos? Para parecer eficazes? Por falta de reflexão sobre a natureza dos documentos de arquivo? Sem dúvida por um pouco de tudo isso. A indexação técnica, sem análise arquivística, estimulou uma visão demasiado dependente de termos genéricos que ocultam o significado dos documentos e das ações. Parece que se passou a dar maior importância ao usuário eventual e circunstancial, a quem basta satisfazer sem pensar mais longe, enquanto os arquivos se inscrevem no longo prazo, na permanência e na duração. Tudo é questão de esclarecimento. Os inventários são algumas vezes como projetores voltados para a fachada de um edifício. Revelam com brilho os elementos decorativos, as partes salientes, mas deixam o resto na sombra. É melhor do que nada, mas é insuficiente. Foi necessário esperar que novas normas fossem elaboradas em nível internacional – aliás, arquivistas franceses tiveram um papel de destaque para sua redação – para que essas técnicas desajustadas fossem oficialmente abandonadas.

É certamente uma área na qual a “revolução dos arquivos” é a melhor engajada

Mas, surgem outros problemas. No momento, a massa dos pesquisadores interessados na contemporaneidade e a massa de arquivos contemporâneos obrigam ao tratamento prioritário desses documentos. Com a redução dos efetivos e o empobrecimento das equipes de conservação e de tratamento em benefício do acesso ou da animação cultural, numerosos arquivos não têm mais meios de tratar os documentos mais antigos: a pressão dos recolhimentos, do atendimento aos usuários, das novas tecnologias obriga a retardar a organização dos fundos menos recentes, que não foram ainda tratados. A não ser que se concebam projetos autorizando eventualmente a delegá-los a laboratórios de pesquisa para tratá-los (coisa que já se faz pontualmente com certas instituições de pesquisa) ou a empresas capazes de recrutar profissionais de alto nível.

É preciso também desenvolver o tratamento dos arquivos científicos e técnicos. Já estão sendo cuidados os arquivos de pesquisa do Instituto Pasteur, pioneiro nessa matéria; os arquivos do Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM); das universidades e das grandes escolas; dos laboratórios; do Centre National de Recherche Scientifique (CNRS); do Institut National de la Recherche Agronomique (INRA) etc.

Desde 2000 a gestão eletrônica se tornou realidade. Ela não se limita à declaração do imposto de renda. Hoje, a maioria das atividades, notadamente de escritórios, é realizada eletronicamente, mas é também o resultado de trocas informatizadas pela

Intranet e Internet. Não há ministério, prefeitura, coletividade, empresa onde essas práticas não sejam parte do cotidiano. Esse fato cria uma situação nova para a gestão dos arquivos, como oferece também a ocasião de tomar um novo rumo.

Os avanços da tecnologia criam novas ilusões que lembram velhos preconceitos. O primeiro é a ideia, difundida nos anos 1960 e fortemente promovida pelos fabricantes de equipamentos e de materiais fotográficos, até os anos 1980, segundo a qual o microfilme seria a solução para o problema do crescimento da massa de documentos de arquivo. Bastava microfilmar tudo e, depois, destruir os originais: não haveria mais problemas de espaço nem obrigação de construir novos prédios. Rapidamente entendeu-se que, na maioria dos casos, essas formas de cópias em miniatura não podiam substituir os originais e que era necessário conservá-los. Assim, o microfilme se viu reduzido à preservação do papel, para a qual funciona maravilhosamente bem, como suporte de segurança e de acesso, bem diferente, entretanto, do objetivo inicial e da justificativa atribuída à sua utilização.

Lembro-me que, quando foi votado o orçamento para a construção da segunda parte dos depósitos do Centro dos Arquivos Contemporâneos de Fontainebleau, um deputado perguntou ao ministro da Cultura, Jean-Philippe Lecat, se não seria mais simples e mais econômico microfilmar tudo. Ocorre que tive de preparar a resposta a essa pergunta enquanto trabalhava na direção do Arquivo da França. Eu havia feito um estudo comparativo mostrando que a microfilmagem, na melhor das hipóteses, custaria na época pelo menos o dobro – e para

algumas séries de documentos poderia ser muito mais —, equivalente ao custo da construção de um prédio para o armazenamento dos arquivos. Além disso, a microfilmagem exige um preparo prévio dos documentos (organização, alisamento de dobras, retirada de clipes e grampos, numeração das peças etc.). Uma vez construído, um prédio permite conservar e explorar documentos tais quais, mesmo imperfeitamente organizados e separados, e pode ser reutilizável. O interesse no microfilme reside na facilidade do acesso, aliás parcialmente atenuada pelos inconvenientes da leitura na tela, e na segurança que ele traz no caso de perda dos originais. O prédio foi, portanto, construído. Uma pesquisa que eu realizara na mesma época indicava que, apesar de uma prática já importante e antiga da microfilmagem nos arquivos franceses e da contribuição dos mórmons¹², em quase trinta anos, não se tinha microfilmado mais de 1% dos documentos conservados na França. Isso demonstrava um outro limite prático para a generalização do seu uso. Cem quilômetros lineares de arquivos equivalem a 700 milhões de folhas de papel: contando 30 imagens por metro de microfilme e 900 imagens por bobina standard de 30 metros, chega-se a mais ou menos 800 mil bobinas, ou seja, uma pilha

12 Em razão da crença mórmon de que, se conhecedor dos dados gerais da vida de seus antepassados, o crente tem seus pecados perdoados por ocasião da sua morte, o templo mórmon em Salt Lake City, nos Estados Unidos, reúne milhares de rolos de microfilmes com dados genealógicos extraídos de documentos dos mais variados arquivos de vários países do mundo. Equipes de funcionários daquele templo percorrem, incessantemente, os vários continentes em busca desses arquivos, deixando, em contrapartida, cópias dos microfilmes obtidos para a instituição que detém ou custodia os originais. (N.T.)

de 10 quilômetros de bobinas. Apesar de todas suas limitações, o microfilme continua sendo feito atualmente para os arquivos, e, depois do papel, é o suporte de substituição mais confiável.

De alguns anos para cá, uma segunda falsa ideia surgiu. Como se pode adivinhar, ela diz respeito à digitalização. Basta digitalizar tudo, a digitalização é o futuro, não se precisa mais de pessoal ou de locais. Reencontra-se hoje, atualizada para a digitalização, a mesma argumentação que floresceu com o microfilme trinta anos atrás. As realidades, como as ilusões, são as mesmas. Os constrangimentos são maiores do que para o microfilme: organização rigorosa dos documentos, inventário preciso, o que é longo e custoso, sem o qual não se pode reencontrar e usar os documentos digitalizados.

Não se pode aceitar as tomadas de posição peremptórias e ingênuas dos novos convertidos da tecnologia. É preciso saber que a digitalização de 32 metros lineares do Fundo Napoleão, realizada a partir de um microfilme já existente representando 104 mil imagens, precisou de um ano de trabalho para estabelecer a concordância entre o inventário e as imagens digitais em CD. Não se trata aqui de criticar uma operação exemplar e necessária, mas simplesmente de frisar a importância do trabalho que ela implicou. A digitalização não se resume a um simples gesto técnico que basta delegar a alguém. Se as tecnologias atuais representam consideráveis progressos, elas necessitam também de investimentos não menos consideráveis, não apenas financeiros mas, sobretudo, humanos. Aliás, nos últimos dez anos, um grande número de Arquivos Públicos tem realizado

trabalhos de digitalização em massa, desde já consideráveis: documentos cartoriais centenários, cadastros etc. Essas séries documentais, por seu caráter homogêneo e serial, às quais se devem acrescentar coleções iconográficas e cartográficas, se prestam melhor do que outras a esse tipo de operações. Muitas regiões (Aveyron, Mayenne, Savoie, Yvelines etc.) as terminaram e algumas repartições as colocam *on-line* ou as distribuem sob forma de CD. Isto já representa mais de um teraoteto de memória, o que é mais do que a Biblioteca Nacional da França (BNF), o Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES) ou o Instituto Geográfico Nacional (IGN), mas sem a mesma visibilidade nem a mesma publicidade.

A digitalização é um instrumento de acesso e de trabalho incomparável. Mas ela não é tão facilmente manejada nos arquivos quanto o é nas bibliotecas. No que diz respeito à conservação, não sei o que o futuro nos reserva como “boa surpresa”, mas é evidente que não se trata por enquanto de um instrumento de conservação de longa duração. É, aliás, sintomático que a Agência Nacional para os Resíduos Radioativos (Andra) tenha escolhido o papel permanente para transferir seus arquivos de gestão dos resíduos radioativos, documentos criados e utilizados sob forma digital. Em todo caso, seria necessário que o Arquivo Nacional fosse dotado de créditos comparáveis àqueles atribuídos à Biblioteca Nacional da França (BNF) para as obras ameaçadas de decomposição por acidez do papel ou ao Instituto Nacional do Audiovisual (INA) para os arquivos do rádio e da televisão.

Nessa área, os arquivos encontram uma particular dificuldade. Instituições como bibliotecas podem trabalhar em conjunto. Assim, para a digitalização das publicações das sociedades eruditas das regiões da Aquitânia e da Lorena, a BNF recorreu a coleções, como também ao Arquivo Nacional e outros Arquivos Públicos e até mesmo às próprias sociedades históricas e científicas. Esse tipo de colaboração com intercâmbio não é possível para os arquivos nos quais existe, por definição, apenas um exemplar dos documentos. Para dar uma ideia aproximada, pode-se dizer que, se existem 80% de “duplos” entre os livros conservados em bibliotecas, a proporção é inversa para os documentos conservados nos arquivos nos quais 80% são “únicos”.

Com a implantação da administração eletrônica nas administrações públicas a partir do final dos anos 1990, está se preparando uma onda gigante de documentos naturalmente produzidos eletronicamente. Com a necessidade de sua conservação, os arquivos se vêem sob a exigência de um novo impulso. É verdade que conservadores da direção do Arquivo Nacional cuidam dessa questão e três manuais foram publicados¹³, mas será isto proporcional ao desafio?

O programa do novo prédio do Arquivo Nacional em Pierrefitte-sur-Seine prevê um servidor próprio para recolhimentos

13 *Les archives électroniques. Manuel pratique*. Paris: La Documentation Française, Direction des Archives de France, 2002. POIVRE, Joel e DHERENT, Catherine. *L'archivage des documents bureaucratiques. Manuel pratique*. Paris: La Documentation Française, Direction des Archives de France, 2004. BANAT-BERGER, Françoise, DUPLOUY, Laurent e HUC, Claude. *L'archivage numérique à long terme, les débuts de la maturité?* Paris: La Documentation Française, Direction des Archives de France, 2009.

digitais das administrações centrais do Estado e talvez das administrações paralelas, como os cartórios estão fazendo com a sua Central Nacional Eletrônica situada perto de Aix-en-Provence. Em dois terços dos arquivos locais, operações de armazenamento eletrônico estão sendo processadas por meio de empresas especializadas. Dessa maneira, centenas de milhões de documentos são digitalizados e disponibilizados nos *sites* dos arquivos nacionais e locais e são visitados por milhões de internautas, causando uma extraordinária democratização do acesso aos arquivos.

OS ARQUIVISTAS, UM NOVO OFÍCIO, UM NOVO PAPEL CIENTÍFICO?

A profissão de arquivista foi por muito tempo um ofício empírico e de bom-senso. Alguns, comparando-o com a arte militar, diziam que era uma arte simples e apenas de execução. No espaço de 150 anos, tornou-se um ofício racional e o tratamento dos arquivos precisa apenas ser científico.

Com a digitalização, assistimos a um deslocamento dos problemas de conservação e de acesso. Depois dos ofícios de escrivães, de oficiais de cartórios, de conservador de registros e de hipotecas, e de arquivista da administração e das empresas, será que estamos assistindo, com o aparecimento de empresas de gestão de dados, terceiros certificadores e hospedeiros de arquivos digitais, a um quarto ofício de arquivista? A atividade desses “arquivadores terceirizados” foi definida em 2006

por um decreto que amplia, no que diz respeito aos arquivos digitais, o alcance da atividade das empresas de serviços de arquivamento que operam no mercado a serviço das empresas, e agora para o Estado. Põe-se essa questão para as instituições de formação, bem como para os poderes públicos.

Paralelamente, é preciso assinalar que, apesar do que dissemos sobre os funcionários públicos, há um extraordinário desenvolvimento da profissão de arquivista. A centenária Associação dos Arquivistas Franceses viu o número de seus membros dobrar em menos de dez anos. Esse vigor é fruto da renovação da profissão graças à notável contribuição trazida pelas formações universitárias nos últimos 30 anos.

Seria falso dizer que os arquivistas não se adaptam às mudanças da sociedade e às demandas da pesquisa. Muitas vezes, em razão dos recolhimentos efetuados, arquivos precedem as mutações da pesquisa. Isso foi visto no passado com os arquivos judiciais, cartoriais, empresariais etc. Mas é preciso evitar que o inverso se instaure! Ora, os arquivos são marginalizados principalmente em relação à história do período contemporâneo, sobretudo pelo desenvolvimento das ciências sociais. Ao mesmo tempo, eles devem encontrar apoio nas ciências administrativas e não nas técnicas da informação.

É preciso redefinir uma política dos arquivos a partir de uma visão mais ampla do que a que prevalece hoje. Os arquivistas não podem deixar o exercício de sua profissão depender das práticas atuais para preservar arquivos. Cabe-lhes pensar seus objetivos, suas formas de avaliação e recolhimento.

O perigo reside, sobretudo, na possibilidade de os arquivistas perderem de vista a sua forma própria de agir que corresponda aos objetivos específicos da sua missão de guarda de longa duração da memória coletiva da sociedade para o conhecimento e a satisfação das demandas práticas do momento. Há o perigo de eles esquecerem que seu procedimento é fundado sobre documentos de uma natureza peculiar. São documentos que preexistem, definidos por seus criadores (documentos de arquivo por natureza) ou determinados (documentos de arquivos por destinação), e formam “*meta-corpus*” imutável e que não pode ser formatado em razão do tipo de pesquisa em voga. No caso dos pesquisadores, cada um deve selecionar os documentos de interesse do seu projeto para constituir seu próprio *corpus* de pesquisa, dentro dos métodos das ciências históricas, sociais ou outras às quais recorra. Há, portanto, dois procedimentos diferentes que não devem ser confundidos, e o arquivista deve fugir da tentação de transformar os fundos que trata numa coleção de documentos, um *corpus* de pesquisa histórica. Todo fundo de arquivos é, por definição, um *meta-corpus*.

Nas repartições públicas e nas empresas, os arquivos vão se constituindo de forma descentralizada, intuitiva, prática e racional. No decorrer do tempo, a evolução e as transformações das entidades produtoras fazem com que se perca o fio das origens, da razão de ser e do sentido profundo desses documentos. O tempo, com o afastamento do momento da criação e do uso original, apaga as evidências. Isto é válido para outras realidades. Os antiquários estão cheios de objetos artesanais ou

industriais dos quais perdemos a razão de ser. Um pedaço de ferro de uma ferramenta, por exemplo, cujo uso presumimos mais ou menos, sem sermos capazes de dizer a qual ferramenta correspondeu exatamente nem a que ofício, para que fim e de que maneira foi utilizada. Sobrou apenas esse objeto, até cujo nome foi perdido, reduzido somente à sua estética peculiar. O mesmo ocorre com os documentos de arquivo. Isso explica a tentativa de recorrer às técnicas da biblioteconomia e documentação, que permitem ordená-los, dar-lhes uma certa visibilidade e torná-los acessíveis. É um esforço louvável que acaba, porém, desnaturando e apagando o sentido do fundo de arquivos original, já que outro sentido o substitui. A classificação e indexação, enquanto biblioteconômicas, dão aos documentos uma nova ordem, lógica, evidente, porém descontextualizada, ao dar ênfase à semelhança, enquanto a arquivística destaca a preservação da singularidade de cada documento, de cada fundo, de cada vida da qual são o único rastro.

O papel do arquivista, como dissemos, a propósito da noção de fundo de arquivos e do princípio de respeito dos fundos, é precisamente o de reencontrar, de reconstituir, de explicitar o implícito e de tornar visível a evidência invisível. Os arquivistas são encarregados de religar os fios rompidos da tradição e da história. Os arquivos permitem-nos conhecer dos documentos, tal como das velhas ferramentas, sua razão de ser e seu uso. O papel dos arquivistas é de decifrar, para os usuários atuais, os códigos esquecidos dos documentos, qualquer que seja a sua época, e de tornar compreensível e acessível aquilo que, com o

passar do tempo, se tornou incompreensível. Inútil dizer que essa concepção recoloca em questão muitas das práticas passadas do ofício de arquivista e ressalta a importância da cultura histórica na sua formação.

Desde os anos 1990, o desenvolvimento das técnicas de tratamento, transferência e armazenamento da informação, a difusão da informática e a banalização do seu uso social chegaram à maturidade: o documento digitalizado e desmaterializado impõe-se ao lado dos documentos em papel. Seus respectivos usos no trabalho administrativo com a gestão eletrônica, a “e-gestão”, não estão ainda consolidados. Eles mudam com a utilização que os cidadãos fazem dos arquivos, notadamente os arquivos públicos, considerando-se a evolução das exigências democráticas (transparência e direitos humanos). Conferem um impulso sem precedente à profissão na qual a sociedade confia para conservar as provas autênticas, não só de seus direitos, mas também de sua vida (prontuário médico, por exemplo), e para garantir o acesso a elas. Essas mudanças terão importantes consequências para o arquivamento no futuro. O papel e a função dos arquivos crescem dentro de um processo novo de evolução. O desafio para os arquivistas de hoje é o de saber conservar os documentos que o presente produz a cada dia, de continuar a repassar os arquivos que o passado nos legou e de saber atender, sem vacilação, às demandas dos usuários, cada vez mais novas e diversas.

Nos últimos 30 anos, a profissão de arquivista conheceu um desenvolvimento sem precedentes nos setores público e

privado. A Associação dos Arquivistas Franceses mais do que dobrou seus efetivos, o que comprova a vitalidade e o desenvolvimento da profissão, que está, hoje, em condições de ser identificada de maneira precisa por meio da definição de perfis, de um referencial de ofícios que concorrem à função e uma certificação. Será que vamos ver a profissão de arquivista desdobrar-se em vários ofícios?

Assistimos a uma nova florada de modalidades de arquivistas. Ao lado dos secretários arquivistas dos hospitais, dos oficiais de justiça, encontramos os engenheiros arquivistas no seio das empresas e outros encarregados da memória de muito longa duração dos empreendimentos nucleares. É preciso também olhar para outro tipo de evolução da profissão. No início dos anos 1970, as empresas de guarda e arquivamento de documentos responderam aos problemas de estocagem em massa e se lançaram também na área da microfilmagem. Nos anos 1990, empresas especializaram-se no arquivamento de segurança dos documentos eletrônicos. A partir do ano 2000, aparece um novo ofício, o “arquivador terceirizado”. Trata-se de uma empresa que oferece serviços a pessoas jurídicas ou físicas para conservar seus dados eletrônicos e garantir não apenas a conservação material, mas a integridade e a autenticidade dos documentos, bem como o seu acesso.

O surgimento desse ofício de “hospedeiro” é uma questão para os cartórios e os arquivistas públicos que garantem a integridade dos documentos que eles conservam e dos quais podem eventualmente emitir cópias certificadas. Essa atomização da

profissão em diferentes atividades pode parecer uma fragmentação dela. Mas se a Associação dos Arquivistas Franceses tem ligações com profissões que trabalham na área de acesso aos documentos e às informações – bibliotecários e documentalistas –, é paradoxal que não tenha maiores ligações com associações na mesma área da preservação da memória de longa duração. Parece que ela deveria tomar a iniciativa de desenvolver relações não apenas com as associações de tabeliães, como também com a Associação dos Oficiais de Justiça e aquela das empresas de guarda e arquivamento, dos arquivadores terceirizados e dos hospedeiros. Uma troca de experiências e de problemas comuns possibilitaria o desenvolvimento de uma reflexão coletiva.

A gestão eletrônica é “o uso das tecnologias da informação e do acesso e, em particular, da Internet, como ferramenta, com o propósito de promover uma administração de melhor qualidade”. A gestão eletrônica evita que os usuários tenham de ir de guichê em guichê. Ela deve centralizar e coordenar os procedimentos eletrônicos dos diferentes ministérios para que estes sejam tratados do mesmo modo, qualquer que seja sua origem. Além disso, deve permitir aos diferentes órgãos públicos fornecerem informações relativas a um cidadão, com o seu consentimento e controle. A gestão eletrônica não se limita à Internet. Para sua implantação, é preciso desenvolver, naturalmente, serviços acessíveis por rede, mas também por outros canais, seja por interatividade, papel, telefone, ou funcionário público. A gestão eletrônica pública se desenvolve com rapidez, e com ela, novas necessidades de arquivamento.

Para o prontuário médico, cada indivíduo poderia pedir que o seu fosse conservado nos computadores da empresa prestadora de serviços por ele escolhida, implicando em questões de segurança. Mas a Caixa de Depósitos e Consignações, como serviço público, é o hospedeiro de referência, ou seja, ela gere o portal único de acesso aos prontuários médicos. Portanto, qualquer que seja o serviço gestor, ou em caso de disfunção de algum hospedeiro, ela asseguraria a salvaguarda dos documentos que lhe foram confiados.

A direção do Arquivo da França participa ativamente de grupos de trabalho interministeriais e de projetos de plataforma de arquivamento eletrônico. Essa missão natural para os servidores das administrações do Estado não deveria ser totalmente confiada à direção do Arquivo da França? O decreto publicado no início de 2006 aponta as características dos arquivistas eletrônicos: empresas de serviços de arquivamento como uma de suas evoluções naturais; prestadoras de serviços em engenharia informática, que muitas vezes já asseguravam essa função, notadamente nos momentos de mudança de sistemas, de migrações de programas; empresas de gestão de mensagens eletrônicas, que já o são de fato. As empresas de serviços de arquivamento que já desenvolveram serviços de prestação de digitalização estão bem cotadas para assegurar esse novo serviço. É indispensável para o serviço público que todos os arquivistas “tradicionais” ocupem esse setor, que será o arquivamento de amanhã. Os arquivistas do Estado devem adquirir competências novas que ninguém atualmente tem e que somente eles podem assumir.

Implantou-se uma nova sociedade, surgem novos desafios: direitos humanos, transparência das ações, sociedade do conhecimento, identificação na globalização, que abrem responsabilidades novas para o Estado e perspectivas imprevistas para os arquivos e os arquivistas.

Precisamos de arquivistas em todos os tipos de administrações públicas e de empresas, presentes desde a criação dos documentos eletrônicos, para indicar o que deve ser guardado e dar as especificações necessárias para a conservação perene desses dados. Precisamos de muitos arquivistas formados tanto para lidar com os documentos eletrônicos, como para os documentos clássicos de arquivo.

A NOVA ORDEM DIGITAL

A nova ordem digital enfatiza necessariamente a continuidade da gestão dos arquivos, desde sua criação até sua destruição ou guarda definitiva. É desde a concepção dos documentos eletrônicos que, agora, o arquivista deve intervir para introduzir os metadados aptos a assegurar a conservação dos documentos e a perpetuidade dos dados. O arquivista tem um papel especial e novo a desempenhar ao lado do produtor e do profissional da informação, papel que o diferencia dos que atuam no que chamamos as disciplinas vizinhas. Já o vimos no caso dos documentos em suportes tradicionais, e não é a eletrônica que muda a natureza e a função dos documentos de arquivo.

De fato, a gestão da informação, a biblioteconomia, a gestão de conteúdo, de conhecimentos etc., parecem ter uma proximidade com a arquivística porque elaboram técnicas da informação e do acesso comparáveis; mas cada uma tem um objeto e uma finalidade próprios para os quais se valem de técnicas próprias, constituindo ao redor de *corpus* de documentos ou de informações especializadas dispositivos *ad hoc* para responder hoje a necessidades atuais. A utilização dessas técnicas provém de finalidades diferentes daquelas da arquivística. Porém, não tenhamos ilusões, essa vizinhança é uma proximidade prática e não funcional.

Essas técnicas e dispositivos são, entretanto, impotentes quando desejamos aplicá-los para conservar e tratar massas constituídas numa perspectiva de longa duração e para usos indefinidos e ilimitados. As lógicas de uso das mesmas ferramentas informáticas são muito diferentes na arquivística e nas disciplinas aparentemente vizinhas. A semelhança da ferramenta não implica a semelhança do seu emprego. A importação de programas informáticos de ótimo desempenho na área da biblioteconomia e documentação, preparados em determinado contexto, precisa de um exame crítico. No melhor dos casos pode servir de exemplo aos arquivistas para conseguirem uma aplicação, uma ferramenta ou produto específico como a criação de normas internacionais idôneas de descrição de arquivos (ISAD – G e ISAAR – CPF).

O papel do Estado é o de enfrentar esses problemas que demandam uma política arquivística de conjunto, com a redefini-

ção do papel dos arquivos, hoje orientado quase exclusivamente para o serviço da pesquisa histórica, bem como um mínimo de segurança jurídica, comercial, social e administrativa. Não deveria o Estado adotar uma concepção mais exata do papel que os arquivos podem e devem desempenhar em benefício de toda a sociedade, hoje sociedade do conhecimento? Ou seja, uma concepção mais exata do seu papel na sociedade, tal como ela se apresenta atualmente?

**Manifesto por uma
diplomática contemporânea:
dos documentos institucionais
à informação orgânica**

O que há de comum entre as fontes de arquivos da época medieval e as fontes contemporâneas? Aparentemente nada, tudo é diferente: o objeto, o documento, o uso que se espera deles e os métodos de tratamento que, conseqüentemente, não poderiam ser análogos. Tal é a verdade, já que tal é a evidência.

Ora, haveria mesmo, de um lado, a solidez dos pergaminhos e dos papéis antigos e, do outro, a fragilidade dos papéis atuais, a instabilidade das escritas e dos suportes eletrônicos? De um lado, escritas ilegíveis, línguas mortas ou dialetos incompreensíveis, modos de raciocínios estranhos e costumes obsoletos, e, do outro, caligrafias normalizadas, línguas quase universais, um espírito e leis modernos. Quanto à aparência dos suportes, nada é comparável; porém, quanto à realidade da informação consignada, não é tudo semelhante?

Haveria ainda, de um lado, historiadores e eruditos medievistas e, do outro, historiadores da contemporaneidade, afogados no meio de economistas, geógrafos, demógrafos, urbanistas, estatísticos, sociólogos, etnólogos, genealogistas, jornalistas e pesquisadores de todos os tipos e disciplinas científicas solicitados pelas necessidades e curiosidades da sociedade da informação? Na realidade, porém, ao recorrer ao documento de arquivo, não manifestariam todos esses profissionais, aparentemente tão diferentes e afastados no tempo, até mesmo opostos em suas atividades, a mesma necessidade de uma informação de um certo tipo?

Haveria, ainda, de um lado, métodos desenvolvidos para enfrentar a raridade das fontes de arquivos, sua dispersão e sua dificuldade de utilização e, de outro, ao inverso, a obrigação de lidar com a abundância e a redundância da informação e dos seus suportes? Num caso como no outro, não se trataria, na realidade, de poder criticar para selecionar, separar a informação confiável da duvidosa e torná-la acessível?

As aparências vão mesmo contra essa ideia absurda da possibilidade e do interesse de uma diplomática contemporânea, mas o absurdo não seria justamente o fato de não levar em conta a natureza do documento de arquivo, de ignorar o objeto, a finalidade, os objetivos e os métodos da diplomática?

I

A diplomática diante da metamorfose das fontes

Os documentos de arquivo atuais enfatizam os mesmos conceitos fundamentais aplicados pela diplomática clássica ao tratamento dos “documentos solenes”. Assim sendo, teriam as abordagens da diplomática contemporânea a mesma hierarquia, a mesma importância que têm para os documentos mais antigos?

Pela definição clássica, um documento de arquivo é aquele que, quaisquer que sejam sua data, sua forma e seu suporte, foi naturalmente criado ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, num dado momento, no decorrer e para o exercício de suas atividades habituais. Essa pessoa o utiliza pela razão por que foi feito e, após o uso, o guarda, o classifica e o conserva se considerar que ele poderá novamente lhe ser útil algum dia. Essa definição dos documentos de arqui-

vo pela sua função aplica-se tanto aos documentos contemporâneos quanto aos mais antigos.

Essa definição refere-se a um documento em papel, seja ele manuscrito, impresso ou desenhado; a uma fotografia, a um filme, a uma gravação sonora, a uma fita magnética, a um disquete, a um disco ótico, e até a um cartão com chip. A natureza de um documento de arquivo não é determinada pela sua forma, suporte, data ou tipo de escrita. A multiplicação dos suportes de documentos a partir da era industrial não mudou em nada essa natureza peculiar de um documento de arquivo. Tanto quanto os documentos tradicionais, os documentos eletrônicos, por exemplo, podem ser registros da ação de uma pessoa num determinado momento. Como objetos também podem sê-lo: desenhos e modelos criados pela atividade de uma empresa industrial ou artesanal; objetos publicitários das campanhas de promoção; maquetes de projetos de arquitetura e de urbanismo; resultados de experiências ou de prospecções; todos eles são instrumentos e produtos de uma ação, conservados a título de prova e testemunho.¹

O documento de arquivo é também caracterizado pelo fato de que ele está inserido no processo de decisão de um ato, da elaboração de uma informação. É, portanto, ao mesmo tempo, instrumento de uma ação e registro da mesma. Registro. Essa palavra nos remete à inscrição num registro oficial, que as-

1 FILLOLES-ALLEX, Christiane, Brigitte Lainé, Michèle Rousset. *Objets, dessins et modèles de fabrique déposés à Paris (1860-1910)*. Paris: Archives de Paris, 1993 e, ainda, RENAUD, Philippe. *Objets*. Paris: Éditions Paris-Musées, 1993.

segura a “fé jurídica”. Para quê? Para conservar o ato jurídico, o texto, a informação e dar-lhe força de prova, como também para fixação, definida com antecedência, de uma ação, de um procedimento ou de um processo: caixa-preta dos aviões, protocolo de comunicação de experiências científicas. Pode-se dizer, portanto, que se trata de um escrito ou de um registro que, por si mesmo e pelo seu suporte, tem um valor probatório, informativo e permanente. Nas sociedades em que predomina o direito escrito, toda ação cumpre-se e se faz acompanhar da produção de documentos: instrumentos jurídicos constatando fatos jurídicos (contratos, sentenças etc.), documentos administrativos traduzindo a ação administrativa entendida no seu sentido mais amplo (carta, relatório, conta etc.). Todo documento de arquivo começa como o instrumento necessário, o mais fútil ou o mais decisivo, da atividade de uma pessoa ou de uma instituição num dado momento, antes de ser o seu produto e, finalmente, seu testemunho. Por isso, podemos dizer também que os documentos de arquivo são documentos funcionais, que eles têm um caráter institucional.

Necessariamente produzidos para e pela ação de uma dada pessoa, esses documentos carregam uma informação, textos ou dados, que lhe dizem respeito ou que ela garante numa data, num lugar determinado, segundo modalidades e sobre um objeto preciso. A noção de documento institucional deve ser completada pela noção de informação orgânica que é uma parte dele, mas do qual ela se distingue hoje, sem equívoco. Pois não são os suportes, mas as informações que correspondem a

regras, construções, linguagens, procedimentos, validações precisas, próprias à sua ação e anteriores a quaisquer reconstruções e discursos históricos. E é por essa razão, lembremos, que os historiadores privilegiaram sempre os documentos de arquivo como fontes da verdade. Porém, essa confiança, fundamentada no documento, fusão do suporte e da informação orgânica, é hoje posta à prova pela instabilidade de um e da outra.

A noção de informação orgânica já estava presente nas de processo/dossiê e de fundo. Agora, ela deve ser levada em conta para o documento fora de qualquer referência a um suporte. Parece hoje evidente que o objeto da diplomática contemporânea é a informação orgânica antes do suporte. Pois a questão não é tanto a autenticidade do documento quanto o valor da informação nele consignada.

Como afirmam as definições, os documentos de arquivo, ou melhor, as informações orgânicas, têm uma natureza própria que não depende do suporte nem da forma, nem da escrita ou da antiguidade. Tal natureza é consubstancial a essa informação, fora de toda contingência, acontecimento ou acidente. No instante em que foi criada ou recebida por um organismo ou por uma pessoa no decorrer de sua atividade, uma informação, por isso mesmo, é uma informação de arquivo e faz parte do fundo de arquivo do seu autor ou do seu destinatário, tanto quanto os documentos mais antigos. Da mesma forma, pouco importa que as técnicas modernas multipliquem, ao lado dos textos tradicionais, a produção de dados, de imagens, de documentos visuais e sonoros, virtuais ou reais, em suporte

eletrônico ou ótico, de objetos. As condições de sua criação fazem deles, *ipso facto*, documentos de arquivo como os outros, com o mesmo caráter pessoal e a mesma presunção de autenticidade. Escritos, ou mais precisamente, registros, servem de referência ou de prova.

Nessa perspectiva, não se entende em nome de que a diplomática, que estuda desde a origem as cópias, cópias autênticas, cópias figuradas etc., e, com isso, reconhece implicitamente a existência do que chamamos a informação orgânica, se recusaria hoje a tratar das cópias fotográficas ou eletrônicas. E por que, ainda, se recusaria a levar em consideração o estudo da informação orgânica como tal, já que há muito tempo, nos estudos dos documentos mais antigos, ela distingue caracteres externos (relativos aos suportes e ao contexto) dos internos (relativos ao próprio conteúdo).

Limitada, por muito tempo, ao documento concebido como um todo, incluindo um suporte ligado a uma informação única, não estará a diplomática da época atual nos conduzindo justamente a dirigir doravante a nossa atenção para as relações entre os conjuntos funcionais de informações orgânicas e os conjuntos funcionais de suportes heterogêneos (processos/dossiês, séries) que compõem hoje os fundos de arquivos? A partir do século XVIII, com o aparecimento e o desenvolvimento do processo/dossiê como meio de tratar a informação orgânica, vimos nos habituando amplamente a essa abordagem. Há mais de 30 anos que o desenvolvimento da informatização das repartições (gestão eletrônica dos documentos, *workflow* etc.)

nos leva a isso. Somos mesmo conduzidos a ter um novo olhar sobre os fundos, conjuntos orgânicos de documentos, que são um fundamento da arquivística, e a introduzir na nossa reflexão a noção de conjuntos orgânicos de informação.

Ao mesmo tempo, com o documento contemporâneo, o conceito de original se vê enfraquecido, ainda que a diplomática clássica o tivesse de alguma forma, e a justo título, sacralizado, privilegiando o suporte, enquanto a noção de autenticidade destaca o conteúdo. Ela perde força a partir do momento em que não se trata mais de títulos e de autógrafos com o crescimento dos originais múltiplos, das cópias certificadas e, sobretudo, das cópias impressas. É evidente que não é assim para com os documentos autênticos *stricto sensu*, os quais, mesmo em suporte papel, são submetidos a regras muito precisas de redação e validação. Mas essas condições muito restritivas referem-se a um número limitado e preciso de documentos (contratos, atos notariais etc.) e deveriam poder ser transpostas, quando da transferência para novo suporte. Isso está comprovado nas precauções tomadas na fabricação do papel-moeda, documento institucional bastante peculiar.

Considerando o processo e o contexto de sua criação, esses documentos, por serem necessariamente produzidos na ocasião de uma atividade, seja por causa de obrigações legais ou regulamentares (livros de contabilidade para uma empresa) ou científicas (protocolos de procedimentos de experiências científicas), seja por razões práticas (correspondência), devem receber validações especiais. O fato de eles não serem atos

gratuitos confere às informações que contêm uma presunção de autenticidade que um artigo publicado na imprensa, por exemplo, não possui. Não se fala em falso com relação a um artigo de jornal, mas sim, em opinião, até mesmo em “propaganda”, censura etc., ao passo que se fala de faturas falsas, o que é uma maneira de atribuir-lhes, *a contrario*, um caráter de autenticidade, mesmo que não seja resultado de um ato autêntico propriamente dito. No registro, no “registro arquivístico”, seja este manual, mecânico ou automático, encontra-se a informação segura, porque é identificada fora do suporte único do original.²

Pode essa presunção de autenticidade ser transferível aos documentos eletrônicos? Não é porque não vemos a escrita que ela não existe: ela existe no suporte eletrônico e por detrás dela está essa informação, que é o que verdadeiramente interessa. É preciso responder a esta pergunta: o que está em jogo, a informação ou o suporte? Uma vez que, acabamos de ver que é essa a informação orgânica, estruturada e validada, concluímos que, mesmo que não possamos ler diretamente o suporte, ela é o objeto da diplomática. Esta se aplica, pois, tanto aos documentos tradicionais transferidos para novos suportes, quanto aos dados novos tais como, por exemplo, os dados meteorológicos ou cartográficos produzidos por um organismo no quadro de suas atribuições e, por meio de procedimentos

2 Ver: DELMAS, B. Archival science and information technologies. In: *Information handling in offices and archives*. Munich, London, New York, Paris: K.G.Saur, 1993, p. 168-176.

definidos (metodológicos e técnicos), captados por um satélite. A presunção de autenticidade é ligada à informação orgânica, não ao suporte, que é neutro.³

Temos, cada vez mais, o hábito de trabalhar com cópias de documentos e fichários eletrônicos; não nos preocupamos com o suporte e não duvidamos da autenticidade da informação que ali se encontra. Isto não é novidade. Há muito tempo, os historiadores costumam trabalhar com cópias de documentos medievais produzidas nos séculos XVII ou XVIII sem recusá-las, ou com microfilmes de documentos inacessíveis. Se o suporte que manejamos tiver vários séculos a menos do que o texto que ele contém, integramos, na nossa crítica do texto medieval, o fato de que este foi copiado várias vezes. Esses tipos de cópias não permitem mais a crítica externa que se faz a partir do original, mas não desqualificam, para tanto, a crítica interna. Por que não termos a mesma atitude para com os arquivos eletrônicos que, há muito tempo e por várias vezes, mudaram de suporte?

Os documentos eletrônicos devem ser beneficiados com a mesma presunção de autenticidade que os outros documentos institucionais, uma vez que são produzidos, conservados e arquivados com o mesmo cuidado e a mesma cautela tomados com outros documentos: acesso aos suportes, às máquinas, à classificação, reservado às pessoas por eles responsáveis. Essas pessoas, por exemplo, possuem as senhas ou chaves dos progra-

3 Ver o Estudo de caso nº1, no Anexo 1.

mas de informática, chaves estas que podem até proporcionar uma segurança superior àquela de armários e fichários. Assim, não há por que negarmos a um documento eletrônico, mesmo que tenha sido inteiramente produzido por uma máquina, a confiança que depositamos no documento em suporte papel.

A possibilidade de modificar facilmente as escritas eletrônicas parece, entretanto, perturbar bastante gente. É preciso evitar a volta a querelas estéreis que agitaram os juristas a propósito do valor probatório das microformas dos anos 1970.⁴ Toda técnica de produção ou de escrita contém, em si mesma, as possibilidades de sua falsificação, o papel como a fotografia, o registro magnético ou ótico.

As novas tecnologias trouxeram à tona outra questão: a da falsificação, ou mais simplesmente, a da manipulação dos textos, dos dados, das imagens, o que facilitaria a banalização do uso das máquinas. Manipulação é uma palavra que incomoda, porque se pensa na manipulação da informação na mídia audiovisual (ver, por exemplo, a Guerra do Golfo em 1991) ou nas fotos alteradas (caso Pompidou em 1969). Mas não se trata de documentos de arquivo. Por serem facilmente produzidos por máquinas é que esses documentos nos parecem mais facilmente modificáveis ou falsificáveis do que documentos manuscritos. Isto é teoricamente verdadeiro, mas também é esquecer o

4 Ver: WEILL, Georges. *La valeur probante des microformes: une étude Ramp*. Paris: Unesco, 1981 (PGI-81/W/25); GALLOUEDEC-GENUYS, Françoise. *Une société sans papier? Nouvelles technologies de l'information et droit de la preuve*. Paris: Documentation Française, 1990 (*Notes et études documentaires*).

contexto institucional da utilização dessas máquinas que faz com que, na realidade, seja sempre uma pessoa a inscrever os dados, à mão ou por meio do teclado. A falsificação dependerá sempre de sua vontade e de sua habilidade, como demonstram, num outro nível, as sondagens de opinião nas quais a manipulação pode ocorrer na escolha da amostra, na formulação da pergunta, nas condições da coleta, nas modalidades do tratamento e na orientação do comentário dos dados coletados.

É preciso evitar confundir vários problemas diferentes sob o nome de manipulação. Há o que pertence ao tratamento normal da informação, à sua transformação em algo utilizável, tal como quando se quer transformar um metal para torná-lo um objeto útil, sem ficar no estágio do minério bruto. E há também a falsificação deliberada. Todo texto é resultante de uma “manipulação” de textos e dados anteriores. Se existe um estilo administrativo que normaliza a apresentação das informações, há maneiras de dizer coisas que obrigam a ler nas entrelinhas. A escolha, a ordem, o estilo, a apresentação material de um texto e sua formatação não diferem fundamentalmente do enquadramento, contraste etc. de uma foto; da escolha e da apresentação dos dados numa tabela ou nos gráficos. Assim, há fotos de imprensa retocadas, porém verdadeiras: são tratadas para dizer sem ambiguidade o que dizem e não para fazê-las dizer outra coisa, porque há também a falsificação da legenda que faz mudar o lugar, a época etc. Não pode ser assim com a informação arquivística, que é tratada e formatada num contexto geralmente bem identificado e verificável.

A informação orgânica e seu suporte, o documento institucional contemporâneo, não colocam para a diplomática problemas fundamentalmente diferentes daqueles que ela está vocacionada para estudar.

II

A diplomática contemporânea diante da exigência de memória e de verdade

A segunda questão diz respeito à finalidade da diplomática hoje. A diplomática é a disciplina que, a partir de suportes e de documentos existentes, pretende constituir corpos de informações incontestáveis que os historiadores poderão utilizar para escrever uma história cientificamente fundada sobre fatos confirmados, na medida do possível. A finalidade da diplomática clássica é, como foi dito, facilitar aos medievalistas o acesso aos documentos pela crítica, a autenticação, a análise descritiva dos documentos de um conjunto. A transcrição, a notação, a edição, até mesmo a tradução dos atos e dos textos. Na concepção exigente da história positivista do fim do século XIX, a diplomática ambiciona reunir as condições de estabelecimento da verdade histórica. Não a verdade particular que este ou aquele livro nos entrega nas suas memórias ou ensaios, tampouco um conhe-

cimento, mas uma verdade. Para a nossa época, a necessidade de saber, cujo dever de memória é apenas uma consequência, é universal; trata-se da procura de cada um pela parte de verdade, da qual precisa para agir ou para dar um sentido à sua vida.

Para que serve um documento de arquivo? Nos nossos dias, nas sociedades modernas, pode expressar-se a utilidade, a função dos documentos institucionais pelos quatro infinitivos de Dominique Perrin: provar, lembrar, entender e comunicar.⁵ Os dois primeiros se situam no prolongamento da utilidade instrumental dos documentos, os dois seguintes introduzem uma noção de informação mais ampla, que traduz parte do alargamento atual da função.

A lembrança é a função primordial do documento que se conserva, ligada à existência da própria escrita: a consignação de fatos ou de atos para lembrá-los (cadernetas de notas, livros de contas, dossiês etc.). Lembrar o que se fez, por que, como foi feito, e aquilo que aconteceu para poder, depois, continuar ou retomar a questão sem perda de tempo nem erros. É a necessidade de continuidade da ação, da perenidade das instituições.

A função de prova é um aspecto da função precedente, a mais remotamente atribuída à razão da conservação dos arquivos. É a função dos documentos autênticos, dos títulos e dos cartulários, aquela que leva a consignar títulos em cartulários, são as decisões das autoridades administrativas e políticas que os con-

5 Ver: PERRIN, Dominique. Conservation et élimination des archives. *Bulletin du Cimab*, junho 1980, p. 1-10.

vertem em arsenais para chancelarias e administrações. É, para os indivíduos, a função ligada aos atos da vida civil, aos atos e contratos dos notários, às decisões da justiça etc. Esse valor foi, por muito tempo, a causa da conservação de muitos arquivos, e esses tipos de documentos constituíram, por muito tempo, a parte essencial dos fundos. Hoje, os documentos autênticos só representam – salvo algumas exceções, a dos cartórios por exemplo – uma parte muito pequena dos fundos de arquivos.

Entender e comunicar se referem às diligências mais recentes e de natureza diferente. Utilizar documentos de arquivo para interrogar-se sobre o passado é da ordem dos conhecimentos, é o procedimento do historiador. É, como se sabe, uma conquista relativamente recente, elaborada desde o Renascimento e que conheceu um tipo de apogeu no final do século com a formação dos Estados-nações e a elaboração da história positivista. Assistimos hoje ao alargamento, para além da história científica e dos seus objetivos políticos, dessa função de compreensão que, no contexto europeu do século XIX, orientou tanto as histórias nacionais quanto as locais, tanto a história institucional quanto as biografias.⁶

Hoje, a função de compreensão é não apenas política, mas também econômica e social e, sobretudo, cultural e identitária. Os problemas que se colocam para a sociedade pós-industrial são novos e atingem todos os níveis da sociedade, evidentemente-

6 DELMAS, Bruno. *Los archivos en el mundo actual. Actes du Xe Congrès de la Société des Études Basques*, 1987, p. 73-79.

te em graus e intensidades diferentes, dependendo dos países, mas o fenômeno é geral. O mundo moderno tende a encolher as famílias e a dispersar os indivíduos, enquanto o êxodo rural provoca o desaparecimento das comunidades nas quais famílias se enraizavam. Assim, vão se desvanecendo as estruturas de conservação e de transmissão de uma tradição oral, de raízes de que todo indivíduo tem necessidade para se conhecer melhor, construir sua personalidade, sua identidade, em uma palavra: ser. De algumas décadas para cá, nos países onde esse processo está mais avançado, começamos a ver bandos de genealogistas virem aos arquivos, não para passar tempo e sim para satisfazer uma necessidade de ordem moral, ou seja, vital, virem para procurar, no escrito, o que a memória dos homens, inutilizada pelo desaparecimento dos contatos familiares e comunitários entre gerações, não tinha mais condições de transmitir.

Esse fenômeno não é próprio dos indivíduos. As histórias das comunas e das aldeias que exaltavam um patriotismo local por meio dos grandes momentos do passado substituem hoje a história política por histórias que se voltam para a pesquisa e a reconstituição da vida cotidiana, do ser da aldeia, da alma da comunidade. Mesmo a história das empresas e das administrações, que hoje faz sucesso, não escapa dessa preocupação com uma história de comunidades humanas, de suas culturas e identidades.⁷ Em nível nacional, as histórias da vida cotidiana,

7 Ver, por exemplo, na França, a Associação para o Estudo de História da Previdência Social, o Comitê para a História Econômica e Financeira da França, a Associação para a História das Alfândegas Francesas etc.

sejam do mundo rural ou urbano, de ofícios ou de grupos sociais, não são outra coisa. Nesse mundo que aparece como desumanizado, o gênero biográfico renovado é a ocasião, por intermédio de um personagem central, de explicar uma época e uma sociedade. Desde meados do século xx, vimos numerosos arquivistas produzindo crônicas regulares, na imprensa ou no rádio, sobre a história do seu país ou região. Podemos citar também um famoso poeta africano que alimentava o Arquivo Nacional com suas lembranças contadas pelo rádio. Cada vez mais os arquivos, ao lado da história científica, tomam o lugar da tradição oral de uma cultura, de uma memória individual e coletiva que está se perdendo.

A função de comunicação, quando não é a forma nobre da publicidade, assume também uma função identitária. A utilização dos documentos pelos responsáveis por uma comunidade, para desenvolver o sentimento de pertencimento, para garantir a validade da instituição dirigente, para se comunicar com ela ou para valorizá-la junto a estrangeiros, é uma conduta relativamente recente. Por muito tempo as festas comemorativas, os desfiles, as recepções e as viagens oficiais foram os meios dessa comunicação política, como o foi, de modo mais permanente, a construção de grandes monumentos e as obras urbanas. Mais recentemente, as celebrações dos homens ilustres ou a valorização dos monumentos históricos e arqueológicos enriqueceram o repertório das ações de comunicação, como também o mecenato. Em meados do século passado, os arquivos foram também solicitados para

essa finalidade, precisamente em razão do desenvolvimento do papel social e político da história.

A publicação de documentos inéditos sobre a história do país, da província ou da cidade é a maneira mais antiga de utilizar um documento para tornar conhecido o seu conteúdo. Realizada a partir da iniciativa das instituições interessadas (estados, províncias, cidades, instituições religiosas), no começo tanto por organismos, geralmente constituídos para esse fim (*Académie des inscriptions et des Belles-Lettres* ou *Cabinet des Chartes*) quanto por pessoas, e, cada vez mais, confiada aos Arquivos assim que foram constituídos (ver as publicações do Arquivo Nacional da França). Essas publicações, inicialmente eruditas, destinadas a uma elite, evoluíram para atingir um público mais amplo.⁸

Este público já era acostumado às exposições de documentos. O exemplo mais significativo é o Museu da História da França criado no Arquivo Nacional em 1867, no Segundo Império, para promover tanto a nação quanto o regime imperial. Mais recentemente, pouco depois da independência de Ghana, por exemplo, o Arquivo Nacional desse país instalou no *hall* do novo edifício uma exposição permanente que reconstituiu a história constitucional do país e sua marcha para a independência. Da mesma forma, em 1972, a exposição “A Assínia e sua região na história”, organizada pelo Arquivo Nacional da Costa do Marfim, na ocasião de sua modernização, tinha o

8 Ver, por exemplo, *L'Archiviste*, revista do Arquivo Nacional do Canadá, ou ainda, *Archives en Limousin*, publicada pelos principais Arquivos do Limousin (França).

mesmo objetivo. Na França, desde a Segunda Guerra Mundial, a participação dos arquivos nas atividades dos estabelecimentos de ensino e na instrução cívica, pelo viés dos chamados serviços educativos, é um modo especial de integrar as crianças na comunidade em que vivem.⁹ Também as formas de herdar um patrimônio ou de entrar numa família, como quando, pelo casamento, o homem e a mulher, ao ingressarem na comunidade, passam a fazer parte da história e da cultura de suas famílias respectivas, celebram e comemoram aniversários, centenários e bicentenários, ocasiões excepcionais legitimadas pela apresentação de documentos de arquivo.

A tomada de consciência dessas necessidades de informação vinda dos arquivos é hoje essencial para a definição da política de conservação. Pois, se sabemos sempre por que um documento de arquivo é criado, é necessário saber por que ele foi guardado, uma vez que a razão de sua criação já desapareceu. Os quatro infinitivos são um dos testes essenciais pelo qual deve passar todo documento que se deseja eliminar (provar, lembrar, entender e comunicar).

O que acabamos de ver mostra bem o alargamento extraordinário da finalidade da diplomática, para além das preocupações da comunidade dos historiadores, cujo campo de estudo e problemáticas se diversificaram prodigiosamente, e mesmo o espaço cronológico se estendeu consideravelmente, já que a história contemporânea passou a incluir a história do tempo

9 Ver *École et archives*, número especial de *Historiens et géographes*, n.º.326, déc.1989-jan.1990.

presente e a história imediata. No espaço de algumas décadas, a demanda social de informação arquivística, tanto quanto de informação em geral, cresceu enormemente.

Quem precisa de informações arquivísticas para conhecer o tempo presente? São aqueles que têm necessidade da informação ou aqueles que procuram conhecimentos seguros? Nesses termos, o público interessado pelo procedimento da diplomática é infinitamente mais vasto hoje do que no século passado. Pode-se identificar *grosso modo* três grupos de pessoas que têm preocupações diplomáticas diferentes: primeiro, o grupo dos pesquisadores que utilizam os documentos de arquivo, que têm uma exigência de verdade e querem uma informação identificada, cujo contexto é conhecido, verificável; em seguida, os burocratas que criam os documentos e produzem a informação orgânica: eles precisam de métodos e de saber, em face da instabilidade dos suportes, máquinas, regras, processos e estruturas, quais são os dispositivos e os elementos indispensáveis à recuperação dos dados que eles criam; finalmente, há os arquivistas que guardam e tratam a informação orgânica para difundi-la: eles precisam saber como avaliar essa informação, como preservá-la para constituir a memória que deverão formar e guardar para os outros.

Hoje, há muitos pesquisadores. Diz-se mesmo que há mais pesquisadores vivos do que os que existiram desde as origens do homem. Os historiadores, como também os pesquisadores das ciências humanas, sociais, jurídicas e econômicas, das ciências exatas e naturais, como também os *experts*, os engenheiros e os técnicos (por exemplo, no caso de pesquisa aplicada, de

produção, de catástrofes naturais, desmantelamento de centrais nucleares etc.), todos precisam recorrer a fontes confiáveis. O que caracteriza esses homens na sua busca nos arquivos é que eles não procuram a informação pela informação, tal como os profissionais da mídia parecem fazê-lo, mas buscam a resposta a uma pergunta, de certo modo vital, até mesmo essencial. Eles têm uma exigência de verdade, e é essa exigência que os conduz aos documentos institucionais e à informação orgânica, controlada, validada pela diplomática.

Tradicionalmente, a diplomática, que se quer ciência, recusa toda relação com o pessoal administrativo, com os funcionários terceirizados, com tudo o que pareça prático, não científico. Ninguém contesta essa atitude, mesmo quando os diplomatas estudam com muito cuidado as práticas menos visíveis e os usos mais concretos das antigas chancelarias; mas é verdade que se trata de história. Para a época contemporânea, a distância temporal, o espaço cronológico que separa a fonte da sua utilização científica diminui com a história do tempo presente, até desaparece com a história imediata. Podem os diplomatas e arquivistas do contemporâneo ter a mesma atitude, quando atores e pesquisadores estão lado a lado? Só se proibirem, em nome da história, qualquer procedimento diplomático e declarar impossível qualquer diplomática para a história contemporânea. Essa confrontação inusitada poderia eventualmente enriquecer a diplomática e a arquivística frente à perspectiva das ciências da administração e da sociologia. Essa é, sem dúvida, uma via a ser explorada. Os funcionários

administrativos aplicam métodos, os pesquisadores dos laboratórios seguem protocolos científicos, o tratamento da informação segue processos, a informática define as estruturas dos documentos eletrônicos (*Standard Generalized Markup Language-s.g.m.l.*; *Open Document Architecture* etc.), abrindo perspectivas à diplomática contemporânea.

Assim, as reflexões, os estudos e as realizações que os profissionais conduzem (segurança dos dados, estruturas dos documentos) não devem ser negligenciadas pelos diplomatas e pelos arquivistas contemporâneos, ao tratar esses mesmos documentos e, eventualmente, renovar suas perguntas. Ao contrário, uma cultura diplomática não seria inútil na formação dos profissionais da administração. Mas, por aqui, talvez terminem as convergências cronológicas e de interesses; a lógica da administração é de criar, produzir e conservar documentos e informação em conformidade com suas necessidades, suas regras e os critérios de utilização. A diplomática vem depois, ela é a garantia, é o estabelecimento para os usuários científicos, dos critérios de avaliação das informações. A diplomática contemporânea deve ser ensinada aos funcionários burocráticos? Há, sem dúvida, uma síntese a realizar entre o *records management* norte-americano de propósito prático e a diplomática erudita europeia com finalidade essencialmente erudita, para chegar a uma diplomática contemporânea mais científica e comum, esta certamente indispensável para os arquivistas.

A diplomática contemporânea é indispensável para os arquivistas, na medida em que ela é a ciência do documento

institucional, do documento funcional e da informação orgânica. De que maneira podem os arquivistas fazer avaliação com a superabundância dos documentos, a redundância das informações e sua variação? Os dados publicados pela mídia a respeito de catástrofes, fenômenos e acontecimentos públicos, aparentemente os mais fáceis de serem conhecidos, apresentam muitas vezes tamanhas diferenças que levam a questionar a veracidade, a crítica e a pesquisa da fonte.

Quem dará a conhecer a fonte, as boas fontes? Quem reduzirá a incerteza que emana de tantos documentos, ou de informações complementares, repetitivas e contraditórias? Quem fornecerá a informação, a mais precisamente identificada no seu contexto (quem, o quê, onde, quando, como, quanto, a quem, por quê?) que possa ser verificada e criticada? *A contrario*, as informações que vêm acompanhadas de validações das mais fracas, das mais incertas, essas é que devem ser conservadas? Cabe ao arquivista trazer respostas a essas questões. Entretanto, todos os procedimentos vigentes até agora, que permanecem, a despeito de tudo, amplamente empíricos, não podem mais ser suficientes. Isto porque as condições de produção, de transmissão e de tratamento da informação mudaram radicalmente e porque as necessidades dos usuários ultrapassam, hoje, as práticas definidas para responder às necessidades dos historiadores. A diplomática contemporânea pode, ao se renovar, ajudar os arquivistas – e melhor do que qualquer outra disciplina – a fazer essa crítica científica. Por ser contemporânea, porém, ela precisa atingir um grau maior de cientificidade.

III

Conhecimentos e métodos renovados

Isso nos conduz diretamente à última pergunta: quais são os métodos que a diplomática contemporânea deve desenvolver para avaliar, conservar e difundir as fontes da memória do nosso tempo, para reduzir a incerteza de acesso gerada pela abundância dessas mesmas fontes?

Na Europa, no século XIX e início do século XX, o arquivista era um diplomata que classificava, conservava e permitia o acesso aos arquivos, mas o essencial do seu trabalho científico consistia em elaborar inventários analíticos e editar textos raros e indecifráveis. Hoje, o procedimento é o mesmo. O que se sobressai é sempre o texto ou os dados (a informação), mesmo quando prestamos uma especial atenção aos suportes atuais (por conta de sua novidade) e às escritas eletrônicas (em razão de sua invisibilidade). Os problemas novos, oriundos do crescimento da

massa de documentos, e aqueles relacionados ao recolhimento, à avaliação e à inventariação são problemas de arquivística e não de diplomática. Mas a diplomática pode ajudar o arquivista a determinar os critérios de avaliação e de descrição das informações. Ela lhe permite avaliar a informação consignada (tipologia, valor de testemunho, valor de informação) de maneira científica.

A meu ver, é preciso reformular cientificamente os três objetos fundamentais comuns ao diplomata e ao arquivista, isto é, recensar todas as formas que os textos e os dados podem tomar; fazer o levantamento da sua tipologia sistemática; identificá-los, quer dizer, defini-los pela sua natureza institucional e função orgânica, apontar seu aparecimento, suas características, sua evolução, sua transformação e seu desaparecimento; classificá-los em relação aos documentos de mesma natureza na cadeia da gênese e da tradição documental. Esses dois primeiros procedimentos são necessários ao terceiro para verificar, nos documentos que são preservados, até que ponto podemos conduzir a identificação, examinar depois o lugar que ocupam no todo que subsiste e, em função desses dois critérios, eliminar os documentos menos identificados, mais difíceis de ser submetidos à crítica diplomática e, portanto, de validar, de modo a reduzir a incerteza sobre as fontes, dentro da exigência de verdade. A avaliação deve reduzir a incerteza da pesquisa em termos de tempo, de economia de meios e de resultado para responder à busca dos usuários dos arquivos.

Assim, respondemos positivamente às nossas primeiras perguntas: há um campo de documentos institucionais, de infor-

mações orgânicas que são do domínio do método diplomático, tanto pelo seu suporte quanto pela natureza da informação que contêm. A noção de fundo de arquivos e o método de respeito aos fundos, que apenas nos contentamos em evocar aqui, são, mais do que nunca, uma exigência científica da crítica histórica. Vimos que a finalidade da diplomática, quaisquer que sejam os usuários dos documentos ou da informação, não é a de fornecer, como no caso de bancos de sons ou de imagens, informações destinadas a ilustrar, mas informações para “agir” ou para “ser” e que, para tanto, devem ser verdadeiras. Nisso, ela é uma ciência indispensável e complementar para os arquivistas. O questionário feito pela diplomática clássica pode ser o ponto de partida para recensear os conhecimentos que é preciso desenvolver sobre as informações e os documentos contemporâneos para ajudar os arquivistas a atingir essa finalidade. Os elementos desse questionário dizem respeito à forma, à gênese e à tradição documental, e, ainda, ao *corpus* de documentos e de informações.

A FORMA¹⁰

O estudo da forma dos documentos é uma área de pesquisa da diplomática. A forma é o conjunto dos elementos externos

10 Na terminologia arquivística brasileira, o termo “forma” designa a posição do documento na escala da tradição documental, isto é, se ele é um original, um pré-original ou um pós-original (ou cópia). O que o Autor denomina de “forma”, na nossa terminologia, seria a “estrutura” do documento. (N.T.)

e internos (relativos ao contexto, ao conteúdo e à estrutura) de um documento, que lhe dão o aspecto que responde à sua natureza diplomática e jurídica, quer dizer, à sua função, dentro das regras e usos da instituição que o estabelece. As características internas do texto são os elementos de forma próprios do texto dos documentos: língua, estilo, diagramação e formulação do discurso diplomático (o protocolo inicial, o teor com o dispositivo e as cláusulas, o protocolo final com os signos de validação etc.); são os elementos da estrutura do texto, dos dados, da informação da mensagem. As características externas são todas as menções complementares: cabeçalho e selos, registros, anotações, vistos etc. Todas as informações burocráticas que podem ser mais ou menos assimiladas a uma metainformação, e que definem o contexto dos dados ou do texto, são todas as características físicas, técnicas, informáticas do suporte.

Com o desenvolvimento da informatização das atividades administrativas¹¹ e das redes teleinformáticas, os funcionários das repartições desenvolveram, em meados dos anos 1980, toda uma diplomática prática para organizar a produção e a troca eletrônica dos documentos. A tendência para uma normalização avançada, como, por exemplo, em relação à apresentação da data, é apenas o resultado dos esforços de normalização das repartições e, mais recentemente, das pessoas encarregadas da

11 Utilizamos a expressão “informatização das atividades administrativas” para traduzir a palavra francesa *bureautique*, que designa o conjunto de técnicas (informática, telemática etc.) destinadas a automatizar as atividades ditas “de bureau”, ou seja, administrativas. (N.T.)

organização ou da gestão dos documentos, estimuladas pela exigência das tecnologias do tratamento da informação.

As trocas mútuas de documentos comerciais (faturas, solicitações de encomendas, recibos de entrega etc.) ou técnicos representam uma carga pesada de despesas gerais das empresas. Ao se examinar atentamente as normas criadas para assegurar a transmissão desses documentos, a partir de agora eletrônicos [*Electronic Data Exchange* (EDE), *Electronic Data Interchange for Administration, Commerce and Trade* (EDIFACT), *Open Document Architecture* (ODA), ou, sobretudo, *Standard Generalized Markup Language* (SGML, em 1986)], constata-se que as exigências da informática levaram, em parte, os profissionais da área a reinventarem o estudo da forma dos documentos, à qual os diplomatas estão habituados há muito tempo. Se alguns identificam os blocos e as sequências de dados que constituem o documento a ser tratado pela máquina de uma forma puramente mecânica, outros (SGML) desenvolvem técnicas semelhantes às dos diplomatas (estrutura, estilo, dados). Eles reconhecem a função e a importância do conteúdo de cada um dos elementos de um documento e, com isso, dão-lhes nomes particulares que permitem a identificação da informação pelo que ela é e não pelo que parece ser. Os objetivos de ambos os profissionais não são os mesmos: são “aplicados” para os da informática; são “científicos” para os da diplomática.¹²

12 Ver: DELMAS, B. *Archival science and information technologies*, op.cit., p. 174.

Enfim, desde o início da era industrial, os suportes, as formas da escrita, de produção, de transmissão e de conservação dos documentos não cessaram de evoluir. É importante estabelecer essa história de maneira precisa e completa, ela é um elemento de crítica das fontes tanto quanto de sua conservação.¹³ Para além da diplomática, inovações e mutações trouxeram, a cada vez, uma resposta para sistemas administrativos em crise ou bloqueados, permitindo o estudo da evolução da sociedade.

A GÊNESE E A TRADIÇÃO DOCUMENTAL

O estudo da gênese e da elaboração dos documentos é, ele também, dominado pela diversificação crescente e pela especialização das tarefas e das profissões do setor terciário. As mudanças vêm acompanhadas da produção de instrumentos de trabalho (manuais de procedimentos, formulários, tratados, dicionários, códigos ou enciclopédias especializadas), mais numerosos do que no passado, e cada vez mais automatizados. Um banco de dados sobre os manuais e os formulários para uso dos profissionais dos séculos XIX e XX está sendo constituído na École des Chartes. Com o auxílio das grandes bibliotecas parisienses, foram criados mais de 1.200 registros referentes a aproximadamente quarenta profissões ou funções administrativas diferentes.

13 Ver: DELMAS, B. *Révolution industrielle et mutation administrative, l'innovation dans l'administration française au XIXe. Siècle. Histoire, Économie et Société*, t. IV (2e. trimestre 1985), p. 205-232.

O crescimento das atividades administrativas, o alongamento das hierarquias, a complicação dos procedimentos, o alargamento da difusão fornecem uma nova finalidade ao estudo da tradição documental. Trata-se menos de determinar o texto de base do que desenvolver os circuitos e as modalidades de elaboração das decisões e de suas aplicações. Os novos modos de organização em rede da sociedade pós-industrial geram novas modalidades, que devemos estudar.

Assim, à junção do estudo da gênese ao da tradição, incorporou-se o dos processos de tomada de decisão, campo explorado há tempos pelos universitários norte-americanos, cujos métodos podem trazer uma significativa contribuição à ciência diplomática e à reflexão arquivística, bem além da história das instituições e da sociedade.¹⁴

Um único vestígio de um ato ou de um texto não é mais um documento que, antes, era frequentemente único. É normal os exemplares serem múltiplos, como o são também os suportes intermediários e de substituição. As regras, como as práticas tradicionais de validação e de autenticação, encontram-se, se não obsoletas, pelo menos muitas vezes atenuadas (gravações, assinaturas etc.). Nesse contexto, o processo se torna ferramenta por excelência do trabalho cotidiano das repartições públicas.

14 Para a França, ver, entre outros, os trabalhos de SAUVY, Alfred. *La bureaucratie*. Paris: PUF, 1956; CROZIER, Michel. *Le phénomène bureaucratique*. Paris: Seuil, 1963; GOURNAY, Bernard. *Introduction à la science administrative*. Paris: Presses de la FNSP; MOLES, Abraham e ROHMER, Elizabeth. *Théorie des actes, vers une écologie des actions*. Paris: Casterman, 1977; SFEZ, Lucien. *Critique de la décision*. Paris: Presses de la FNSP, 1981.

Ele constrói-se progressivamente, aperfeiçoa-se e racionaliza-se, ao ritmo da evolução administrativa, para tornar-se verdadeiramente funcional. Nesse sentido, o processo deve ser objeto de estudos especiais.

Os dados eletrônicos constituem um domínio completamente novo, amplamente técnico, da gênese, do tratamento e da tradição documental, que não pode ser negligenciado, considerando-se a importância da massa documental a ser arquivada: gravações das sondas espaciais, dos satélites meteorológicos ou geográficos, dos fenômenos sísmicos e das imensas coleções de dados científicos e técnicos captados pela floresta de observadores, que vigiam o mundo, os homens e suas ações. Uma das finalidades da diplomática é justamente a de determinar, reconstituir ou coletar as condições de estabelecimento das informações consignadas nos documentos, pelo conhecimento preciso de sua gênese, de sua forma e de sua tradição documental. A diplomática consagra-se ao estudo dos documentos estabelecidos dentro de regras que podem ser conhecidas. Isto quer dizer que todo documento que é forjado dentro de regras precisas pode ser objeto da diplomática? (Ver no Anexo I, Estudo de caso nº1) Essa noção e essa abordagem aplicam-se, por exemplo, aos dados meteorológicos. Assim, de uns trinta anos para cá, o campo da pesquisa histórica vem sendo enriquecido pela história do clima. Hoje, instituições públicas encarregam-se da coleta científica dos dados meteorológicos que formarão as fontes históricas de amanhã. A conservação desses dados na longa duração interessa ao arquivista e ao historiador. As fontes da história não tomam

apenas a forma de documentos administrativos. Informações e dados podem também apresentar características análogas às das dos documentos diplomáticos tradicionais. Os documentos, como os dados diplomáticos, são documentos cuja gênese não é fruto do acaso, mas resultado da ação de uma pessoa no quadro de suas atividades naturais dentro de procedimentos ou aplicação de regras, de protocolos definidos *a priori* (que podem ser reproduzidos e que asseguram a prova), pois podemos conhecer as reais condições do seu estabelecimento, as quais, por causa disso, podem ser criticadas e reutilizadas.

DA NECESSIDADE DE NOVAS FERRAMENTAS METODOLÓGICAS

Uma característica dos documentos de arquivo da época contemporânea sobre a qual é necessário insistir é a sua extraordinária quantidade, sua variedade e sua diversidade. Estamos acostumados a algumas dezenas de documentos impressos oferecidos pelo comércio, relacionados nas bibliografias (romances ou ensaios, jornais ou revistas, fonogramas ou videogramas, programas de informática ou CD-ROM etc.), número limitado pela necessidade de oferecer àqueles que os utilizam, ao grande público, uma tipologia e um número assimilável e usável pela clientela. Ao contrário, os documentos institucionais apresentam uma variedade infinita de tipos, por causa da diversidade das funções administrativas desenvolvidas: pessoal, educação,

finanças, bolsa, saúde etc., e da diversidade das ações e dos procedimentos possíveis: decisão, controle, ajuda, regulamentação etc., das quais são instrumentos, cada um sendo produzido e utilizado por especialistas (notário, juiz, contador etc.). Foi possível identificar milhares desses documentos. Disso decorre uma riqueza e uma originalidade excepcionais que, sem dúvida, vão crescendo com os novos equipamentos, os novos suportes, mas, sobretudo, com as novas atividades criadas sem cessar pela sociedade moderna.

A multiplicação e a diversificação dos documentos em todas as formas impõem, mais do que no passado, um inventário sistemático, sua definição diplomática, quer dizer, funcional, uma tipologia científica. A constituição desse *corpus* leva a precisar e a renovar em vários pontos as categorias de descrição das características externas e internas dos documentos, ou seja, o continente e o valor da informação orgânica.

Foi assim que um primeiro inventário e uma primeira tipologia foram publicados em 1988 sob o título *Vocabulaire des archives: archivistique et diplomatique contemporaines*. O prosseguimento desse trabalho na École des Chartes produziu um segundo inventário mais amplo, bem como um esboço de classificação científica publicado em 1991 no *Dictionnaire des archives, de l'archivage aux systèmes d'information* homologado pela Organização Francesa de Normalização.¹⁵

15 *Dictionnaire des archives, de l'archivage aux systèmes d'information, français-anglais-allemand*, sob a direção de Bruno Delmas. Paris: École des Chartes-Afnor, 1991, 251 p.

As questões de diplomática geral relativas aos documentos produzidos pelas tecnologias da informação impõem novos problemas. Há alguns anos que os documentos ou seus “filhos” estão passando da forma papel à forma eletrônica sem que essa transferência altere sua natureza diplomática. Esse fenômeno conduz à focalização do inventário e da tipologia dos documentos no caráter funcional da informação, abstraindo seu suporte.

A EDIÇÃO

A edição de documentos da época contemporânea é mais fácil do que a dos documentos da época moderna e infinitamente mais do que aquela dos documentos da época medieval. A banalização da impressão (por volta de 1840), da datilografia (por volta de 1890) e das técnicas de reprografia (por volta de 1950), se não suprimiram, de nenhum modo, o interesse das edições críticas, reduziram, entretanto, a sua necessidade apenas aos documentos excepcionais ou à constituição de *corpora* especiais.¹⁶ A edição integral, que era regra para os documentos da Alta Idade Média (ver os *Monumenta Germaniae historica*), torna-se exceção para os documentos atuais, considerando a massa e a multiplicidade dos exemplares. Embora continue necessária, não tem o objetivo de exaustividade, que a quantidade

16 Ver: DELMAS, B. Révolution industrielle et mutation administrative, l'innovation dans l'administration française au XIXe. siècle, *op.cit.*

não permite considerar, nem a facilidade de acesso, justificar. As características dos documentos contemporâneos permitem muitas vezes que os interessados se contentem com uma simples reprodução em fac-símile. Enfim, existe uma massa ainda mais considerável, impressa na fonte sob a forma de publicação oficial ou administrativa.¹⁷

Esse uso refere-se, portanto, de preferência, aos documentos de caráter privado que são muitas vezes menos facilmente acessíveis, que permaneceram manuscritos por mais tempo do que os documentos administrativos e necessitam de uma maior identificação (por exemplo, as correspondências). Não é nesse ponto que a contribuição da diplomática contemporânea parece mais necessária.

Em compensação, os documentos iconográficos, mesmo de origem institucional (estampas, cartazes, fotografias, diplomas etc.), por serem conservados separadamente por causa do seu suporte, do seu modo de difusão, do seu valor de mercado e do interesse dos colecionadores, podem se adaptar a numerosas publicações em fac-símile para o grande público. Mas, em geral, não há preocupação com seu caráter de documento de arquivo e nem há apresentação científica, embora seja ela mais necessária do que para os documentos textuais, autoidentificados. Os documentos sonoros e audiovisuais oferecem edições de caráter comercial (DVDs, para os quais poderíamos fazer o mesmo tipo de

17 Ver: DELMAS, B. L'imprimé administratif, In: *Histoire de l'édition française*. Paris: Promodis, 1985, t. III, Le temps des éditeurs, du romantisme à la Belle Époque, p. 42-43.

observação, pela falta de elementos diplomáticos indispensáveis para qualquer documento institucional). Nesse domínio, o que é produzido atende pouco às necessidades da ciência e faz com que essas fontes, embora indispensáveis, sejam ainda pouco integradas na problemática dos trabalhos de pesquisa científica. A ausência ou insuficiência do comentário diplomático e do aparato crítico que deveria acompanhá-las não facilita essa utilização.

A SELEÇÃO

A diplomática clássica pode ser definida como a disciplina de erudição que seleciona, pela crítica dos documentos de arquivo, as fontes científicas a guardar para a pesquisa em história medieval. No mesmo espírito, podemos dizer que a diplomática contemporânea é a disciplina de erudição que estuda e permite indicar, pela crítica a partir dos arquivos, as fontes a conservar para constituir a memória de toda pesquisa científica. Se a perspectiva for mesmo de fornecer fontes científicas, esse objetivo não é mais limitado ao benefício da história e dos historiadores, mas amplia-se a toda pesquisa científica.

As diferenças entre as duas definições não significam diferença de abordagem, mas a consideração, para a época contemporânea, da evolução das condições de elaboração da história, de um lado, e, do outro, da extensão da perspectiva histórica a todas as disciplinas científicas e a todas as técnicas. A resposta dada a essa diversificação dos usos deve igualmente considerar

as mudanças ocorridas na produção das fontes: crescimento da massa documental, multiplicação da informação, variedade dos documentos e dos suportes.

Neste contexto, se o resultado normal da erudição diplomática clássica é a crítica e a edição dos textos medievais, maneira a mais apropriada de torná-los acessíveis, a erudição diplomática contemporânea desemboca principalmente sobre a avaliação dos documentos a conservar para a pesquisa e a seleção.

Com a inflação documental, iniciada há um século e meio, mas acelerada nos últimos cinquenta anos, o problema da avaliação impôs-se de modo crescente para os documentos de arquivo. Poderíamos dizer até que ela é uma edição ao contrário. Podemos mostrar as contribuições dos métodos da diplomática para a avaliação dos documentos atuais e para o seu arquivamento. O exemplo citado no Estudo de caso nº2, no Anexo 2, mostra a similitude de aplicação dos métodos de estudo da gênese e da tradição documental, bem como a possibilidade de utilizar a avaliação dos documentos e das informações.

A tradição documental é a transmissão por meio de diferentes documentos, ou seja, de diferentes suportes, dos atos, dos textos ou das informações. O estudo da tradição dos textos nos ensina a distinguir os diferentes estados no decorrer de sua elaboração: rascunho, minuta, expedição, cópia, diferentes tipos de cópias, ampliação, trecho, publicação etc., e, por meio da noção de original e de cópia, se pode diferenciar o valor dos documentos em função de seu lugar no processo de elaboração do texto, isto é, da informação, notadamente de sua validação jurídica e institucional.

Regras metodológicas foram estabelecidas para avaliar e selecionar as diferentes versões de um texto com o objetivo de estabelecer sua edição diplomática. Esse processo e essas regras podem guiar-nos para elaborar um método mais científico do que as práticas atuais. A finalidade é que a edição seja mais dirigida à informação do que ao documento, como se faz atualmente. A seleção das informações contemporâneas para guarda definitiva é possível a partir do momento em que lidamos com documentos inseridos num processo de recolhimento e de tratamento da informação, nos quais eles delimitam as etapas.

CRIAÇÃO DE NOVAS FONTES?

Entretanto, será possível ir mais longe, já que a diplomática diz respeito a uma informação orgânica, cuja edição científica está assegurada. Então, será possível determinar para a diplomática e para os arquivistas a incumbência de elaborar regras para dar informações a quem não as têm (cópias de arquivos informáticos evolutivos, registros de processos ou de testemunhos orais), suportes que permitem memorizá-las, para que sejam acessíveis à pesquisa histórica? Parece que, em quase todos os lugares, a resposta foi amplamente dada. Na introdução de suas Memórias, Henry Kissinger, o antigo chanceler dos Estados Unidos, nota que, como sabia que os relatórios mais confidenciais do Ministério das Relações Exteriores eram rapidamente publicados pela imprensa, então, passou-se a não mais escrever o que

não se aceitasse que corresse em praça pública. Era, portanto, necessário dizer, finalmente, a verdade nas suas Memórias. A abundância do escrito não é garante de exaustividade. Muitos textos não poderão ser compreendidos sem um comentário. A conservação da memória que cabe aos arquivistas inclui, portanto, a coleta de depoimentos orais. Mas, para que estes possam se beneficiar de presunção de autenticidade, devem ser coletados dentro de certas regras, que o arquivista só pode formular com a ajuda da diplomática.

Vê-se assim que uma reflexão sobre a diplomática contemporânea conduz a uma reflexão sobre a evolução científica do ofício de arquivista, a uma redefinição do perfil do arquivista. Problemas deontológicos novos se colocam, os quais não podem ser ignorados, e, se os médicos já têm há muito tempo o seu juramento de Hipócrates, quando teremos nós o nosso juramento de Mabillon?¹⁸

18 Jean Mabillon (1632-1707), monge beneditino francês, fundador da diplomática com *De re diplomatica* (1681). (N.T.)

Advertência

Os dois exemplos oferecidos a seguir mostram que o método diplomático não se aplica apenas aos textos de arquivos tradicionais, antigos ou contemporâneos, mas é igualmente pertinente para fazer a análise crítica dos dados.

O primeiro exemplo refere-se a dados meteorológicos captados por robôs. Por trás de terminologias científicas complicadas, os modos de funcionamento das máquinas, os métodos e procedimentos que dirigem a coleta, o tratamento e a tradição dos dados correspondem a uma metodologia diplomática.

O segundo exemplo diz respeito a dados demográficos coletados e tratados com procedimentos mais clássicos, resumidos num quadro da gênese e da tradição. Este destaca os diferentes tipos de documentos e de suportes utilizados no decorrer das etapas de tratamento dos dados e mostra o quanto pode ser precioso para temperar as prescrições dos quadros de gestão utilizados nos Arquivos Públicos.

ANEXO I

Estudo de caso nº 1

OLHAR DIPLOMÁTICO SOBRE PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE DADOS CIENTÍFICOS: DA GÊNESE E DA TRADIÇÃO DOCUMENTAL DOS DADOS METEOROLÓGICOS

Os dados meteorológicos, que são informações relativas a fenômenos naturais, são produzidos atualmente por robôs com características conhecidas (satélites ou estações terrestres), desenvolvidos para coletar e tratar dados bem definidos, por programas estabelecidos pelas instituições criadas para essa função. Assim sendo, o Estabelecimento de Estudos e de Pesquisas Meteorológicas (EERM) do Centro Nacional de Pesquisas Meteorológicas (CNRM) da França criou, desde o início dos anos 1980, um sistema de coleta de dados constituído por uma rede de medidas meteorológicas de 20 estações no solo e de 3

estações de radiossondagem, para alimentar seus programas de pesquisa e para ajudar a meteorologia operacional.

No seio dessas redes inteiramente automatizadas, complexas, comparáveis à vida de um organismo, tudo é definido e controlado dentro de regras e processos que incluem uma evolução. Os valores fornecidos pelos captadores são transmitidos por satélite ou por *modem* a um posto central que reúne os diferentes parâmetros meteorológicos. Um banco de dados gere as informações coletadas.

Esse sistema tem uma dupla característica: é um sistema de medida e de registro das medidas feitas; é um sistema de tratamento e de análise dos dados em tempo real. Nesse caso, porém, é preciso distinguir o que é próprio da técnica do tratamento informático, do que é específico dos dados e que poderia fazer jus a um processo diplomático (normalização, segurança, identificação precisa).

Os objetivos do sistema são os seguintes:

- validação dos dados, a mais próxima possível do tempo real;
- integridade e segurança dos dados coletados;
- vigilância constante do bom funcionamento das estações de medidas;
- acesso rápido e ergonômico aos dados para a edição em tempo real de gráficos e de quadros;
- consulta fácil dos dados arquivados;
- possibilidade de reutilização dos processos técnicos de uma campanha meteorológica para outra, isto é, possibilidade de conservação desses dados na longa duração.

Mutatis mutandis, a organização e o funcionamento desse sistema não são fundamentalmente diferentes dos de uma repartição pública que coleta também informações dentro de normas e procedimentos e as trata no tempo real da repartição (tratamento manual ou informatizado).

Para realizar esses objetivos, foram constituídos fichários informatizados. Se considerarmos o conjunto desses fichários como formando um fundo, já que são o instrumento e o resultado da mesma ação geral, tal como o conjunto dos documentos produzidos ou recebidos por uma repartição no exercício de suas atividades, esse conjunto de bancos de dados, esse fundo, pode ser analisado a partir de uma abordagem diplomática e arquivística clássica. Alguns fichários referem-se aos caracteres externos e ao contexto, outros, aos caracteres internos propriamente ditos dos dados; alguns provêm das funções auxiliares e outros, das funções principais.

Os caracteres internos e as funções principais são os fichários relativos aos:

1. dados recebidos das estações terrestres;
2. dados elaborados a partir de várias repartições de dados recebidos das estações terrestres;
3. dados recebidos de estações de radiossondagens, dos radares etc.;
4. catálogo das sondagens recebidas.

Os caracteres externos e o contexto referem-se aos meios e aos processos da coleta e do tratamento:

1. descrição dos sítios de implantação das estações terrestres;
2. coeficientes de calibragem dos captadores;
3. histórico dos lugares dos captadores durante a coleta;
4. lista dos parâmetros medidos durante a coleta e suas características;
5. uma fusão dos coeficientes de calibragem dos captadores e do histórico dos lugares dos captadores durante a coleta.

O sistema assegura todas as operações de gênese dos dados meteorológicos, toda a cadeia do seu tratamento, da reunião até a apresentação sob uma forma elaborada: gráficos, estatísticas etc. Ele pertence ao centro de pesquisa e é destinado aos pesquisadores do grupo como todo trabalho de uma repartição. Foi concebido para poder ser facilmente adaptado a cada nova campanha de medidas. Anteriormente, a estocagem dos dados era realizada num formato a cada vez diferente, dependendo da configuração das estações, o que tornava difícil o reaproveitamento dos dados obtidos nas coletas anteriores. Nota-se a preocupação do arquivamento e da compatibilidade, quer dizer, do acesso à informação orgânica pelo tempo afora.

Retomemos os diferentes procedimentos estabelecidos nesse sistema para examiná-los, não mais sob o ângulo da forma, mas sob o da gênese e da elaboração diplomática:

- Coleta (caracteres internos): os dados das diferentes estações são transmitidos por satélite ou por *modem* sob forma

de código. Por um lado, eles são preservados num fichário *ascii*, numa unidade de estocagem diferente da unidade do tratamento, o que permite a recuperação dos dados em caso de falha do disco principal ou de problema no banco (é o que corresponde ao procedimento de protocolo de documentos em papel nas repartições). Além disso, os dados são inseridos no banco de dados por processos que asseguram a inserção regular e permitem precaver-se contra qualquer imprevisto material ou técnico (é o que corresponde à classificação de documentos em papel nas repartições).

- Informações de serviço (caracteres externos e contexto): as informações necessárias à atualização dos dados (coeficiente, tipo de captador etc.), aos cálculos (altitudes, situações das estações etc.) são registradas em fichários especiais, assim como todas as características particulares dos parâmetros medidos ou calculados (é o que corresponde às pastas da documentação técnica em papel organizada em toda pesquisa).
- Atualizações, validações e cálculos: os campos livres de certos fichários: “sondagem” (pressão mínima, altitude máxima atingida etc.), “solo” e “perfil” (componente local e meridiano do vento, pressão reduzida etc.) são atualizados. Os dados e os resultados dos cálculos são regularmente validados e a data da última validação é registrada no fichário de cada estação. Os pontos eliminados (medidas errôneas) são conservados num fichário. Cálculos de parâmetros “elaborados” (*drag*, acúmulo de chuva, de evaporação), a partir de certos valores, são efetuados e registrados numa tabela

especial (o que corresponde ao dossiê de todo o desenvolvimento e produção de toda pesquisa).

- Saídas: saídas em gráficos ou em quadros são realizadas com a ajuda das características dos parâmetros, dos valores dos campos e das posições das estações para facilitar o seguimento e a conduta da coleta e para a vigilância e a manutenção das estações automáticas (o que corresponde aos documentos de trabalho intermediários que são produzidos periodicamente no decorrer de toda a pesquisa).

CONCLUSÃO

Um dos interesses dessa aplicação é a analogia que podemos encontrar, de um lado, com os processos administrativos de tratamento da informação e, do outro, com as novas exigências introduzidas pela informatização. Um outro papel é o fornecimento dos dados.

Esse exemplo é interessante porque nos revela a passagem, no decorrer dos anos 1980, de um processo empírico imposto pelo início do uso das tecnologias de tratamento da informação, para um processo administrado, já confirmado num ambiente de papel, portanto diplomático. Temos aqui um exemplo de dados automaticamente produzidos e reunidos por uma instituição no quadro de suas atividades habituais, por meio de robôs, dentro de procedimentos inteiramente definidos, sendo objeto de tratamentos também predefinidos e

que resultam na produção de documentos institucionais em diferentes suportes. É também uma informação orgânica bem identificada e conservada voluntariamente com o propósito de uma eventual utilização e para a qual foi necessário definir, por causa da técnica, regras de compatibilidade e procedimentos de estocagem. É um exemplo de uma diplomática prática, base de uma diplomática científica que permitirá aos pesquisadores do futuro melhorar a capacidade de previsão das instituições meteorológicas e, até, fazer a história do clima da nossa época.

A apresentação deste caso suscita os seguintes comentários:

- hoje, com a teleinformática e a informatização no serviço público e nas empresas, o funcionamento das atividades terciárias e administrativas se aproxima cada vez mais dos modelos científicos automatizados de coleta (por códigos de barras ou *laptops*) e de tratamento da informação em forma de dados;
- os procedimentos automatizados desenvolvidos para coletar e tratar os dados podem ser analisados com as ferramentas e o questionamento da diplomática e, com isso, enriquecer a diplomática clássica nesse confronto com as exigências da mecanização;
- os escritórios das empresas e as repartições do serviço público não são mais espaços fechados de unidade de lugar e de tempo, de atores e de ação.

ANEXO II

Estudo de caso nº 2

A SELEÇÃO AUXILIADA PELA GÊNESE E PELA TRADIÇÃO DIPLOMÁTICA

Os métodos de estudo da gênese e da tradição documental são métodos de avaliação que podem encontrar aplicações além da edição de textos antigos na seleção dos documentos contemporâneos. Examinemos o conjunto de documentos produzidos na ocasião do tratamento informático dos dados estatísticos coletados durante um recenseamento da população e estabeleçamos o chamado quadro da gênese e da tradição documental.¹⁹

19 Ver: COUCHON, Michel. *L'archivage des fichiers magnétiques des administrations centrales, bilan et perspectives de "Constance"*. Les nouvelles archives, formation et collecte. Actes du xxviii. *Congrès national des archivistes français*. Paris: Archives nationales, 1987, p. 130-134; e DELMAS, B. *Archival science and information technologies*. In: *Information handling in offices and archives*. Munich, London, New York, Paris: K. G. Saur, 1993, p. 168-176.

Nesse sentido, o quadro que segue é o levantamento de todos os estados das informações e dos dados orgânicos produzidos no decorrer dessa ação. Durante esse tratamento, em que intervém a informática, os dados seguem um caminho complexo em cujo curso mudam de forma e de suporte, como apresentado no quadro a seguir, o qual nos informa sobre os tratamentos e a difusão da informação (texto ou dados e suportes) e, por oferecer uma visão de conjunto, permite a crítica.

Esse quadro pode ajudar a pesquisar sistematicamente e a identificar, para guardá-la, a informação essencial em função dos suportes melhor adaptados a sua conservação e, sobretudo, ao seu aproveitamento futuro, para a qual o suporte informático, se a coleta foi suficiente, é melhor adaptado. Nesse sentido, a questão é se devemos conservar os resultados publicados em papel, em microfichas, em suporte magnético ou em disco ótico, em quais instituições e para que uso. Isto nos permite identificar os documentos que queremos conservar. Sabemos, porém, que alguns se perdem, outros são destruídos e outros ainda só chegam tardiamente aos arquivos. Por enquanto, o estudo da gênese e da tradição documental permite gerir um arquivamento de precaução no quadro de uma gestão dinâmica das fontes da memória pelos arquivos.

Se tais ou quais tipos de documentos, por exemplo, G, C e E do quadro seguinte, existem, podemos então não conservar tal ou qual outra categoria. Ao contrário, se C estiver ausente, devemos então guardar B e D. Todo novo recolhimento nos arquivos tende, por natureza, a modificar o quadro. Percebemos muito bem como podemos automatizar essas operações e criar progra-

mas informáticos de auxílio à avaliação. Há um grande número de documentos seriados volumosos, cujas avaliação e revisão poderiam muito bem ser auxiliadas por sistemas especializados.

QUADRO DA GÊNESE E DA TRADIÇÃO DIPLOMÁTICA DOS DADOS ESTATÍSTICOS DE UM RECENSEAMENTO

NATUREZA DA INFORMAÇÃO	COLETA DA INFORMAÇÃO ELEMENTAR	TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO ELEMENTAR	DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO AGREGADA
Suporte papel	A Questionários de pesquisa	—	E Quadros de resultados Listas Relatórios Brochuras Publicações oficiais
Suportes magnéticos	B Fichários de coleta Descentralizada Amostra 5% Amostra 20%	C Fichários dos dados de base submetidos aos programas informáticos de tratamento Fichários de trabalho, sub-fichários, fichários inversos, tabelas etc. Programas informáticos	D Fichários de resultados
Suportes micrográficos	G Microfilmes de substituição dos documentos de base sobre papel		F Microfichas com Microfichas das publicações oficiais
Suportes óticos	J Disco ótico numérico	I Disco ótico numérico	H CD-ROM

A tipologia dos documentos, tal como estabelecida no *Dictionnaire des archives*, associada a parâmetros de datas, lugares, pessoas e objetos, fundados sobre as análises registradas, são elementos necessários, porém insuficientes, dessa automatização que deverá, por exemplo, levar em conta as durações dos valores primários e dos secundários. Entretanto não se deve esquecer que por mais sofisticadas que sejam as ferramentas, elas apenas ajudam a decisão e incumbe ao arquivista atentar para os elementos do contexto que modificam os critérios (como guerras ou fenômenos sociais por exemplo).

Bibliografia selecionada de Bruno Delmas

ARQUIVÍSTICA FUNDAMENTAL E FUNCIONAL CONTEMPORÂNEA

Archivos. In: *La planificación de las infraestructuras nacionales de documentación, de bibliotecas y de los archivos*: esbozo de una política général. Paris: Unesco, 1974. p. 231-328. Reedição: 2. ed. Mexico: Archivo General de la Nación, 1986. 112 p. (Colección Clásicos Modernos de la Archivonomía, n. 1).

Dictionnaire des archives: de l'archivage aux systèmes d'information français-anglais-allemand (Dir.). Paris: Ecole nationale des chartes; Association française de normalisation (Afnor), 1991. 251 p.

L'archivage de l'audiovisuel: peut-on conserver et trier la production des médias audiovisuels? In: Ecole nationale du patrimoine. *Tri, sélection, conservation, quel patrimoine pour l'avenir?*: actes de la table ronde. Paris: Editions du Patrimoine, 2001. p. 173-181.

L'archivistique à l'épreuve de l'erreur et du temps. In: SCHOUKENS, Cathy; SERVAIS, Paul (Éd.). *L'erreur archivistique*. Actes de la 6ème journée des archives, Louvain-la-Neuve, avril 2007. Louvain-la-Neuve: Académie Bruylant, 2009. p. 51-71.

DIPLOMÁTICA E DOCUMENTOS DE ARQUIVO CONTEMPORÂNEOS

Révolution industrielle et mutation administrative: l'innovation dans l'administration française au XIXe siècle. *Histoire, Economie, Société*, v. 4, p. 205-232, 2ème trimestre 1985.

Correspondre: esquisse d'une typologie des formes individuelles et collectives de la communication écrite. In: *Actes du 120ème Congrès National des Sociétés Historiques et Scientifiques*, Aix-en-Provence, 23-29 octobre 1995. Paris: cths, 1997. p. 13-29.

Donner à l'image et au son le statut de l'écrit, pour une critique diplomatique des documents audiovisuels. *Bibliothèque de l'Ecole des chartes*, v. 161, p. 553-601, juil./déc. 2003.

Les sources de l'histoire de France en Russie: guide de recherche dans les archives d'État de la Fédération de Russie à Moscou, xvii-xxe siècle. (et alli). Paris: Ecole nationale des chartes, 2010. 476 p. (Etudes et rencontres, n. 30).

ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

La formation des archivistes: analyse des programmes d'études de différents pays et réflexions sur les possibilités d'harmonisation. Paris: Unesco, 1979. 75 p.

Actes du premier Colloque international sur la formation des archivistes (Paris, août 1988) = *Proceedings of the first International Colloquium on Archival Education and Training* (Paris, August 1988). (Éd.). Paris: Conseil international des archives, 1989, 108 p. (Etudes du conseil international des archives, n. 4).

Le choc du numérique: conséquences sur la profession et la formation des archivistes. In: BÜTIKOFER, Niklaus; HOFMAN, Hans; ROSS, Seamus (Éd.). *Managing and archiving records in the digital era: changing professional orientations*. Baden, Switzerland: Hier & Jetzt, 2006. p. 39-49. (Workshop Erpanet, Berne, octobre 2004).

LIVROS E ARTIGOS DA HISTÓRIA DO ESCRITO, DAS INSTITUIÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SOCIEDADES CIENTÍFICAS DOS ARQUIVOS, DAS BIBLIOTECAS E DA DOCUMENTAÇÃO NOS SÉCULOS XIX E XX

Une fonction nouvelle, genèse et développement des centres de documentation. In: *Histoire des bibliothèques françaises*, T.V, *Les bibliothèques au xxe siècle, 1914-1990*. Paris: Promodis, 1992. p. 179-193.

Archives et nations dans l'Europe du xixe siècle: actes du colloque, Paris, 27-28 avril 2001, organisé par l'École nationale des chartes. (Éd.). Paris: École nationale des chartes, 2004. (Études et rencontres, 16).

Archéologie des savoirs administratifs, construction, conservation et circulation des *corpus*, xviii-xixe siècles. In: CHEMLA, Karine (Dir.). Action concertée: *Histoire des savoirs*, 2003-2007: recueil de synthèses. Paris: CNRS, 2007. p. 232-238.

Académies et sociétés savantes entre sociabilité et érudition aux xixe et xxe siècles. Aix-en-Provence: Académie d'Aix, 2008. 32 p. *Mémoires de l'Académie des sciences, agriculture, arts et belles-lettres d'Aix-en-Provence*, nouvelle série, v. 7.

Transmission, dispersion et reconstitution des archives locales au début de la Révolution française: l'exemple des intendances et des départements (1790-1791). *Bibliothèque de l'Ecole des chartes*, Paris, v. 166, n. 1, p. 163-194, 2008. Numéro spécial: De l'Ancien Régime à l'Empire: mutations de l'État et avatars des archives.

Sobre a tradutora e a revisora técnica

DANIELLE ARDAILLON

Curadora do Acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso e do fundo Ruth Cardoso. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, atuou profissionalmente no Centro Brasileiro de Análise e Pesquisa (Cebap), na Fundação Carlos Chagas, no Senado Federal e na Presidência da República. Publicou *O salário da liberdade: profissão e maternidade*, além de artigos em revistas e coletâneas, e verteu para o francês os livros de Fernando Henrique Cardoso, *Les idées à leur place*. Paris, Maison des Sciences de l'Homme/Ed. Métaillé (Collection Brasília), 1984 e de José Arthur Giannotti, *Les origines de la dialectique du travail*. Paris, Aubier Montaigne. 255 p. (Analyse et Raisons), 1971.

HELOÍSA LIBERALLI BELLOTTO

Professora de Pós-Graduação em História Social e do Curso de Especialização em Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros, ambas instituições da Universidade de São Paulo. Professora visitante na Universidade Internacional de Andaluzia, na Espanha. Consultora do Ministério da Cultura (Projeto Resgate). Autora de *Diplomática e tipologia documental em arquivos*, *Dicionário de terminologia arquivística* (em colaboração), *Arquivos permanentes: tratamento documental*, *Autoridade e conflito no Brasil colonial*, *Nem o tempo nem a distância*, além de artigos publicados em revistas especializadas, nas áreas de história e arquivologia.

Este livro foi composto em
Adobe Garamond e Interstate,
e impresso sobre papel Pólen Rustic Areia
no verão de 2011.

Este livro do iFHC, centro de reflexão e debate sobre temas da atualidade, dá prosseguimento à sua prática política de responsabilidade com a reflexão necessária sobre os arquivos e seu significado. Estes não são reservados aos especialistas, mas são nossa memória coletiva e indispensáveis para conservar cada etapa da sociedade. Em novembro de 2007, Bruno Delmas esteve no iFHC para abrir um seminário internacional com a conferência “Arquivos, estados e sociedades, os desafios do século XXI”. Embora sua fala e a dos demais participantes desse encontro estejam publicadas desde então no *site* do Instituto, a evolução recente da nossa sociedade, dita “da informação”, “de redes sociais” e agora de “*wikileaks*”, nos instigou a divulgar as inquietações desse eminente pesquisador.

